PLANO DIRETOR MUNICIPAL . REVISÃO
A3 PROGRAMA DE EXECUÇÃO, PLANO DE FINANCIAMENTO E FUNDAMENTAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA

SETÚBAL
MUNICÍPIO PARTICIPADO

REVISÃO PDM DE SETÚBAL

VERSÃO PARA APROVAÇÃO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL . JULHO 2021

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE SETÚBAL
REVISÃO

Programa de Execução

Plano de Financiamento e Fundamentação da Sustentabilidade Económica e Financeira

Julho de 2021

(última atualização das estimativas orçamentais em dezembro 2019)

FICHA TÉCNICA

COORDENAÇÃO GERAL	Maria das Dores Meira	Presidente da Câmara Municipal de Setúbal
	Rita Carvalho	Arquiteta Urbanista, Diretora do Departamento de Urbanismo
	Vasco Raminhas da Silva	Geógrafo Urbanista, Chefe da Divisão de Planeamento Urbanístico (desde 01.01.2019)
	José Miguel Madeira	Engenheiro Civil, Chefe da Divisão de Planeamento Urbanístico (até 31.12.2018)
	Fernando Travassos	Arquiteto, Consultor do Departamento de Urbanismo
COORDENAÇÃO EXECUTIVA	Vasco Raminhas da Silva	Geógrafo Urbanista
	Alexandra Marques	Arquiteta Urbanista
EQUIPA TÉCNICA INTERNA	Pedro Moreno	Engenheiro do Ambiente
	Joaquim Branco	Arquiteto
	Carla Curto	Arquiteta Paisagista
	Catarina Palma	Arquiteta Urbanista
	Filipa Calvário	Arquiteta
	Ana Tiago	Engenheira Civil
	Isabel Pratas	Arquiteta Urbanista
	Maria de Jesus Gonçalves	Arquiteta
	Isabel Reis	Socióloga
	Fátima Nogueira	Engenheira do Ambiente
GABINETE DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA	Sónia Bronze	Geógrafa
	Ana Martins	Engenheira Informática
	Maria do Carmo Charrama	Arquiteta Paisagista
COLABORAÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS MUNICIPAIS	Divisão de Gestão Urbanística (DIGU)	
	Divisão Técnica-Administrativa (DITA)	
	Gabinete de Projeto Municipal das Áreas de Reabilitação Urbana (GAPRU)	
	Gabinete de Gestão Fundiária (GAGEF)	
	Departamento de Cultura, Desporto, Direitos Sociais e Juventude (DCED)	
	Departamento de Obras Municipais (DOM)	
	Departamento de Educação e Saúde (DES)	
	Departamento de Comunicação e Imagem, Relações Públicas e Turismo (DCIRT)	
	Departamento de Ambiente e Atividades Económicas (DAAE)	
	Departamento de Administração Geral e Finanças (DAF)	
	Serviço Municipal de Proteção Civil e Bombeiros (SMPCB)	
APOIO ADMINISTRATIVO	Marta Seca	
	Filomena Brissos	

APOIO NA ELABORAÇÃO DOS ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DO PLANO	geotraço	Mónica Martinez	Arquiteta Urbanista
		Filipe Marchand	Economista
		João Pitschieller	Jurista
ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL **AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA**	FCT FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA MARE centro de ciências do mar e do ambiente	José Carlos Ferreira	Geógrafo
		André Alves	Engenheiro do Ambiente
		Fábio Cardona	Engenheiro do Ambiente
		Renato Monteiro	Engenheiro do Ambiente
		Cláudio Duarte	Engenheiro do Ambiente
RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL **AVALIAÇÃO DE RISCOS NATURAIS, MISTOS E TECNOLÓGICOS**	IGOT CEG RISKam	José Luís Zêzere	Geógrafo
		Eusébio Reis	Geógrafo
		Susana Pereira	Geógrafa
		Ricardo Garcia	Geógrafo
		Mário Neves	Geógrafo
		Nuno Fonseca	Geógrafo
		Ângela Santos	Geógrafa
		Sérgio Oliveira	Geógrafo
		António Lopes	Geógrafo
		Ezequiel Correia	Geógrafo
MAPAS DE RUÍDO	CERTIPROJECTO ARQUITECTOS E ENGENHEIROS CONSULTORES LDA	Fernando Palma Ruivo	Engenheiro de Acústica
		Jorge Cardoso	Engenheiro de Acústica
		Marta Antão	Geógrafa
PLANO DE MOBILIDADE SUSTENTÁVEL E TRANSPORTES	TIS	Vasco Colaço	Engenheiro Civil
		Susana Castelo	Engenheira do Território
		Pedro Santos	Geógrafo
		Diogo Jardim	Engenheiro do Território
		Maria Olinda Pereira	Engenheira Civil
		Ana Rita Soares	Engenheira do Território
		Maria Fátima Santos	Engenheira Civil
		Alexandra Rodrigues	Engenheira do Ambiente
		João Bernardino	Engenheiro Civil
INTEGRAÇÃO DAS ORIENTAÇÕES DO PLANO SECTORIAL DA REDE NATURA 2000	bio3 www.bio3.pt	Hugo Costa	Biólogo
		Miguel Mascarenhas	Biólogo
		Gustavo Palminha	Geógrafo
		Lara Nunes	Bióloga
		Carla Nogueira	Engenheira Florestal
PLANO DE DRENAGEM PLUVIAL DAS BACIAS DO CONCELHO DE SETÚBAL	PROCESL	Manuela Dias	Engenheira Civil - Hidráulica
		Miguel Gambôa	Geógrafo
ZONA AMEAÇADA POR CHEIAS DAS RIBEIRAS DA FIGUEIRA E LIVRAMENTO	ADUSADO engenharia, lda	Francisco Lobo Soares	Engenheiro Civil - Hidráulica
CARTOGRAFIA DE BASE	INFO PORTUGAL		

ÍNDICE

1.INTRODUÇÃO 2

2.ELEMENTOS RELEVANTES DO PLANO 4
2.1. LINHAS ESTRATÉGICAS E OBJETIVOS ESPECÍFICOS POR PROGRAMA 4
2.1.1 Programa 1. – mobilidade sustentável, transportes e infraestruturas viárias 4
2.1.2 Programa 2. – abastecimento de água 6
2.1.3 Programa 3. – drenagem e tratamento de águas residuais domésticas 6
2.1.4 Programa 4. – drenagem pluvial natural 7
2.1.5 Programa 5. – drenagem pluvial artificial 8
2.1.6 Programa 6. – planos e estudos urbanísticos 8
2.1.7 Programa 7. – equipamentos de utilização coletiva 10
2.1.8 Programa 8. – ambiente 11
2.1.9 Programa 9. – turismo 13
2.1.10 Programa 10. – habitação e reabilitação urbana 15
2.1.11 Programa 11. – conservação, manutenção e reabilitação do existente 16
2.2. AÇÕES E PROJETOS POR PROGRAMA E POR SUBPROGRAMA 16
2.2.1 Programa 1. – mobilidade sustentável, transportes e infraestruturas viárias 16
2.2.2 Programa 2. – abastecimento de água 22
2.2.3 Programa 3. – drenagem e tratamento de águas residuais domésticas 25
2.2.4 Programa 4. – drenagem pluvial natural 26
2.2.5 Programa 5. – drenagem pluvial artificial 27
2.2.6 Programa 6. – planos e estudos urbanísticos 28
2.2.7 Programa 7: equipamentos de utilização coletiva 31
2.2.8 Programa 8: ambiente 36
2.2.9 Programa 9: turismo 39
2.2.10 Programa 10: habitação e reabilitação urbana 44
2.2.11 Programa 11: conservação, manutenção e reabilitação do existente 47

3.INVESTIMENTO E FASEAMENTO 49
3.1. IMPACTO DA PRIORIDADE DEFINIDA NO CALENDÁRIO DE EXECUÇÃO TOTAL 49
3.2. VALOR GLOBAL DO INVESTIMENTO E PRINCIPAIS PROGRAMAS 51
3.3. REDISTRIBUIÇÃO DO ESFORÇO FINANCEIRO 52
3.4. IMPACTO DA PRIORIDADE DEFINIDA NO CALENDÁRIO DE EXECUÇÃO MUNICIPAL 56
3.5. FASEAMENTO DA INTERVENÇÃO 59
3.6. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO GERAL E MUNICIPAL 59
3.7. PREVISÃO DE AUTOFINANCIAMENTO MUNICIPAL 63

4.INSTRUMENTOS DE EXECUÇÃO E PRINCÍPIOS PEREQUATIVOS 65
4.1. INSTRUMENTOS DE EXECUÇÃO PARA AS UOPG E SUOPG DO PDMS 65
4.2. PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA PEREQUAÇÃO 68

5.PRINCÍPIOS DE GOVERNAÇÃO 71
5.1. PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BASE ESTRATÉGICA 71
5.2. OUTROS PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA GOVERNAÇÃO. 72

ANEXO 1 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO INVESTIMENTO TOTAL POR PROGRAMA 74

ANEXO 2 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO INVESTIMENTO MUNICIPAL POR PROGRAMA 93

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Incidência dos Programas do PDMS por Eixos Estratégicos de Desenvolvimento e por Objetivos Específico.5
Quadro 2. Projetos, Subprogramas e Cobertura Financeira do Programa 1 18
Quadro 3. Projetos, Subprogramas e Cobertura Financeira do Programa 2 24
Quadro 4. Projetos, Subprogramas e Cobertura Financeira do Programa 3 25
Quadro 5. Projetos, Subprogramas e Cobertura Financeira do Programa 4 27
Quadro 6. Projetos, Subprogramas e Cobertura Financeira do Programa 5 28
Quadro 7. Projetos, Subprogramas e Cobertura Financeira do Programa 6 30
Quadro 8. Projetos, Subprogramas e Cobertura Financeira do Programa 7 33
Quadro 9. Projetos, Subprogramas e Cobertura Financeira do Programa 8 37
Quadro 10. Projetos, Subprogramas e Cobertura Financeira do Programa 9 40
Quadro 11. Projetos, Subprogramas e Cobertura Financeira do Programa 10 45
Quadro 12. Despesas de Investimento com Conservação e Reabilitação de Equipamentos Municipais em 2017 48
Quadro 13. Investimento Total do PDMS por Prioridade 51
Quadro 14. Cobertura Financeira dos Programas e Subprogramas do PDM de Setúbal – Investimento Total.....55
Quadro 15. Investimento municipal do PDMS por prioridade 58
Quadro 16. Investimento total e municipal do PDMS e distribuição percentual.....58
Quadro 17. Calendarização dos Programas do PDM de Setúbal – Investimento Total 61
Quadro 18. Calendarização dos Programas do PDM de Setúbal – Investimento Municipal.....62
Quadro 19. Quadro Síntese de Meios de Cobertura Financeira Municipal (valores em mil euros) 63
Quadro 20. Estimativa de autofinanciamento para o município de Setúbal 64
Quadro 21. Comparação da Estimativa de Autofinanciamento com o Investimento Municipal.....64

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1. AUTOFINANCIAMENTO MUNICIPAL POR ANOS..... 63

1. INTRODUÇÃO

De acordo com a alínea c) do n.º 2 do artigo 97º do Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio, que revogou o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, os planos diretores municipais devem ser acompanhados por um programa de execução das ações previstas, contendo "… as disposições sobre a execução das intervenções prioritárias do Estado e do município, previstas a curto e médio prazo, e o enquadramento das intervenções do Estado e as intervenções municipais previstas a longo prazo".

Por seu turno a alínea d) do n.º 2 do referido artigo 97º dispõe que cada plano diretor municipal deverá conter um plano de financiamento e a fundamentação da sua sustentabilidade.

É também o mesmo diploma que, no seu art.º 146.º, indica que o município promove a execução coordenada e programada do planeamento territorial, com a colaboração das entidades públicas e privadas, procedendo à realização das infraestruturas e dos equipamentos de acordo com o interesse público, os objetivos e as prioridades estabelecidas nos planos municipais de ordenamento do território. A execução dos sistemas gerais de infraestruturas e equipamentos públicos municipais e intermunicipais determina para os particulares o dever de concretizarem e de adequarem as suas pretensões aos objetivos e às prioridades definidas no PDM e de participar no seu financiamento.

Cabe ainda aos Planos Diretores Municipais, de acordo com a alínea i) do n.º 1 do artigo 96.º do Decreto-Lei nº 80/2015 determinar "… os critérios para a definição das áreas de cedência e a definição das respetivas regras de gestão, assim como a cedência média para efeitos de perequação."

A referência a esta alínea neste relatório justifica-se na medida em que os critérios de perequação compensatória são estudados em função do conjunto dos investimentos dos projetos, medidas e ações previstas num plano.

Conjugando este aspeto com a determinação dos artigos 176.º e seguintes do Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio, que estipula ser um direito dos proprietários aceder aos benefícios e encargos decorrentes dos instrumentos de gestão territorial que os vinculam e que, para esse efeito, estes devem prever mecanismos diretos ou indiretos de perequação. Os quais são realizados no âmbito dos planos de pormenor ou das unidades de execução, segundo critérios adotados no plano diretor municipal.

Por seu turno o art.º 176º do mesmo diploma dispõe na sua alínea g) que um dos objetivos da perequação é o da obtenção pelos municípios de meios financeiros adicionais para a realização das infraestruturas urbanísticas e de equipamentos coletivos em zonas carenciadas. E ainda, na sua alínea c) a disponibilização de terrenos e de edifícios ao município, para a construção ou ampliação de infraestruturas, de equipamentos coletivos e de espaços verdes e outros espaços de utilização coletiva.

Sendo assim, é forçoso considerar esta questão no quadro do plano de financiamento, o que se propõe integrar num capítulo específico deste relatório.

Este Programa de Execução e Plano de Financiamento, parte do Plano Diretor Municipal de Setúbal (adiante também designado por PDMS), destina-se a dar cumprimento às disposições referidas no artigo 97.º acima referenciado, tendo em conta os princípios enunciados neste ponto, embora se admitam algumas adaptações que se irão referenciar ao longo do trabalho.

2. ELEMENTOS RELEVANTES DO PLANO

2.1. LINHAS ESTRATÉGICAS E OBJETIVOS ESPECÍFICOS POR PROGRAMA

De acordo com o relatório do PDMS os projetos, ações e medidas previstas para os próximos dez anos no concelho de Setúbal, organizam-se num conjunto de onze programas de intervenção, que por sua vez respondem a quatro eixos estratégicas de desenvolvimento (EE), a sete objetivos gerais (OG) e a dezasseis objetivos específicos (OE).

A definição destes programas, procurando estabelecer a sua interligação numa perspetiva abrangente e alargada, com os eixos e os objetivos gerais, é um ponto importante para a verificação do enquadramento dos projetos, que serão analisados num capítulo imediatamente posterior.

2.1.1 Programa 1. – mobilidade sustentável, transportes e infraestruturas viárias

De acordo com o quadro 1 este programa responde a três dos quatro Eixos Estratégicos determinados no PDMS, embora com maior incidência no primeiro deles.

De facto, o programa integra-se no EE1 – Setúbal, Centro Competitivo, com Funções de Nível Superior e Urbanidade, e neste eixo desenvolve os seguintes objetivos específicos:

OE 01 Afirmar Setúbal como centro urbano de nível superior – o que pressupõe o desenvolvimento de ações e projetos que reforçam a posição de Setúbal no quadro da sua inserção regional e nacional (OG 01) e criam condições para a internacionalização da Cidade;

OE 04 Dotar o território de equipamentos e infraestruturas modernas – o que passa pela consolidação e reestruturação das áreas urbanas existentes e a promoção do desenvolvimento de novas centralidades de vocação funcional diversa, estimulando as suas condições de atratividade e competitividade (OG 03);

OE 05 Promover a acessibilidade e a mobilidade – o que qualifica as condições de vida e vivência da população, com prioridade para a valorização do território e para a mobilidade dos cidadãos (OG 02).

Contudo, o Programa 1 também apoia, embora com menor peso, o Eixo Estratégico **EE2 - Setúbal, plataforma portuária, logística e empresarial**, e abarca os seguintes objetivos específicos:

OE 01 Consolidar e reforçar a atividade do porto de Setúbal, em articulação com as funções urbanas – o que reforça a posição de Setúbal no quadro da sua inserção regional e nacional e cria condições para a internacionalização da Cidade (OG 01);

Eixo Estratégico de Desenvolvimento	Objetivos Específicos	Programas										
		Mobilidade	Abastecimento de Água	Drenagem			Planos e Estudos Urbanísticos	Equipamentos de Utilização Coletiva	Ambiente	Turismo	Habitação e Reabilitação Urbana	Conservação Manutenção do Existente
				Água Residual	Pluvial Natural	Pluvial Artificial						
1 - Setúbal, centro competitivo, com funções de nível superior e urbanidade	Afirmar Setúbal como centro urbano de nível superior	■					□	■	■	■	■	□
	Promover o planeamento e a qualificação urbana						■	■	□	□	■	□
	Dinamizar o comércio e a animação urbana							■	□	■	■	□
	Dotar o território de equipamentos e infraestruturas modernas	□	■	■	■	■	■	■	■	■	■	□
	Promover a acessibilidade e a mobilidade	■					□		□	□		□
2 - Setúbal, plataforma portuária, logística e empresarial	Consolidar e reforçar a atividade do porto de Setúbal, em articulação com as funções urbanas	□					□		□	□		□
	Fortalecer e diversificar a base económica	□					□	■	□	■	□	□
	Qualificar os espaços de acolhimento empresarial	□					■	■	■	■	□	□
	Promover a Economia do Mar	□					■					□
3 - Setúbal, convite ao turismo cultural e da natureza	Promover o turismo, o recreio e o lazer, potenciando os recursos naturais e ecológicos existentes (Arrábida e Estuário do Sado), assim como o património cultural	□					■	□	■	■	□	□
	Afirmar Setúbal como centro urbano complementar ao desenvolvimento turístico preconizado para a região	■					■	□	■	■	□	□
	Dotar o território de estruturas de suporte turístico e de apoio à visitação	□					□	□	■	■	□	□
4 - Setúbal, comprometido com a qualificação ambiental	Promover a economia circular								■		□	□
	Promover a conectividade entre sistemas naturais, melhorando a articulação c/ sistemas urbanos		□	□	■				□			□
	Reduzir riscos naturais, mistos e tecnológicos			□	□	□	■		■			□
	Promover a regeneração de áreas ambientalmente degradadas						□		■			□
	Implementar estratégias de mitigação e adaptação às alterações climáticas			□	□	□	□		■			□

■ Com maior intensidade
□ Com menor intensidade

Quadro 1. Incidência dos Programas do PDMS por Eixos Estratégicos de Desenvolvimento e por Objetivos Específico

OE 02 Fortalecer e diversificar a base económica – o que assegura uma base sustentável de desenvolvimento do concelho (OG 05);

OE 03 Qualificar os espaços de acolhimento empresarial – o que implica estruturar e potenciar a rede dos espaços de acolhimento de atividades económicas especializadas, nomeadamente logísticas, industriais, terciárias e turísticas (OG 06).

E por fim, o Programa 1 contribui para o desenvolvimento do **EE3 - Setúbal, convite ao turismo cultural e da natureza**, dado apoiar os seguintes objetivos específicos:

OE 01 Promover o turismo, o recreio e o lazer, potenciando os recursos naturais e ecológicos existentes (Arrábida e Estuário do Sado), assim como o património cultural – o que contribui para a estruturação e potenciação da rede dos espaços de acolhimento de atividades económicas especializadas, nomeadamente turísticas (OG 06);

OE 02 Afirmar Setúbal como centro urbano complementar ao desenvolvimento turístico preconizado para a região – o que reforça a posição de Setúbal no quadro da sua inserção regional e nacional e cria condições para a internacionalização da Cidade (OG 01) e valoriza o património cultural e ambiental do Concelho, enquanto fator de afirmação e de identidade local (OG 07).

2.1.2 Programa 2. – abastecimento de água

De acordo com o quadro 1 este programa responde ao **EE1 – Setúbal, Centro Competitivo, com Funções de Nível Superior e Urbanidade**, e integra-se no seguinte objetivo específico:

OE 04 Dotar o território de equipamentos e infraestruturas modernas – o que passa pela consolidação e reestruturação das áreas urbanas existentes e a promoção do desenvolvimento de novas centralidades de vocação funcional diversa, estimulando as suas condições de atratividade e competitividade (OG 03).

Responde ainda ao **EE4 – Setúbal, comprometido com a qualificação ambiental**, e integra-se no seguinte objetivo específico:

OE 02 Promover a conectividade entre sistemas naturais, melhorando a articulação c/ sistemas urbanos – desenvolvendo sistemas de abastecimento de água que assentam em soluções naturais promovendo a melhoria da qualidade ambiental do Concelho (OG 04).

2.1.3 Programa 3. – drenagem e tratamento de águas residuais domésticas

De acordo com o quadro 1 este programa responde ao **EE1 – Setúbal, Centro Competitivo, com Funções de Nível Superior e Urbanidade**, e integra-se no seguinte objetivo específico:

OE 04 Dotar o território de equipamentos e infraestruturas modernas – o que passa pela consolidação e reestruturação das áreas urbanas existentes e a promoção do desenvolvimento de novas centralidades de vocação funcional diversa, estimulando as suas condições de atratividade e competitividade (OG 03).

Contudo, apoia também o desenvolvimento do **EE4 - Setúbal, Município comprometido na Qualificação Ambiental**, nomeadamente os seguintes objetivos específicos:

OE 02 Promover a conectividade entre sistemas naturais, melhorando a articulação c/ sistemas urbanos – desenvolvendo sistemas de tratamento de águas residuais que assentam em soluções naturais promovendo a melhoria da qualidade ambiental do Concelho (OG 04);

OE 03 Reduzir riscos naturais, mistos e tecnológicos – o que qualifica as condições de vida e vivência da população, (OG 02) e promove a melhoria da qualidade ambiental do Concelho OG 04);

OE 05 Implementar estratégias de mitigação e adaptação às alterações climáticas – garantindo uma base sustentável para a preservação dos valores naturais/ambientais do Concelho (OG 05).

2.1.4 Programa 4. – drenagem pluvial natural

De acordo com o quadro 1 este programa, tal como o anterior responde ao **EE1 – Setúbal, Centro Competitivo, com Funções de Nível Superior e Urbanidade**, e integra-se no seguinte objetivo específico:

OE 04 Dotar o território de equipamentos e infraestruturas modernas – o que passa pela consolidação e reestruturação das áreas urbanas existentes e a promoção do desenvolvimento de novas centralidades de vocação funcional diversa, estimulando as suas condições de atratividade e competitividade (OG 03).

Contudo, apoia também o desenvolvimento do **EE4 - Setúbal, Município comprometido na Qualificação Ambiental**, nomeadamente os seguintes objetivos específicos:

OE 02 Promover a conectividade entre sistemas naturais, melhorando a articulação c/ sistemas urbanos – desenvolvendo sistemas de drenagem de águas pluviais que assentam em soluções naturais promovendo a melhoria da qualidade ambiental do Concelho (OG 04);

OE 03 Reduzir riscos naturais, mistos e tecnológicos – o que qualifica as condições de vida e vivência da população, OG 02) e promove a melhoria da qualidade ambiental do Concelho (OG 04);

OE 05 Implementar estratégias de mitigação e adaptação às alterações climáticas – garantindo uma base sustentável para a preservação dos valores naturais/ambientais do Concelho (OG 05).

2.1.5 Programa 5. – drenagem pluvial artificial

Tal como os dois programas anteriores, este responde ao **EE1 – Setúbal, Centro Competitivo, com Funções de Nível Superior e Urbanidade**, e integra-se no seguinte objetivo específico:

OE 04 Dotar o território de equipamentos e infraestruturas modernas – o que passa pela consolidação e reestruturação das áreas urbanas existentes e a promoção do desenvolvimento de novas centralidades de vocação funcional diversa, estimulando as suas condições de atratividade e competitividade (OG 03).

Contudo, apoia também o desenvolvimento do **EE4 - Setúbal, Município comprometido na Qualificação Ambiental**, nomeadamente os seguintes objetivos específicos:

OE 03 Reduzir riscos naturais, mistos e tecnológicos – o que qualifica as condições de vida e vivência da população, (OG 02) e promove a melhoria da qualidade ambiental do Concelho (OG 04);

OE 05 Implementar estratégias de mitigação e adaptação às alterações climáticas – garantindo uma base sustentável para a preservação dos valores naturais/ambientais do Concelho (OG 05).

2.1.6 Programa 6. – planos e estudos urbanísticos

De acordo com o quadro 1 este programa responde aos quatro Eixos Estratégicos determinados no PDMS.

De facto, o programa integra-se no **EE1 – Setúbal, Centro Competitivo, com Funções de Nível Superior e Urbanidade**, e abarca os seguintes objetivos específicos:

OE 01 Afirmar Setúbal como centro urbano de nível superior – dado que promove estudos que reforçam a posição de Setúbal no quadro da sua inserção regional e nacional (OG 01);

OE 02 Promover o planeamento e a qualificação urbana – objetivo fundamental que contribui para a consolidação e reestruturação das áreas urbanas existentes e promover o desenvolvimento de novas centralidades de vocação funcional diversa, estimulando as suas condições de atratividade e competitividade (OG 03);

OE 04 Dotar o território de equipamentos e infraestruturas modernas – o que, incluído em vários estudos e planos, promove a consolidação e reestruturação das áreas urbanas existentes e a promoção do desenvolvimento de novas centralidades de vocação funcional diversa, estimulando as suas condições de atratividade e competitividade (OG 03);

OE 05 Promover a acessibilidade e a mobilidade – através de muitos dos planos e investimentos que qualificam as condições de vida e vivência da população, com prioridade para a valorização do território e para a mobilidade dos cidadãos (OG 02).

Contudo, o Programa 6 também desenvolve o Eixo Estratégico **EE2 - Setúbal, plataforma portuária, logística e empresarial**, e apoia todos os seus objetivos específicos:

OE 01 Consolidar e reforçar a atividade do porto de Setúbal, em articulação com as funções urbanas – pelo estabelecimento de regulamentação promovendo a articulação entre as áreas portuária e a cidade (OG 01 e OG 06);

OE 02 Fortalecer e diversificar a base económica – nomeadamente por intermédio de planos e investimentos que redinamizam áreas territoriais de maior incidência produtiva, o que assegura uma base sustentável de desenvolvimento do concelho (OG 05);

OE 03 Qualificar os espaços de acolhimento empresarial – o que implica estruturar e potenciar a rede dos espaços de acolhimento de atividades económicas especializadas, nomeadamente logísticas, industriais, terciárias e turísticas (OG 06);

OE 04 Promover a Economia do Mar – desenvolvendo planos e estudos que estão associados à logística do mar, bem como à instalação de equipamentos a ele associados, reforçando a posição de Setúbal no quadro da sua inserção regional e nacional (OG 01) e estruturando e potenciando a rede dos espaços de acolhimento de atividades económicas especializadas (OG 06).

Contribui também para o desenvolvimento do **EE3 - Setúbal, convite ao turismo cultural e da natureza**, dado apoiar os seguintes objetivos específicos:

OE 01 Promover o turismo, o recreio e o lazer, potenciando os recursos naturais e ecológicos existentes (Arrábida e Estuário do Sado), assim como o património cultural – através de vários planos que contribuem para a estruturação e potenciação da rede dos espaços de acolhimento de atividades económicas especializadas, nomeadamente turísticas (OG 06);

OE 02 Afirmar Setúbal como centro urbano complementar ao desenvolvimento turístico preconizado para a região – o que também reforça a posição de Setúbal no quadro da sua inserção regional e nacional e cria condições para a internacionalização da Cidade (OG 01) e valoriza o património cultural e ambiental do Concelho, enquanto fator de afirmação e de identidade local (OG 07);

OE 03 Dotar o território de estruturas de suporte turístico e de apoio à visitação – pela execução de projetos e ações que asseguram uma base sustentável de conciliação entre o desenvolvimento económico e a preservação dos valores naturais/ambientais do Concelho (OG 05).

E por fim, este programa, transversal, integra-se no **EE4 – Setúbal, comprometido com a qualificação ambiental** e potencia os seguintes objetivos específicos:

OE 03 Reduzir riscos naturais, mistos e tecnológicos – estudando o território de forma a qualificar as condições de vida e vivência da população, (OG 02) e a promover a melhoria da qualidade ambiental do Concelho (OG 04);

OE 04 Promover a regeneração de áreas ambientalmente degradadas – nomeadamente através de alguns planos envolvendo áreas industriais ambientalmente degradadas, contribuindo para a qualidade ambiental do Concelho (OG 04), bem como para valorizar o seu património ambiental (OG 07);

OE 05 Implementar estratégias de mitigação e adaptação às alterações climáticas – garantindo através dos estudos a efetuar uma base sustentável para a preservação dos valores naturais/ambientais do Concelho (OG 05).

2.1.7 Programa 7. – equipamentos de utilização coletiva

De acordo com o quadro 1 este programa responde três dos quatro Eixos Estratégicos determinados no PDMS.

De facto, o programa integra-se no **EE1 – Setúbal, Centro Competitivo, com Funções de Nível Superior e Urbanidade**, e abarca os seguintes objetivos específicos:

OE 01 Afirmar Setúbal como centro urbano de nível superior – dado que prevê o desenvolvimento de equipamentos e programas que reforçam a posição de Setúbal no quadro da sua inserção regional e nacional (OG 01);

OE 02 Promover o planeamento e a qualificação urbana – dado que uma grande parte dos equipamentos qualificam as condições de vida e vivência da população (OG 02) o que contribui para o desenvolvimento de novas centralidades de vocação funcional diversa, estimulando as suas condições de atratividade e competitividade (OG 03);

OE 03 Dinamizar o comércio e a animação urbana – sendo certo que a maioria dos equipamentos contribuem para o desenvolvimento de novas centralidades de vocação funcional diversa, estimulando as suas condições de atratividade e competitividade (OG 03) e assegura uma base sustentável de conciliação para o desenvolvimento económico (OG 05);

OE 04 Dotar o território de equipamentos e infraestruturas modernas – o que, por inerência, consolida e reestrutura as áreas urbanas existentes e a promoção do desenvolvimento de novas centralidades de vocação funcional diversa, estimulando as suas condições de atratividade e competitividade (OG 03).

Contudo, o Programa 7 também desenvolve o Eixo Estratégico **EE2 - Setúbal, plataforma portuária, logística e empresarial**, e contribui para os seguintes objetivos específicos:

OE 02 Fortalecer e diversificar a base económica – dado que contribui para a reabilitação, consolidação e reestruturação das áreas urbanas existentes e promoção do desenvolvimento de novas centralidades de vocação funcional diversa, estimulando as

suas condições de atratividade e competitividade (OG 03) e para além disso apoia a criação de base sustentável de desenvolvimento do concelho (OG 05);

OE 03 Qualificar os espaços de acolhimento empresarial – dado contribuir para estruturar e potenciar a rede dos espaços de acolhimento de atividades económicas especializadas, nomeadamente as terciárias e turísticas (OG 06).

Contribui ainda para o desenvolvimento do **EE3 - Setúbal, convite ao turismo cultural e da natureza**, dado apoiar os seguintes objetivos específicos:

OE 01 Promover o turismo, o recreio e o lazer, potenciando os recursos naturais e ecológicos existentes (Arrábida e Estuário do Sado), assim como o património cultural – através de vários investimentos que contribuem para a estruturação e potenciação da rede dos espaços de acolhimento de atividades económicas especializadas, nomeadamente turísticas (OG 06);

OE 02 Afirmar Setúbal como centro urbano complementar ao desenvolvimento turístico preconizado para a região – o que também reforça a posição de Setúbal no quadro da sua inserção regional e nacional e cria condições para a internacionalização da Cidade (OG 01), potencia a rede dos espaços de acolhimento de atividades económicas ligadas ao turismo (OG 06) e valoriza o património cultural e ambiental do Concelho, enquanto fator de afirmação e de identidade local (OG 07);

OE 03 Dotar o território de estruturas de suporte turístico e de apoio à visitação – pela execução de projetos e ações que asseguram uma base sustentável de conciliação entre o desenvolvimento económico e a preservação dos valores naturais/ambientais do Concelho (OG 05).

2.1.8 Programa 8. – ambiente

De acordo com o quadro 1 este programa também responde aos quatro Eixos Estratégicos determinados no PDMS.

De facto, o programa integra-se no **EE1 – Setúbal, Centro Competitivo, com Funções de Nível Superior e Urbanidade**, e abarca os seguintes objetivos específicos:

OE 01 Afirmar Setúbal como centro urbano de nível superior – dado que promove vários estudos e investimentos que reforçam a posição de Setúbal no quadro da sua inserção regional e nacional (OG 01);

OE 02 Promover o planeamento e a qualificação urbana – tendo em vista investimento que contribuem para a consolidação e reestruturação das áreas urbanas existentes e promover o desenvolvimento de novas centralidades de vocação funcional diversa, estimulando as suas condições de atratividade e competitividade (OG 03);

OE 04 Dotar o território de equipamentos e infraestruturas modernas – o que, pelos investimentos considerados no programa, promove a consolidação e reestruturação das

áreas urbanas existentes e a promoção do desenvolvimento de novas centralidades de vocação funcional diversa, estimulando as suas condições de atratividade e competitividade (OG 03);

OE 05 Promover a acessibilidade e a mobilidade – através de investimentos em parques urbanos que qualificam as condições de vida e vivência da população, com prioridade para a valorização do território e para a mobilidade dos cidadãos (OG 02).

Contudo, o Programa 8 também desenvolve o Eixo Estratégico **EE2 - Setúbal, plataforma portuária, logística e empresarial**, e apoia todos os seus objetivos específicos:

OE 01 Consolidar e reforçar a atividade do porto de Setúbal, em articulação com as funções urbanas – pelo desenvolvimento de investimentos que promovem a articulação entre as áreas portuária e a cidade (OG 01 e OG 06);

OE 02 Fortalecer e diversificar a base económica – nomeadamente por intermédio do subprograma de espaços verdes de lazer e produção que redinamizam áreas territoriais de maior incidência produtiva, o que assegura uma base sustentável de desenvolvimento do concelho (OG 05);

OE 03 Qualificar os espaços de acolhimento empresarial – especialmente através do subprograma de gestão de resíduos que contribui para estruturar e potenciar a rede dos espaços de acolhimento de atividades económicas especializadas, nomeadamente logísticas, industriais, terciárias e turísticas (OG 06).

Contribui também para o desenvolvimento do **EE3 - Setúbal, convite ao turismo cultural e da natureza**, dado apoiar os seguintes objetivos específicos:

OE 01 Promover o turismo, o recreio e o lazer, potenciando os recursos naturais e ecológicos existentes (Arrábida e Estuário do Sado), assim como o património cultural – através de vários estudos que contribuem para a estruturação e potenciação da rede dos espaços de acolhimento de atividades económicas especializadas, nomeadamente turísticas (OG 06) e para valorizar o património cultural e ambiental do Concelho, enquanto fator de afirmação e de identidade local (OG 07);

OE 02 Afirmar Setúbal como centro urbano complementar ao desenvolvimento turístico preconizado para a região – dado os investimentos previstos no quadro de planos e estudos que também reforçam a posição de Setúbal no quadro da sua inserção regional e nacional e cria condições para a internacionalização da Cidade (OG 01) e valorizam o património cultural e ambiental do Concelho, enquanto fator de afirmação e de identidade local (OG 07);

OE 03 Dotar o território de estruturas de suporte turístico e de apoio à visitação – pela execução de projetos e ações que asseguram uma base sustentável de conciliação entre o desenvolvimento económico e a preservação dos valores naturais/ambientais do Concelho (OG 05).

E por fim, este programa, transversal, integra-se no **EE4 – Setúbal, comprometido com a qualificação ambiental** e potencia todos os seus objetivos específicos:

OE 01 Promover a economia circular – tendo em vista os estudos e alguns dos investimentos previstos no programa, que contribuem para a reciclagem da qualidade ambiental do Concelho (OG 04), bem como para valorizar o seu património ambiental (OG 07);

OE 02 Promover a conectividade entre sistemas naturais, melhorando a articulação c/ sistemas urbanos – sobretudo com base no plano estratégico do ambiente que fará uma articulação intrarregional, promovendo a melhoria da qualidade ambiental do Concelho (OG 04);

OE 03 Reduzir riscos naturais, mistos e tecnológicos – estudando o território de forma a qualificar as condições de vida e vivência da população, (OG 02) e a promover a melhoria da qualidade ambiental do Concelho (OG 04);

OE 04 Promover a regeneração de áreas ambientalmente degradadas – nomeadamente através do estudo de contaminação de solos envolvendo áreas industriais ambientalmente degradadas, contribuindo para a qualidade ambiental do Concelho (OG 04), bem como para valorizar o seu património ambiental (OG 07);

OE 05 Implementar estratégias de mitigação e adaptação às alterações climáticas – garantindo através do estudo de alterações climáticas a criação duma base sustentável para a preservação dos valores naturais/ambientais do Concelho (OG 05).

2.1.9 Programa 9. – turismo

De acordo com o quadro 1 este programa responde a três dos quatro Eixos Estratégicos determinados no PDMS.

De facto, o programa integra-se no **EE1 – Setúbal, Centro Competitivo, com Funções de Nível Superior e Urbanidade**, e abarca os seguintes objetivos específicos:

OE 01 Afirmar Setúbal como centro urbano de nível superior – dado que prevê o desenvolvimento de equipamentos e investimentos que reforçam a posição de Setúbal no quadro da sua inserção regional e nacional (OG 01);

OE 02 Promover o planeamento e a qualificação urbana – dado que uma grande parte dos investimentos qualificam as condições de vida e vivência da população (OG 02) o que contribui para o desenvolvimento de novas centralidades de vocação funcional diversa, estimulando as suas condições de atratividade e competitividade (OG 03);

OE 03 Dinamizar o comércio e a animação urbana – sendo certo que a maioria dos projetos contribuem para o desenvolvimento de novas centralidades de vocação funcional diversa, estimulando as suas condições de atratividade e competitividade (OG 03) e assegura uma base sustentável de conciliação para o desenvolvimento económico (OG 05);

OE 04 Dotar o território de equipamentos e infraestruturas modernas – nomeadamente equipamentos de interesse turístico que ajudam a consolidar e reestruturar as áreas urbanas existentes e a promoção do desenvolvimento de novas centralidades de vocação funcional diversa, estimulando as suas condições de atratividade e competitividade (OG 03).

Contudo, o Programa 9 também desenvolve o Eixo Estratégico **EE2 - Setúbal, plataforma portuária, logística e empresarial**, e contribui para os seguintes objetivos específicos:

OE 01 Consolidar e reforçar a atividade do porto de Setúbal, em articulação com as funções urbanas – nomeadamente através dos projetos ligados ao estuário, que reabilitam, consolidam e reestruturam as áreas urbanas ribeirinhas existentes e promovem o desenvolvimento de novas centralidades de vocação funcional turística, estimulando as suas condições de atratividade e competitividade (OG 03);

OE 02 Fortalecer e diversificar a base económica – dado que contribui para a reabilitação, consolidação e reestruturação das áreas urbanas existentes e promoção do desenvolvimento de novas centralidades de vocação funcional turística, estimulando as suas condições de atratividade e competitividade (OG 03) e para além disso apoia a criação de base sustentável de desenvolvimento do concelho (OG 05);

OE 03 Qualificar os espaços de acolhimento empresarial – dado contribuir para estruturar e potenciar a rede dos espaços de acolhimento de atividades económicas especializadas, nomeadamente as terciárias e turísticas (OG 06).

Contribui também para o desenvolvimento do **EE3 - Setúbal, convite ao turismo cultural e da natureza**, dado apoiar os seguintes objetivos específicos:

OE 01 Promover o turismo, o recreio e o lazer, potenciando os recursos naturais e ecológicos existentes (Arrábida e Estuário do Sado), assim como o património cultural – através de todos os investimentos que contribuem para a estruturação e potenciação da rede dos espaços de acolhimento de atividades económicas especializadas, nomeadamente turísticas (OG 06);

OE 02 Afirmar Setúbal como centro urbano complementar ao desenvolvimento turístico preconizado para a região – o que é implementado por grande parte dos investimentos previstos e que também reforça a posição de Setúbal no quadro da sua inserção regional e nacional e cria condições para a internacionalização da Cidade (OG 01), potencia a rede dos espaços de acolhimento de atividades económicas ligadas ao turismo (OG 06) e valoriza o património cultural e ambiental do Concelho, enquanto fator de afirmação e de identidade local (OG 07);

OE 03 Dotar o território de estruturas de suporte turístico e de apoio à visitação – pela execução de projetos e ações que asseguram uma base sustentável de conciliação entre o desenvolvimento económico e a preservação dos valores naturais/ambientais do Concelho (OG 05).

2.1.10 Programa 10. – habitação e reabilitação urbana

De acordo com o quadro 1 este programa responde aos quatro Eixos Estratégicos determinados no PDMS.

De facto, o programa integra-se no **EE1 – Setúbal, Centro Competitivo, com Funções de Nível Superior e Urbanidade**, e abarca os seguintes objetivos específicos:

OE 01 Afirmar Setúbal como centro urbano de nível superior – dado que promove reabilitações de património e edificado que reforçam a posição de Setúbal no quadro da sua inserção regional e nacional (OG 01);

OE 02 Promover o planeamento e a qualificação urbana – sobretudo no quadro da qualificação urbana, o que contribui para a consolidação e reestruturação das áreas urbanas existentes e promover o desenvolvimento de novas centralidades de vocação funcional diversa, estimulando as suas condições de atratividade e competitividade (OG 03);

OE 04 Dotar o território de equipamentos e infraestruturas modernas – o que, previsto em vários projetos deste programa, promove a consolidação e reestruturação das áreas urbanas existentes e a promoção do desenvolvimento de novas centralidades de vocação funcional diversa, estimulando as suas condições de atratividade e competitividade (OG 03).

Contudo, o Programa 10 também desenvolve o Eixo Estratégico **EE2 - Setúbal, plataforma portuária, logística e empresarial**, e apoia os seguintes objetivos específicos:

OE 02 Fortalecer e diversificar a base económica – nomeadamente por intermédio de investimentos cuja atratividade contribui para redinamizar as áreas territoriais de maior incidência produtiva, o que assegura uma base sustentável de desenvolvimento do concelho (OG 05);

OE 03 Qualificar os espaços de acolhimento empresarial – em especial os comerciais e turísticos pela estruturação e potenciação da rede dos espaços de acolhimento de atividades económicas especializadas, nomeadamente logísticas, industriais, terciárias e turísticas (OG 06).

Contribui também para o desenvolvimento do **EE3 - Setúbal, convite ao turismo cultural e da natureza**, dado apoiar os seguintes objetivos específicos:

OE 01 Promover o turismo, o recreio e o lazer, potenciando os recursos naturais e ecológicos existentes (Arrábida e Estuário do Sado), assim como o património cultural – através de grande parte dos projetos que contribuem para a estruturação e potenciação da rede dos espaços de acolhimento de atividades económicas especializadas, nomeadamente comerciais e turísticas (OG 06);

OE 02 Afirmar Setúbal como centro urbano complementar ao desenvolvimento turístico preconizado para a região – o que, em complemento do objetivo anterior, também reforça a posição de Setúbal no quadro da sua inserção regional e nacional e cria

condições para a internacionalização da Cidade (OG 01) e valoriza o património cultural e ambiental do Concelho, enquanto fator de afirmação e de identidade local (OG 07);

OE 03 Dotar o território de estruturas de suporte turístico e de apoio à visitação – pela execução de projetos e ações que asseguram uma base sustentável de conciliação entre o desenvolvimento económico e a preservação dos valores naturais/ambientais do Concelho (OG 05).

E por fim, este programa, transversal, integra-se no **EE4 – Setúbal, comprometido com a qualificação ambiental** e potencia o seguinte objetivo específico:

OE 01 Promover a economia circular – tendo em vista que a maioria dos investimentos previstos no programa contribuem para a reciclagem da qualidade ambiental do Concelho (OG 04), bem como para valorizar o seu património cultural (OG 07);

2.1.11 Programa 11. – conservação, manutenção e reabilitação do existente

Por último o programa 11, por corresponder ao objetivo de conservar, manter e reabilitar o conjunto de infraestruturas, equipamentos, edificado e outro tipo de património municipal, seja ele do domínio público ou privado, contribui para a prossecução de todos os eixos e objetivos gerais e específicos, pelo que não carece de descrição adicional.

2.2. AÇÕES E PROJETOS POR PROGRAMA E POR SUBPROGRAMA

O PDMS identificou um conjunto de 263 projetos que se inserem nos primeiros 10 programas antes identificados os quais por sua vez deram origem a subprogramas que estão patentes nos quadros seguintes.

Todos os quadros incluem a prioridade atribuída a cada projeto, bem como o seu valor total em euros, o responsável pela sua execução e ainda a cobertura financeira para a sua concretização.

A participação de terceiros na concretização dos projetos é, neste momento, difícil de estimar, na medida em que se prepara um novo quadro comunitário de apoio a Portugal sendo ainda impossível precisar que tipologia de projetos poderá vir a ser comparticipada. Contudo, será natural que as limitações de acesso já existentes se mantenham e que as taxas de comparticipação venham a ser menos elevadas, como aliás se refere mais detalhadamente posteriormente.

Em termos gerais, a opção fundamental foi a de garantir uma cobertura deste PDM recorrendo quase totalmente à capacidade de autofinanciamento do Município, o que se demonstrará mais adiante.

2.2.1 Programa 1. – mobilidade sustentável, transportes e infraestruturas viárias

Este programa inclui os 25 projetos que se encontram descritos no quadro 2 da página seguinte.

Os objetivos a atingir com este programa são os seguintes:

1. Promover a qualificação e expansão da rede pedonal estruturante, garantindo a existência de percursos acessíveis, inclusivos e seguros nos centros urbanos e na ligação aos principais serviços e equipamentos públicos;
2. Garantir a qualidade das redes pedonais de forma permanente;
3. Promover as deslocações em modos suaves nos percursos casa-escola;
4. Garantir a qualidade das redes cicláveis de forma permanente;
5. Promover as deslocações em modos suaves nos percursos casa-escola;
6. Desenvolver as redes cicláveis, criando condições de conforto e de segurança que favoreçam a utilização da bicicleta nas deslocações quotidianas;
7. Desenvolver uma rede de parqueamento de bicicletas e disponibilizar outros equipamentos que auxiliem a utilização quotidiana da bicicleta;
8. Introdução de um sistema de bicicletas partilhadas;
9. Articular as componentes ferroviária, rodoviária e fluvial do transporte público de passageiros;
10. Hierarquizar e consolidar a rede de interfaces de transporte;
11. Aumentar a coerência da rede rodoviária e o encaminhamento dos fluxos de tráfego para as vias adequadas, reduzindo o tráfego de atravessamento dentro dos núcleos urbanos;
12. Reafectar parte do espaço público ocupado pelo automóvel (espaço canal e estacionamento) aos modos de transporte suaves e ao TC;
13. Promover a resolução pontual de alguns constrangimentos rodoviários;

Programa 1: MOBILIDADE SUSTENTÁVEL, TRANSPORTES E INFRAESTRUTURAS VIÁRIAS					Cobertura Financeira (€)			
Sub-prog/ Projeto	Designação	Priori-dade	Total (€)	Executor	Orçamento Municipal	Apoio		IP/Brisa/ Operad TP
						Comunit	Nacional	
1.1	**Plano de Ação Pedonal**		**3 009 600**		**3 009 600**	**0**	**0**	**0**
1	Expandir e/ ou requalificar a rede pedonal municipal estruturante	Média	3 009 600	CMS	3 009 600			
1.2	**Plano de Ação Ciclável**		**4 521 600**	**0**	**1 582 560**	**2 939 040**	**0**	**0**
1	Desenvolver a rede ciclável municipal	Média	4 521 600	CMS	1 582 560	2 939 040		
2	Implementar parqueamento de bicicletas e outros equipamentos de apoio	Alta	303 800	CMS	303 800			
3	Implementar um sistema de bicicletas partilhadas	Alta	531 700	CMS	531 700			
1.3	**Plano de Transportes Públicos**		**13 875 000**		**8 437 500**	**0**	**0**	**5 437 500**
1	Interface da Praça do Brasil (interface principal)	Alta	3 000 000	CMS	3 000 000			
2	Interface do Sado nas Fontainhas (interface principal)	Média	10 200 000	CMS	5 100 000			5 100 000
3	Interface secundária em Praias do Sado	Média	29 000	CMS	14 500			14 500
4	Implementação das interfaces de âmbito local/Programa de intervenção nas paragens e interfaces / Melhoria das condições de abrigo e informação nas paragens de táxis	Média	646 000	CMS	323 000			323 000
1.4	**Plano de Transporte Individual**		**38 073 000**	**0**	**28 915 500**	**1 300 000**	**0**	**7 857 500**
1	Conclusão da Circular Externa de Setúbal (C.2), fecho até ao troço poente da EN10	Média	415 000	CMS	207 500			207 500
2		Baixa	8 300 000	CMS	4 150 000			4 150 000
3	Construção da Circular Interna de Setúbal (C.3), fecho do anel até à EN10 (poente)	Média	200 000	CMS	200 000			
4		Baixa	3 300 000	CMS	3 300 000			
5	Melhoria da acessibilidade ao núcleo de Praias do Sado (via alternativa EN 10-8)	Alta	1 500 000	IP				1 500 000
6	Acessibilidade ao Bairro do Viso (Estudos)	Alta	50 000	CMS	50 000			
7	Beneficiação da ligação entre Setúbal e a Península da Mitrena (EN10-4)	Alta	3 000 000	CMS/IP	1 000 000			2 000 000
8	Execução do prolongamento à EN 379 Sesimbra – Azeitão (D 21)	Baixa	3 500 000	CMS	3 500 000			
9	Requalificação da EN 379-1 e ER10-4 de acesso às praias	Alta	1 575 000	CMS	1 575 000			
10	Relocalização do Viaduto das Fontainhas para a Av. D. Manuel I, D35	Alta	4 130 000	CMS	4 130 000			
11	Requalificação da Estrada da Graça e dos acessos ao novo viaduto	Alta	2 000 000	CMS	700 000	1 300 000		
12	Beneficiação da Estrada Municipal EM534 de ligação entre as Padeiras/ Poçoilos e Zona norte do Concelho	Baixa	800 000	CMS	800 000			
13	Intervenção em arruamentos em terra batida	Média	6 153 000	CMS	6 153 000			
14	Manutenção/Beneficiação da rede rodoviária municipal	Alta	3 150 000	CMS	3 150 000			
1.5	**Plano de Estacionamento**		**500 000**		**500 000**	**0**	**0**	**0**
1	Criação de estacionamento (superfície e subterrâneo) e zonas de estacionamento tarifado	Alta	0	CMS/ Gestores				
2	Criar parques de estacionamento de rebatimento	Alta	500 000	CMS/ Gestores	500 000			
1.6	**Plano de Transporte de Mercadorias e Logística Urbana**		**1 050 000**		**50 000**	**0**	**0**	**1 000 000**
1	Reformulação do nó da EN 10-8 em Poçoilos	Baixa	1 000 000	Brisa/IP				1 000 000
2	Implementar um sistema de gestão das operações de logística urbana na cidade	Alta	50 000	CMS	50 000			
	Total		**61 029 200**		**42 495 160**	**4 239 040**	**0**	**14 295 000**

Quadro 2. Projetos, Subprogramas e Cobertura Financeira do Programa 1

14. Desenvolver uma estratégia que contribua para a redução da sinistralidade rodoviária;
15. Criar uma política de gestão de estacionamento que permita ao município começar a inverter o predomínio do automóvel individual na mobilidade municipal;
16. Organizar a oferta de estacionamento;
17. Controlar o estacionamento de longa duração, criando oferta de estacionamento do tipo Park&Ride (junto às interfaces de TC) ou de rebatimento na proximidade e em alguns pontos estratégicos do centro urbano;
18. Reservar oferta para utilizadores específicos (residentes, deficientes, veículos elétricos);
19. Melhorar a eficácia da fiscalização do estacionamento ilegal no espaço público;
20. Formalizar a oferta de estacionamento na via pública;
21. Garantir uma boa acessibilidade às zonas industriais;
22. Assegurar uma maior eficiência na gestão das operações logísticas urbanas.

O programa subdivide-se em seis subprogramas, nomeadamente:

1.1 Plano de Ação Pedonal – que expande e/ou requalifica a rede pedonal municipal estruturante, num total de 66 km integrando entre outras:

- as ligações pedonais às interfaces (existentes e previstas) e às principais paragens de transporte;

- os percursos com maior intensidade de comércio, serviços, equipamentos coletivos e polos de atração turística ou de recreio e lazer (e.g. a zona ribeirinha);

- as ligações principais entre estes polos geradores de deslocações pedonais e as zonas residenciais mais consolidadas dos aglomerados urbanos;

- os principais percursos que permitem transpor as barreiras da ferrovia e da antiga EN10, estabelecendo a ligação entre setores distintos da cidade de Setúbal;
- os percursos que minimizam os potenciais conflitos com o tráfego (motorizado), com especial atenção para o peão e as principais ligações às zonas de expansão urbana.

1.2 Plano de Ação Ciclável – que inclui três projetos, nomeadamente:
1 - Desenvolver a rede ciclável municipal – numa extensão total de cerca de 95 km de percursos de mobilidade quotidiana ou mista, ligando aos principais polos passíveis de gerar deslocações em bicicleta, nomeadamente equipamentos escolares, de saúde, culturais, administrativos, desportivos e de lazer, assim como polos de emprego e abrangendo as interfaces de transporte, para combinação com soluções de transporte público;
2 - Implementar parqueamento de bicicletas e outros equipamentos de apoio - considerando-se prioritárias as interfaces de transporte;
3 - Implementar um sistema de bicicletas partilhadas - objeto de um estudo próprio que defina a dimensão da frota, o número e localização das estações e ainda o próprio modo de funcionamento do sistema.

1.3 Plano de Ação de Transportes Públicos - destacam-se a construção das duas interfaces principais, uma secundária e várias locais:

1 - A interface da Praça do Brasil (interface principal) – integra a estação de caminho-de-ferro central da cidade de Setúbal e situa-se num dos eixos principais de penetração na cidade (EN 252/Estrada dos Ciprestes). A criação desta interface permitirá ainda retirar do centro histórico da cidade o atual terminal rodoviário;

2 - A Interface do Sado (interface principal) – a localizar o mais próximo possível da Doca das Fontainhas articulando os modos ferroviário, rodoviário e fluvial (ligação a Troia), constituirá um verdadeiro desafio no que concerne à concertação entre as entidades a envolver (CMS, IP e APSS), mas também dos pontos de vista da solução técnica de engenharia e da solução de integração urbanística;

3 - A Interface secundária em Praias do Sado – a localizar junto do apeadeiro de caminho-de-ferro de Praias do Sado, permitirá articular os modos ferroviário e rodoviário, assumindo-se como elemento estruturante da oferta de TC à zona leste do município, nomeadamente aos núcleos urbanos de menor dimensão das freguesias do Sado e de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra. Contemplará um pequeno parque de estacionamento (30 a 40 lugares numa primeira fase) para potenciar a realização de cadeias de Park & Ride e deverá prever uma solução viária que permita aos autocarros aproximar-se fisicamente da estação, minorando o desconforto associado ao transbordo de/para o comboio;

4 - A rede de interfaces de âmbito local – irá permitir a realização de transbordos entre diferentes linhas de TC rodoviário (evitando, no caso de Setúbal, a deslocação ao centro da cidade) e/ou a articulação com o transporte fluvial e individual. Preconiza-se ainda a implementação de um programa de intervenção nas paragens e interfaces e a melhoria das condições de abrigo e informação nas paragens de táxis.

1.4 No Plano de Ação de Transporte Individual destacam-se as seguintes intervenções:

1 e 2 - A Circular Externa de Setúbal (C.2) – fazendo o seu fecho até ao troço poente da EN10, o que reduzirá o tráfego de atravessamento ao aglomerado urbano de Setúbal, sobretudo de veículos pesados;

3 e 4 - A Circular Interna de Setúbal (C.3) – que concluirá o anel até à EN10 (poente), em conformidade com o alinhamento criado pela via P.1 proposta no PDMS em vigor. Esta via, com caráter urbano, irá permitir articular os sectores periurbanos e franjas urbanas da cidade de Setúbal sem atravessamento da sua zona central;

5 - A Melhoria da acessibilidade ao núcleo de Praias do Sado – através da construção de um viaduto sobre a linha de caminho-de-ferro de ligação à Rua Vale de Chaves, permitirá melhorar as ligações deste aglomerado à cidade de Setúbal (mitigando os efeitos criados pela supressão do nó da EN10-8 na ligação com a rua Principal de Praias do Sado), melhorar a articulação entre os núcleos de Praias do Sado e Estefanilha, assim como melhorar o serviço de transporte coletivo ao Instituto Politécnico de Setúbal;

6 - A Acessibilidade ao Bairro do Viso – estudo que deverá avaliar a possibilidade de implementação de uma ligação à EN10, assegurando a articulação com as circulares externa ou interna a Setúbal;

7 - A beneficiação da ligação entre Setúbal e a Península da Mitrena – A EN10-4, não reúne as características adequadas a um volume de tráfego de pesados significativo para servir esta vasta área industrial. A beneficiação poderá vir a carecer de duplicação desta via e de soluções de reordenamento dos seus acessos e de vias alternativas de evacuação;
8 - Execução do prolongamento à EN 379 Sesimbra – Azeitão (D 21) – inserido no projeto comum dos municípios da região, visando um reforço das acessibilidades no território sul da Península de Setúbal (Via Intermunicipal Sesimbra/Palmela/Setúbal) é o corredor negociado entre os municípios da região que compete a Setúbal, assegurando a sua articulação com a rede viária estruturante do território de Azeitão e com a Circular Externa de Setúbal;
9 - A requalificação da EN 379-1 e ER10-4 de acesso às praias – destina-se a melhorar as condições de circulação (rodoviária e modos suaves), segurança e ordenamento do estacionamento, sobretudo no período estival quando a pressão de utilização é mais elevada;
10 - A Relocalização do Viaduto das Fontainhas para a Av. D. Manuel I – insere-se no âmbito da requalificação da Frente Ribeirinha de Setúbal e da melhoria das acessibilidades ferro-rodoviárias ao Porto de Setúbal. O novo viaduto passará sobre a linha ferroviária, estando prevista a demolição do atual viaduto das Fontainhas;
11 - A Requalificação da Estrada da Graça e dos acessos ao novo Viaduto – será feita a nível do reperfilamento, criação de bolsas de estacionamento e áreas pedonais e engloba ainda a construção dos acessos ao novo viaduto, designadamente a ligação à Av. Luísa Todi, a execução de rotundas no cais das Fontainhas e na Estrada da Graça e as ligações à Av. D. Manuel;
12 - Beneficiação da Estrada Municipal EM534 de ligação entre as Padeiras/Poçoilos e Zona norte do Concelho – que prevê a ligação ao concelho de Palmela e Estação Ferroviária;
13 e 14 - Preconiza-se ainda a requalificação da rede viária do Concelho, designadamente a Intervenção em arruamentos em terra batida e a Manutenção/beneficiação da rede rodoviária municipal.

1.5 No que respeita ao Plano de Estacionamento, importa salientar:
1 - A Criação de estacionamento (superfície e subterrâneo) e zonas de estacionamento tarifado – será enquadrada no âmbito do concurso público a desenvolver pela Câmara Municipal de Setúbal para a concessão do estacionamento;
2 – Os Parques de estacionamento de rebatimento – oferecendo estacionamento Park & Ride será efetuada junto das principais interfaces de transportes no concelho e em áreas próximas do centro da cidade, nomeadamente: Interface da Praça do Brasil, Estação Fluvial Cais 3, Interface de Praias do Sado, Quinta da Várzea, Centro Comercial Alegro, Praça de Portugal, Brejos de Azeitão, Vila Nogueira de Azeitão e Interface do Sado.

1.6 O Plano de Ação de Transporte de Mercadorias e Logística Urbana contém dois projetos:
1 – A Reformulação do nó da EN 10-8 em Poçoilos – deverá permitir ultrapassar os constrangimentos atualmente resultantes da concessão, que não permite os movimentos de/para sul em direção ao Porto de Setúbal e consequentemente não facilita a prevista promoção de um polo de micrologística, que virá de encontro à lógica preconizada para a circulação de pesados no Município;

2 - Preconiza-se, ainda, a elaboração de um estudo para a Implementação de um sistema de gestão das operações de logística urbana na cidade – que pondere a viabilidade de constituição de um centro de consolidação logística ao nível urbano e de um modelo de funcionamento que assegure o envolvimento do maior número de parceiros possível – comerciantes, distribuidores, fornecedores, autoridades locais.

2.2.2 Programa 2. – abastecimento de água

Este programa inclui os 47 projetos que se encontram descritos no quadro 3 seguinte.

Os objetivos a atingir com este programa são os seguintes:

1. Reforçar a capacidade de captação de água;
2. Substituição de furos em fim de vida útil;
3. Garantir maior fiabilidade do abastecimento;
4. Assegurar o acesso para intervenções na rede de condutas adutoras e distribuidoras;
5. Garantir capacidade de reserva de água;
6. Demolir reservatórios em estado obsoleto;
7. Construir novos reservatórios para fazer face à carência de armazenamento;
8. Garantir a capacidade de bombeamento de água no sistema;
9. Construir novas estações elevatórias;
10. Remodelar estações elevatórias existentes;
11. Ampliar as redes de distribuição de água às áreas que ainda não estão servidas pelo abastecimento público de água;
12. Reabilitar as redes existentes com necessidades de reparação.

Programa 2: ABASTECIMENTO DE ÁGUA					Cobertura Financeira (€)			
Sub-prog/ Projeto	Designação	Priori-dade	Total (€)	Executor	Orçamento Municipal	Apoio		
						Comunit	Nacional	
2.1	**Captações**		**766 373**		**766 373**	**0**	**0**	**0**
1	S-CAP-2 – Furo em Pinhal das Espanholas - PE1	Alta	178 080	CMS	178 080			
2	S-CAP-3 – Furo em Pinhal das Espanholas - PE2	Alta	178 080	CMS	178 080			
3	S-CAP-6 – Execução de nova captação subterrânea F1 no Faralhão (abertura do furo)	Alta	73 920	CMS	73 920			
4	S-CAP-14 – Desativação do furo JK1 (Faralhão)	Alta	11 130	CMS	11 130			
5	S-CAP-16 – Desativação dos furos JK6 e JK5 de Poço Mouro	Alta	22 260	CMS	22 260			
6	A-CAP-4 – Substituição do furo em Pinhal Negreiros (PS1)	Alta	111 300	CMS	111 300			
7	A-CAP-5 – Substituição de furo em Pinhal Negreiros	Alta	166 950	CMS	166 950			
8	A-CAP-6 – Selagem dos furos JK4 (Pinhal Negreiros) e JK13 (Perú)	Alta	13 523	CMS	13 523			
9	A-CAP-7 – Selagem do furo JK12 (Perú)	Alta	11 130	CMS	11 130			
2.2	**Condutas Adutoras/ Distribuidoras**		**10 260 024**		**10 260 024**	**0**	**0**	**0**

Programa 2: ABASTECIMENTO DE ÁGUA					Cobertura Financeira (€)			
Sub-prog/ Projeto	Designação	Priori-dade	Total (€)	Executor	Orçamento Municipal	Apoio		
						Comunit	Nacional	
1	S-AD-2 – Remodelação da conduta Algeruz/ Pinheirinhos	Alta	1 696 657	CMS	1 696 657			
2	S-AD-5 – Conduta Adutora Brancanes - Reboreda	Alta	299 174	CMS	299 174			
3	S-AD-6 – Conduta Adutora Reboreda - Carrascal	Alta	78 912	CMS	78 912			
4	S-AD-7 – Conduta de ligação Farol da Azeda/ Pinheirinhos Elevado - 2ª Fase	Alta	366 344	CMS	366 344			
5	S-AD-8 e S-AD-9 – Condutas de ligação HP Pinheirinhos Elevado/ rede	Alta	371 186	CMS	371 186			
6	S-AD-11 – Ligações da conduta de Farol da Azeda/Vale Rosa e Vale Rosa/Bela Vista	Alta	200 340	CMS	200 340			
7	S-AD-12 e S-AD-13 – Condutas com origem no reservatório da Reboreda e Carrascal	Alta	278 918	CMS	278 918			
8	S-AD-15 – Construção da conduta distribuidora com origem em Brancanes	Alta	439 524	CMS	439 524			
9	Reestruturação do Sistema de Abastecimento de Água de Faralhão e Bela Vista:	Alta	1 736 280	CMS	1 736 280			
10	Reforço do Sistema Adutor Pinhal Negreiros – Bassaqueira:	Alta	2 264 955	CMS	2 264 955			
11	A-AD-3 – Remodelação da conduta Bassaqueira - Vendas	Alta	392 778	CMS	392 778			
12	A-AD-4 – Conduta Adutora Bassaqueira - Vendas Zona Baixa	Alta	203 123	CMS	203 123			
13	A-AD-5 – Conduta Adutora Bassaqueira - S. Domingos	Alta	168 286	CMS	168 286			
14	A-AD-6 – Conduta Adutora Bassaqueira - S. Pedro	Alta	271 461	CMS	271 461			
15	A-AD-7 – Conduta Adutora S. Pedro - Portela	Alta	40 402	CMS	40 402			
16	A-AD-8 – Conduta Distribuidora com origem na Bassaqueira	Alta	755 282	CMS	755 282	0	0	0
17	A-AD-9 – Conduta Distribuidora com origem no Reservatório Vendas Zona Baixa	Alta	696 404	CMS	696 404			
2.3	**Reservatórios**		**2 871 095**		**2 871 095**			
1	S-RES-1 – Construção do Reservatório da Reboreda	Alta	1 130 808	CMS	1 130 808			
2	S-RES-7 e S-RES-9 – Beneficiação do Reservatório de Carrascal e Bela Vista Apoiado	Alta	89 597	CMS	89 597			
3	S-RES-10 – Beneficiação do Reservatório de Pinheirinhos Apoiado	Alta	245 417	CMS	245 417			
4	S-RES-12 – Demolição do Reservatório de Forte Velho	Alta	4 563	CMS	4 563			
5	A-RES-3 – Construção do Reservatório Vendas Zona Baixa	Alta	1 130 808	CMS	1 130 808			
6	A-RES-5 – Construção do Reservatório da Portela	Alta	269 903	CMS	269 903			
2.4	**Estações Elevatórias**		**2 072 072**		**2 072 072**			
1	S-EE-1 – Construção da Estação Elevatória Brancanes - Reboreda	Alta	171 291	CMS	171 291			
2	S-EE-2 – Construção da Estação Elevatória Reboreda - Carrascal	Alta	183 311	CMS	183 311			
3	S-EE-3 – Ampliação da capacidade de elevação da EEAP Bela Vista Apoiado-Elevado	Alta	265 673	CMS	265 673			
4	S-EE-4 – Remodelação da Estação Elevatória de Algeruz	Alta	244 971	CMS	244 971			
5	S-EE-8 – Construção do Hidropressor do Carrascal	Alta	93 715	CMS	93 715			
6	S-EE-9 – Construção do Hidropressor de Pinheirinhos	Alta	505 302	CMS	505 302			
7	S-EE-10 – Construção do Hidropressor do Alto da Guerra	Alta	72 902	CMS	72 902			
8	A-EE-3 – Remodelação da EEAP Bassaqueira - Vendas	Alta	69 229	CMS	69 229			
9	A-EE-4 – Remodelação da Estação Elevatória Bassaqueira - S. Domingos	Alta	107 627	CMS	107 627			
10	A-EE-5 – Construção da Estação Elevatória Bassaqueira - Vendas Zona Baixa	Alta	213 919	CMS	213 919			
11	A-EE-6 – Construção da EE06 (Bassaqueira/ S. Pedro)	Alta	78 355	CMS	78 355			
12	A-EE-7 – Remodelação da Estação Elevatória (S. Pedro/ Portela)	Alta	35 060	CMS	35 060			

Programa 2: ABASTECIMENTO DE ÁGUA					Cobertura Financeira (€)			
Sub-prog/ Projeto	Designação	Priori-dade	Total (€)	Executor	Orçamento Municipal	Apoio		
						Comunit	Nacional	
13	A-EE-9 – Remodelação da CH Casais da Serra	Alta	30 719	CMS	30 719			
2.5	**Redes de Distribuição de Água**		**10 447 500**		**10 447 500**			
1	ARA – Ampliação das Redes de Distribuição de Água	Alta	210 000	CMS	210 000			
2	RRA – Reabilitação das Redes de Distribuição de Água	Alta	10 237 500	CMS	10 237 500			
	Total		**26 417 063**		**26 417 063**			

Quadro 3. Projetos, Subprogramas e Cobertura Financeira do Programa 2

O programa subdivide-se em cinco subprogramas, nomeadamente:

2.1 Captações de Água – envolvendo nove projetos, nomeadamente:
1, 2 e 3 – Furos no Pinhal das Espanholas e no Faralhão – que permitirão garantir o abastecimento de água com o grau de fiabilidade exigido;
4 e 5 – Desativação do furo JK1 (Faralhão) e dos furos JK6 e JK5 (Poço Mouro);

6 e 7 – Substituição de furos em Pinhal Negreiros – que apresentam debilidades graves comprometendo o abastecimento de água às populações servidas por estes subsistemas;
8 e 9 – Selagem de furos JK4 (Pinhal Negreiros) e JK13 (Perú) e JK12 (Perú).

2.2 O subprograma Condutas Adutoras/Distribuidoras contém 17 projetos e tem por finalidade reduzir o número de roturas, garantindo maior fiabilidade do abastecimento, assim como substituir as condutas adutoras cujas condições de implantação não permitem o acesso para a execução de intervenções.

2.3 O subprograma dos Reservatórios de Água inclui 6 projetos que se destinam a resolver as situações de capacidade de reserva insuficiente para satisfazer as necessidades atuais do sistema em períodos de ponta, através da ampliação de reservatórios e da criação de outros que compensem o défice de reserva e que simultaneamente permitam corrigir patamares de pressão.

2.4 O subprograma das Estações Elevatórias, com 13 intervenções, procura garantir a capacidade de bombeamento de água no sistema, assegurando a transposição de barreiras físicas com significativas diferenças de nível que não podem ser vencidas apenas com a força da gravidade.

2.5 No subprograma de Redes de Distribuição de Água, com 2 intervenções, pretende-se assegurar a extensão das redes de abastecimento de água a pequenas áreas não cobertas na área nordeste do município, sobretudo na freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto Guerra, e em algumas áreas limítrofes da área urbana de Azeitão, e reabilitar as redes existentes com necessidade de reparação.

2.2.3 Programa 3. – drenagem e tratamento de águas residuais domésticas

Este programa inclui os 19 projetos que se encontram descritos no quadro 4 da página seguinte.

Os objetivos a atingir com este programa são os seguintes:

1. Melhorar o nível de cobertura por sistema de recolha e drenagem de águas residuais no concelho de Setúbal;
2. Garantir a ligação de todas as águas residuais domésticas às ETAR.

Programa 3: DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS					Cobertura Financeira (€)			
Sub-prog/ Projeto	Designação	Priori-dade	Total (€)	Executor	Orçamento Municipal	Apoio		
						Comunit	Nacional	
3.1	**Emissários**		**2 219 852**		**2 219 852**	**0**	**0**	**0**
1	S-EM-2 – Remodelação do emissário CG7 - Praias do Sado	Alta	137 906	CMS	137 906			
2	A-EM-1 e A-EM-2 – Remodelação do coletor A	Alta	1 742 746	CMS	1 742 746			
3	A-EM-3 – Remodelação do coletor B	Alta	339 200	CMS	339 200			
3.2	**Estações e Condutas Elevatórias**		**3 029 268**		**3 029 268**	0	0	0
1	S-EEAR-6 – Remodelação da Estação Elevatória do Faralhão	Alta	72 610	CMS	72 610			
2	S-EEAR-8 – Remodelação da Estação e Conduta Elevatória de Santo Ovídeo	Alta	106 106	CMS	106 106			
3	S-EEAR-9 – Remodelação do Sistema Elevatório de Praias do Sado	Alta	106 000	CMS	106 000			
4	S-EEAR-10 – Remodelação da Estação Elevatória do Alto da Guerra	Alta	71 656	CMS	71 656			
5	S-EEAR-11 – Remodelação da Estação Elevatória da Serralheira	Alta	125 080	CMS	125 080			
6	S-EEAR-12 – Remodelação da Estação Elevatória do Bonfim	Alta	933 224	CMS	933 224			
7	S-EEAR-14 – Remodelação da Estação Elevatória do Bocage	Alta	140 450	CMS	140 450			
8	S-EEAR-15 – Remodelação da Estação Elevatória da Termoelétrica	Alta	861 886	CMS	861 886			
9	S-EEAR-16 – Remodelação da Estação Elevatória da Conceição	Alta	69 536	CMS	69 536			
10	S-EEAR-17 – Remodelação do Sistema Elevatório de Praias do Sado	Alta	542 720	CMS	542 720			
3.3	**Instalações de Tratamento**		**762 336**		**762 336**	0	0	0
1	S-TR-8 e S-TR-9 – Reformulação dos Sistema Drenagem e Tratamento de Faralhão e Pontes	Alta	560 936	CMS	560 936			
2	S-TR-10 – Reabilitação do edifício de apoio e órgãos de tratamento da ETAR de Setúbal	Alta	42 400	CMS	42 400			
3	S-TR-11 – Instalação de processo de tratamento do biogás na ETAR de Setúbal	Alta	159 000	CMS	159 000			
3.4	**Descarregadores de Tempestade**		**300 000**		**300 000**	0	0	0
1	S/A-DT – Construção de Descarregadores de Tempestade	Alta	300 000	CMS	300 000			
3.5	**Redes de Distribuição**		**14 200 000**		**14 200 000**	0	0	0
1	ARS – Ampliação de redes de saneamento	Alta	2 600 000	CMS	2 600 000			
2	RRS – Reabilitação/ remodelação em redes de drenagem	Alta	11 600 000	CMS	11 600 000			
	Total		**20 511 456**		**20 511 456**			

Quadro 4. Projetos, Subprogramas e Cobertura Financeira do Programa 3

O programa subdivide-se em cinco subprogramas, nomeadamente:

3.1 Emissários – envolvendo 3 projetos, todos eles fazendo a remodelação de emissários ou coletores com abatimentos e obstruções, e de troços com problemas de falta de capacidade, contra inclinados ou com inclinações muito reduzidas.

3.2 Estações e Condutas Elevatórias – com 10 projetos destinados a remodelar as estações e condutas deterioradas ou com insuficiência de fluxo.

3.3 Instalações de Tratamento – subprograma com 3 projetos, dos quais um se destina à reformulação do sistema drenagem e tratamento de Faralhão e Pontes, outro a reabilitação do edifício de apoio e órgãos de tratamento da ETAR de Setúbal e um terceiro que procederá à instalação de processo de tratamento do biogás na ETAR de Setúbal.

3.4 Descarregadores de Tempestade – contendo apenas um projeto, na medida em que instalará em toda a rede descarregadores de tempestade que garantam o escoamento em situações críticas.

3.5 Redes de Distribuição - com duas intervenções que pretendem assegurar a ampliação das redes de saneamento a áreas não cobertas e reabilitar as redes de drenagem existentes com necessidade de reparação.

2.2.4 Programa 4. – drenagem pluvial natural

Este programa inclui os 12 projetos que se encontram descritos no quadro 5, imediato.

PROGRAMA 4. – DRENAGEM PLUVIAL NATURAL					Cobertura Financeira (€)			
Sub-prog/ Projeto	Designação	Priori-dade	Total (€)	Executor	Orçamento Municipal	Apoio		
						Comunit	Nacional	
4.1	**Bacias de Retenção**		**8 232 731**		**8 232 731**	**0**	**0**	**0**
1	Nos cursos de água na área de drenagem da Vala Real	Média	3 597 634	CMS	3 597 634			
2	Nos cursos de água na área de drenagem da Vala Real	Alta	783 133	CMS	783 133			0
3	Nos cursos de água na área de drenagem da Vala Real	Alta	1 470 200	CMS	1 470 200			
4	Nos cursos de água na área de drenagem da Cotovia	Média	607 059	CMS	607 059			
5	Nos cursos de água na área de drenagem da Cotovia	Média	472 162	CMS	472 162			
6	Nos cursos de água na área de drenagem da Cotovia	Baixa	439 451	CMS	439 451			
7	BR 3 - de cheias da ribeira de S. Paulo Quintas da Misericórdia, Marmelinhos e Gaivão	Alta	863 092	CMS	863 092			
4.2	**Passagens Hidráulicas**		**1 479 398**		**1 479 398**	**0**	**0**	**0**
1	Redefinição da capacidade de vazão na área de drenagem da Vala Real	Média	506 993	CMS	506 993			
2	Redefinição da capacidade de vazão na área de drenagem da Figueira/ Livramento	Média	643 860	CMS	643 860			
3	Redefinição da capacidade de vazão na área de drenagem da Cotovia	Média	328 545	CMS	328 545			
4.3	**Definição da Secção de Vazão**		**150 602**		**150 602**	**0**	**0**	**0**

PROGRAMA 4. – DRENAGEM PLUVIAL NATURAL					Cobertura Financeira (€)			
Sub-prog/ Projeto	Designação	Priori-dade	Total (€)	Executor	Orçamento Municipal	Apoio		
						Comunit	Nacional	
1	Vala Real - Brejos do Clérigo, Vale do Choupo, Casal Bolinhos, Vila Fresca de Azeitão - BR 11, Rio de Lagos/ Salmoura e Bom Pastor	Média	148 397	CMS	148 397			
2	Cotovia - Barranco do Alto da Guerra	Média	2 205	CMS	2 205			
	Total		**9 862 731**		**9 862 731**	**0**	**0**	**0**

Quadro 5. Projetos, Subprogramas e Cobertura Financeira do Programa 4

Os objetivos a atingir com este programa são os seguintes:

1. Mitigar os problemas de inundações e cheias;
2. Regularizar as linhas de água e incrementar a capacidade de escoamento das redes de drenagem pluvial natural.

O programa visa mitigar os problemas de inundação que ocorrem no concelho de Setúbal, em particular na zona de Azeitão (Salmoura/Brejos de Camarate, Brejos de Azeitão, zona entre a Rua do Fisco e a EN 10, Vila Nogueira de Azeitão), na Cidade de Setúbal (Várzeas do Livramento e da Figueira, Monte Belo, Quinta da Amizade) e na zona nascente (Vale da Rosa), e que estão relacionados com a ocupação indevida de linhas de água, e dos respetivos leitos de cheia. Existem estrangulamentos do normal escoamento das águas pluviais provenientes das respetivas bacias hidrográficas e ainda, ausência de rede de drenagem pluvial natural em algumas áreas urbanas. Para a resolução destes problemas subdividiu-se o programa em três subprogramas, nomeadamente:

4.1 Bacias de Retenção – envolvendo 7 projetos três dos quais em Vala Real, outros três em Cotovia e por último um que se destina a reter as cheias da ribeira de S. Paulo, nas Quintas da Misericórdia, em Marmelinhos e em Gaivão.

4.2 Passagens Hidráulicas – são 3 as que se preveem, para garantir a capacidade de vazão na área de drenagem da Vala Real, da Cotovia e ainda da Figueira/Livramento.

4.3 Definição da Secção de Vazão – envolvendo 2 projetos, um para a Vala Real, que inclui as localidades de Brejos do Clérigo, Vale do Choupo, Casal Bolinhos, Vila Fresca de Azeitão - BR 11, Rio de Lagos/ Salmoura e Bom Pastor; e outro para a Cotovia que se estende até ao Barranco do Alto da Guerra.

2.2.5 Programa 5. – drenagem pluvial artificial

Este programa inclui os 10 projetos que se encontram descritos no quadro 6 da página seguinte.

Os objetivos a atingir com este programa são os seguintes:

1. Mitigar os problemas de inundações e cheias;
2. Incrementar a capacidade de escoamento das redes de drenagem pluvial artificial.

A cidade de Setúbal, construída no leito de cheia das Ribeiras do Livramento e da Figueira, apresenta troços canalizados das ribeiras com secção de vazão insuficiente. Verifica-se também uma

insuficiente secção de escoamento do atual sistema das redes de drenagem pluvial da cidade, afluindo parte dela ao troço canalizado da Ribeira do Livramento, estando esta rede, em grande parte subdimensionada.

Também na área urbana de Azeitão existem problemas relacionados com a canalização de linhas de água com secção muito reduzida, insuficiente capacidade de escoamento das atuais redes de drenagem pluvial e com a ausência de rede de drenagem pluvial.

O programa de drenagem pluvial artificial subdivide-se em dois subprogramas, nomeadamente:

5.1 A Implantação de Coletores Pluviais – é projeto único que abrange a bacia de drenagem da Vala Real e que inclui as localidades de Salmoura, Brejos de Azeitão, Vila Nogueira de Azeitão, Casal Bolinhos, Vale do Choupo - Zona urbana VR7, Vale do Choupo - rua da Florex e Sto. Amaro;

5.2 O Aumento da Capacidade de Vazão – para as áreas de drenagem de Vala Real (3 projetos), Cotovia (3 projetos) e Figueira/Livramento (3 projetos)

Programa 5: DRENAGEM PLUVIAL ARTIFICIAL					Cobertura Financeira (€)			
Sub-prog/ Projeto	Designação	Priori-dade	Total (€)	Executor	Orçamento Municipal	Apoio		
						Comunit	Nacional	
5.1	**Implantação de Coletores Pluviais**		**862 039**		**862 039**	**0**	**0**	**0**
1	Na bacia de drenagem da Vala Real - Salmoura, Brejos de Azeitão, Vila Nogueira de Azeitão, Casal Bolinhos, Vale do Choupo - Zona urbana VR7, Vale do Choupo - rua da Florex e Sto. Amaro	Média	862 039	CMS	862 039			
5.2	**Aumento da Capacidade de Vazão nas Áreas de Drenagem de**		**20 587 497**		**20 587 497**	**0**	**0**	**0**
1	Vala Real (1ª Prioridade)	Alta	2 188 762	CMS	2 188 762			
2	Vala Real (2ª Prioridade)	Média	659 231	CMS	659 231			
3	Vala Real (3ª Prioridade)	Baixa	1 042 649	CMS	1 042 649			
4	Figueira/ Livramento (1ª Prioridade)	Alta	11 787 584	CMS	11 787 584			
5	Figueira/ Livramento (2ª Prioridade)	Média	1 576 239	CMS	1 576 239			
6	Figueira/ Livramento (3ª Prioridade)	Baixa	822 316	CMS	822 316			
7	Cotovia (1ª Prioridade):	Alta	451 898	CMS	451 898			
8	Cotovia (2ª Prioridade):	Média	701 224	CMS	701 224			
9	Cotovia (3ª Prioridade):	Baixa	1 357 594	CMS	1 357 594			
	Total		**21 449 537**		**21 449 537**	**0**	**0**	**0**

Quadro 6. Projetos, Subprogramas e Cobertura Financeira do Programa 5

2.2.6 Programa 6. – planos e estudos urbanísticos

Este programa inclui os 34 projetos que se encontram descritos no quadro 7 da página seguinte.

Os objetivos a atingir com este programa são os seguintes:

1. Promover o ordenamento do território por intermédio de planos municipais;

2. Executar obras de urbanização das áreas de intervenção afetas a planos e estudos urbanísticos;
3. Requalificar das praias e da zona costeira.

O programa de Planos e Estudos Urbanísticos subdivide-se em doze subprogramas, dos quais se fará menção neste ponto aos seguintes:

Programa 6: PLANOS E ESTUDOS URBANÍSTICOS					Cobertura Financeira (€)			
Sub-prog/ Projeto	Designação	Priori-dade	Total (€)	Executor	Orçamento Municipal	Apoio		Outros
						Comunit	Nacional	
6.1	**Elaboração de Planos Municipais de Ordenamento do Território**		**2 220 000**		**2 220 000**	**0**	**0**	**0**
1	Plano de Urbanização da Cidade de Setúbal (UOPG 20)	Média	460 000	CMS	460 000			
2	Plano de Urbanização de Azeitão (UOPG 1)	Média	270 000	CMS	270 000			
3	Plano de Urbanização da Mitrena (UOPG 21)	Média	170 000	CMS	170 000			
4	Plano de Pormenor da Frente Ribeirinha de Setúbal (UOPG 19)	Média	400 000	CMS	400 000			
5	Plano de Urbanização de Setúbal Nascente (SUOPG 20.22)	Média	380 000	CMS	380 000			
6	Plano de Pormenor da Cidade Desportiva (SUOPG 20.24)	Média	250 000	CMS	250 000			
7	Plano de Pormenor da Cidade do Conhecimento (SUOPG 20.23)	Média	290 000	CMS	290 000			
6.2	**Estudo Urbanístico dos Terrenos da Fábrica Carmona (SUOPG 1.1)**		**650 000**		**650 000**	**0**	**0**	**0**
1	Execução dos Espaços Verdes	Média	500 000	CMS	500 000			
2	Execução das Infraestruturas	Média	150 000	CMS	150 000			
6.3	**Execução Plano de Pormenor da Salmoura (SUOPG 1.3)**		**8 270 182**		**8 270 182**	**0**	**0**	**0**
1	Execução das Infraestruturas	Média/Baixa	6 856 350	CMS	6 856 350			
2	Execução dos Espaços Verdes	Média	544 413	CMS	544 413			
3	Elaboração de Projetos	Alta	444 046	CMS	444 046			
4	Aquisição de Terrenos – parcelas 330 e 331	Alta	425 373	CMS	425 373			
6.4	**Execução do estudo Urbanístico da Frente Ribeirinha Poente (SUOPG 19.3)**		**3 953 000**		**3 953 000**	**0**	**0**	**0**
1	Execução das Infraestruturas	Média	3 453 000	CMS	3 453 000			
2	Demolições	Média	500 000	CMS	500 000			
6.5	**Execução do estudo Urbanístico da Frente Ribeirinha Nascente (SUOPG 19.4)**		**2 500 000**		**2 500 000**	**0**	**0**	**0**
1	Execução das Infraestruturas	Média	2 500 000	CMS	2 500 000			
6.6	**Execução do estudo Urbanístico da Quinta do Xarraz (SUOPG 20.11)**		**3 981 740**		**3 715 540**	**0**	**266 200**	**0**
1	Terraplenagem	Média	320 000	CMS	320 000			
2	Execução Infraestruturas	Média	2 648 750	CMS	2 648 750			
3	Execução de Espaços Verdes	Média	480 590	CMS	480 590			
4	Execução de Equipamentos	Média	532 400	CMS	266 200		266 200	
6.7	**Execução do estudo Urbanístico do Polo Comercial do Monte Belo (SUOPG 20.14)**		**1 800 000**		**1 800 000**	**0**	**0**	**0**
1	Execução de Infraestruturas	Média	1 500 000	CMS	1 500 000			
2	Execução de Espaços Verdes	Média	300 000	CMS	300 000			
6.8	**Execução do Plano de Urbanização da Entrada Norte da Cidade de Setúbal**		**2 719 880**		**2 205 275**	**0**	**514 605**	**0**
1	Execução de Infraestruturas	Média	1 497 445	CMS	1 497 445			
2	Execução de Espaços Verdes	Média	193 225	CMS	193 225			

Programa 6: PLANOS E ESTUDOS URBANÍSTICOS					Cobertura Financeira (€)			
Sub-prog/ Projeto	Designação	Priori-dade	Total (€)	Executor	Orçamento Municipal	Apoio		Outros
						Comunit	Nacional	
3	Execução de Equipamentos (Escola Básica)	Baixa	1 029 210	CMS	514 605		514 605	
6.9	**Execução do Estudo Urban. Bairros Dias, Moinho do Frade e Monarquina (SUOPG 20.17)**		**2 215 000**		**2 215 000**	**0**	**0**	**0**
1	Execução de Infraestruturas	Média	1 905 000	CMS	1 905 000			
2	Execução de Espaços Verdes	Média	310 000	CMS	310 000			
6.10	**Projeto Base do Parque Urbano Wake Park (parte da SUOPG 20.22)**		**2 400 000**		**0**	**0**	**0**	**2 400 000**
1	Parque temático de lazer e iniciativa privada de atividades aquáticas	Alta	2 400 000	Privado				2 400 000
6.11	**Plano de Pormenor da Mitrena Nascente (SUOPG 21.1)**		**4 200 000**		**4 200 000**	**0**	**0**	**0**
1	Execução de Infraestruturas	Média	4 200 000	CMS	4 200 000			
6.12	**Planos de Intervenção nas Praias**		**6 884 095**		**6 884 095**	**0**	**0**	**0**
1	Plano de Intervenção na Praia do Portinho da Arrábida/Creiro - Alpertuche (UOPGs 8 e 9)	Alta	2 213 770	CMS	2 213 770			
2	Plano de Intervenção na Praia de Galápos - Galapinhos (UOPG 10)	Alta	1 817 325	CMS	1 817 325			
3	Plano de Intervenção na Comenda-Gávea-Eco-parque do Outão (UOPG 16, SUOPG 16.1 e SUOPG 16.2)	Alta	53 000	CMS	53 000			
4	Plano de Intervenção na Praia da Figueirinha (UOPG 13)	Alta	1 200 000	CMS	1 200 000			
5	Plano de Intervenção na Praia de Albarquel (SUOPG 19.1)	Alta	1 600 000	CMS	1 600 000			
	Total		**41 793 897**		**38 613 092**	**0**	**780 805**	**2 400 000**

Quadro 7. Projetos, Subprogramas e Cobertura Financeira do Programa 6

6.1 A Elaboração de Planos Municipais de Ordenamento do Território – são 7 os que se preveem realizar, nomeadamente cobrindo as principais aglomerações urbanas (Cidade de Setúbal e aglomerado de Azeitão) e industriais (Península Industrial da Mitrena), cuja estruturação será assegurada através da figura de plano de urbanização, e para outras áreas específicas do território municipal onde se perspetiva a necessidade de definição de desenho urbano em função da realidade sócio urbanística existente ou pelas dinâmicas de investimento preconizadas (frente ribeirinha de Setúbal, área nascente da Cidade, "Cidade Desportiva" e "Cidade do Conhecimento") apoiadas nas figuras de plano de urbanização ou de plano de pormenor;

6.2 a 11 São 10 subprogramas localizados (Terrenos da Fábrica Carmona nos Brejos de Clérigos, Salmoura, Frente Ribeirinha de Setúbal, Quinta do Xarraz, Polo Comercial do Monte Belo, Entrada Norte da Cidade de Setúbal, Bairros Dias, Moinho do Frade e Monarquina e Mitrena) que concretizam intervenções territoriais nomeadamente a execução das obras de urbanização (infraestruturas primárias, espaços verdes e equipamentos) associadas a operações urbanísticas enquadradas em planos de urbanização, planos de pormenor e em estudos urbanísticos desenvolvidos para áreas chave do território municipal que apresentam necessidades de reestruturação fundiária, de reformulação e hierarquização da rede viária, de construção de infraestruturas básicas e de qualificação de espaço público.

Alguns deles preveem equipamentos (caso do Xarraz, e da Entrada Norte) os quais

serão apoiados financeiramente por terceiros.
De salientar que o subprograma 6.10 - Parque Urbano Wake Park será suportado integralmente por privados, dado que se trata de um parque temático de lazer no domínio das atividades aquáticas, com especial incidência em Wakeboard, através de um cable park, para além de uma pista de kartings elétricos, skate park, entre outros. Disporá ainda de algumas unidades funcionais com bungalows para estadias e um espaço de restauração tudo desenvolvido num terreno municipal já disponibilizado.

6.12 O subprograma de Planos de Intervenção nas Praias – que, em 5 projetos, requalifica as praias da Arrábida e da zona costeira, enquadrada em planos de praia elaborados no âmbito do Programa de Orla Costeira Espichel – Odeceixe e em intervenções de valorização integradas, com particular enfoque na requalificação da rede viária e no estacionamento, na promoção das condições para implementação dos modos suaves, na infraestruturação básica, na requalificação do espaço público e na dotação de equipamentos e apoios de praia.

De salientar que este conjunto de subprogramas e de projetos implicam investimentos que abrangem 8 das 28 UOPG e 13 das 51 SUOPG definidas no PDMS, sendo certo que as restantes serão desenvolvidas, quer em termos dos estudos, quer nos investimentos associados, mediante contratos de urbanização com privados interessados, não se prevendo custos assumidos pela autarquia.

2.2.7 Programa 7: equipamentos de utilização coletiva

Este programa inclui os 34 projetos que se encontram descritos no quadro 8 da página seguinte.

Os objetivos a atingir com este programa são os seguintes:

1. Reforçar a rede de equipamentos coletivos de apoio à população;
2. Melhorar as condições de acesso da população aos serviços públicos, na área da cultura, educação, desporto, saúde, justiça e abastecimento público;
3. Construir novos centros escolares, garantido o regime normal de funcionamento em todas as escolas do ensino básico;
4. Requalificar os estabelecimentos de ensino com necessidades de obras e dotá-los de equipamentos e serviços fundamentais ao seu funcionamento;
5. Ampliar o Hospital Distrital de São Bernardo e construir novos centros de saúde em Setúbal e em Azeitão, substituindo instalações obsoletas e com problemas de acessibilidade;
6. Construir novos centros desportivos integrados que fomentem a prática desportiva, federada e não federada;
7. Criar novas estruturas de apoio na área da proteção civil em Setúbal e em Azeitão, nomeadamente em formação, planeamento e gestão de emergências;
8. Criar e requalificar equipamentos de apoio à investigação e ao desenvolvimento económico.

Programa 7: EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA					Cobertura Financeira (€)			
Sub-prog/ Projeto	Designação	Priori-dade	Total (€)	Executor	Orçamento Municipal	Apoio		Outros
						Comunit	Nacional	
7.1	**Equipamentos Culturais**		**10 600 000**		**3 810 000**	**6 630 000**	**0**	**160 000**
1	Biblioteca Municipal de Setúbal	Alta	3 000 000	CMS	1 050 000	1 950 000		
2	Parque Arqueológico da Arrábida	Baixa	250 000	CMS	90 000			160 000
3	Praça de Touros Carlos Relvas	Média	6 000 000	CMS	2 100 000	3 900 000		
4	Núcleo Museológico das Marchas Populares	Média	150 000	CMS	150 000			
5	Casa da Cultura de Azeitão	Média	1 200 000	CMS	420 000	780 000		
7.2	**Equipamentos Educativos**		**22 200 000**		**3 745 000**	**6 955 000**	**11 500 000**	**0**
1	Centro Escolar da Quinta da Caiada	Alta	2 700 000	CMS	945 000	1 755 000		
2	Centro Escolar de Vale de Cerejeiras	Baixa	2 500 000	CMS	875 000	1 625 000		
3	Centro Escolar São Francisco Xavier	Baixa	2 500 000	CMS	875 000	1 625 000		
4	Construção da Escola Básica/ JI das Amoreiras	Alta	3 000 000	CMS	1 050 000	1 950 000		
5	Requalificação da Escola Básica de Bocage	Alta	1 500 000	Min Edu			1 500 000	
6	Requalificação da Escola Básica de Aranguês	Alta	1 500 000	Min Edu			1 500 000	
7	Conclusão da requalificação da Escola Básica de Azeitão + construção de pavilhão desportivo	Alta	4 000 000	Min Edu			4 000 000	
8	Requalificação da Escola Secundária de Bocage	Alta	2 000 000	Min Edu			2 000 000	
9	Construção de Pavilhão Desportivo da Escola Secundária D. Manuel Martins	Média	2 500 000	Min Edu			2 500 000	
7.3	**Equipamentos Desportivos**		**25 150 000**		**25 150 000**	**0**	**0**	**0**
1	Cidade Desportiva Vale da Rosa	Baixa	23 000 000	CMS	23 000 000			
2	Cobertura do Complexo Municipal de Piscinas das Manteigadas	Alta	500 000	CMS	500 000			
3	Centro Desportivo Nacional de Águas Abertas – Parque Urbano de Albarquel	Alta	150 000	CMS	150 000			
4	Complexo Desportivo das Pedreiras do Viso	Baixa	1 500 000	CMS	1 500 000			
7.4	**Equipamentos de Saúde**		**14 210 000**		**0**	**0**	**14 210 000**	**0**
1	Centro de Saúde de Azeitão	Alta	1 380 000	Min Saúde			1 380 000	
2	Centro de Saúde de S. Sebastião (Bela Vista)	Alta	1 380 000	Min Saúde			1 380 000	
3	Centro de Saúde do Bairro do Liceu (Praceta Maria Lamas)	Alta	3 450 000	Min Saúde			3 450 000	
4	Ampliação do Hospital de S. Bernardo	Alta	8 000 000	Min Saúde			8 000 000	
7.5	**Equipamentos Proteção Civil**		**16 400 000**		**4 865 000**	**10 660 000**	**0**	**875 000**
1	Centro Internacional de Gestão da Emergência (CIGE)	Média	7 000 000	CMS	2 450 000	4 550 000		
2	Quartel da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal	Média	4 400 000	CMS	1 540 000	2 860 000		
3	Quartel/ Sede da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Setúbal	Baixa	2 500 000	AHBVS		1 625 000		875 000
4	Quartel de Bombeiros em Azeitão	Média	1 500 000	CMS	525 000	975 000		
5	Base de Apoio Logístico de Setúbal	Média	400 000	CMS	140 000	260 000		
6	Base de Apoio Logístico de Azeitão	Média	100 000	CMS	35 000	65 000		
7	Sistema de Aviso e Alerta da População	Média	500 000	CMS	175 000	325 000		
7.6	**Equipamentos de Abastecimento Público**		**500 000**		**150 000**	**0**	**0**	**350 000**

Programa 7: EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA					Cobertura Financeira (€)			
Sub-prog/ Projeto	Designação	Priori-dade	Total (€)	Executor	Orçamento Municipal	Apoio		Outros
						Comunit	Nacional	
1	Mercado de Brejos de Azeitão	Alta	500 000	CMS	150 000			350 000
7.7	**Outros Equipamentos**		**25 400 000**		**8 190 000**	**15 210 000**	**2 000 000**	**0**
1	Ampliação do Tribunal	Alta	2 000 000	Min Jus-tiça			2 000 000	
2	Requalificação do Parque de Santiago	Média	6 000 000	CMS	2 100 000	3 900 000		
3	Parque Logístico Municipal / Incubadora de Em-presas / Centro Desportivo (EN 10)	Alta	7 400 000	CMS	2 590 000	4 810 000		
4	Cidade do Conhecimento (Fase inicial)	Baixa	10 000 000	CMS	3 500 000	6 500 000		
	Total		**114 460 000**		**45 910 000**	**39 455 000**	**27 710 000**	**1 385 000**

Quadro 8. Projetos, Subprogramas e Cobertura Financeira do Programa 7

O programa de Equipamentos de Utilização Coletiva subdivide-se em 7 subprogramas, dos quais se fará descrição neste ponto:

7.1 Subprograma de Equipamentos Culturais – com 5 projetos, confirmando a primazia da opção municipal pela criação de novos equipamentos culturais e à requalificação de outros equipamentos existentes que careciam de uma profunda beneficiação a nível das condições físicas e de equipamento.

1 - Neste contexto, importa destacar a necessidade de construção de uma nova Biblioteca Municipal (BM3) no Largo José Afonso, em pleno centro da Cidade que atenda à dimensão demográfica do concelho de Setúbal e às exigências atuais para este tipo de equipamentos;

2 – Parque Arqueológico da Arrábida – projeto intermunicipal envolvendo os concelhos de Sesimbra e Palmela, que suportam parte do financiamento, procurando valorizar o património arqueológico da Arrábida, cabendo a Setúbal a liderança do mesmo;

3 – Praça de Touros Carlos Relvas – que será transformada em espaço multiusos de utilização cultural e outros;
4 – O Núcleo Museológico das Marchas Populares – cujo estudo funcional está presentemente em curso;

5 – Casa da Cultura de Azeitão – a desenvolver após a seleção do edifício adequado.

7.2 Subprograma de Equipamentos Educativos – com 9 projetos identificados, cujo investimento da responsabilidade do Município e do Ministério da Educação, constitui uma forte aposta na escola pública, através da requalificação de estabelecimentos do ensino básico e secundário, garantindo o funcionamento em regime normal e a dotação de condições de conforto e equipamento indispensáveis ao funcionamento adequado das escolas. As intervenções recaem em Azeitão (requalificação de uma escola básica), mas fundamentalmente nos estabelecimentos escolares situados na

cidade de Setúbal (com a construção de 3 novos centros escolares – Quinta da Caiada, Vale de Cerejeiras e São Francisco Xavier – e da escola básica/JI das Amoreiras; e a requalificação de 2 escolas básicas – Bocage e Aranguês – e da escola secundária Bocage). Haverá ainda a construção do pavilhão desportivo da Escola Secundária D. Manuel Martins.

De referir que os cinco projetos da responsabilidade do Ministério da Educação estão já por este assumidos e ou contratualizados com o Município.

7.3 Subprograma de Equipamentos Desportivos – envolvendo 4 projetos nomeadamente:
1 – A Cidade Desportiva em Vale da Rosa - densificando e acrescentando novas valências ao complexo municipal de atletismo já existente, designadamente campos de futebol, ténis e padel, um pavilhão desportivo multiusos, uma piscina coberta de 25 metros e um Centro de Estágios de Desportistas;
2 – Cobertura do Complexo Municipal de Piscinas de Manteigadas – que para além da cobertura inclui o seu aquecimento passando a ser uma piscina olímpica coberta com utilização durante todo o ano;
3 – Centro Desportivo Nacional de Águas Abertas no Parque Urbano de Albarquel – que sendo uma parceria com Federação Portuguesa de Natação reforça a prática desportiva ligada ao rio Sado;
4 - Complexo Desportivo das Pedreiras do Viso – que também se liga ao rio Sado, e envolve a construção de um complexo desportivo (2 campos de futebol e piscina municipal coberta de 25 metros) a instalar numa área ocupada por antigas pedreiras no Bairro do Viso, e que permitirá servir a zona ocidental da cidade.

7.4 Subprograma de Equipamentos de Saúde – envolve 4 projetos todos eles da responsabilidade do Ministério da Saúde. A rede de equipamentos de saúde integrados no Serviço Nacional de Saúde carece de um forte investimento de forma a colmatar as graves deficiências existentes a nível do funcionamento e da qualidade dos serviços prestados à população. A ampliação do Hospital de São Bernardo, preconizada pelo Ministério da Saúde, permitirá reorganizar os serviços atualmente existentes e introduzir novas valências. A construção de novos centros de saúde, também a cargo do Ministério da Saúde, em terrenos cedidos pela Câmara Municipal, permitirá resolver carências há muito existentes na cidade de Setúbal (com a construção de dois novos centros de saúde, um no Bairro do Liceu, designadamente na Praceta Maria Lamas, e em São Sebastião, junto à Praça de Portugal, substituindo as atuais instalações da Beira Mar e do Bairro Santos Nicolau) e em Azeitão, substituindo instalações existentes, degradadas e desajustadas e sem condições de acessibilidade adequadas.

7.5 Subprograma de Proteção Civil - A proteção civil merece particular atenção no quadro do investimento municipal, justificado pela multiplicidade de riscos a que está

sujeito o território do concelho de Setúbal. As intervenções propostas, são 7, e respeitam à necessidade de relocalização dos quartéis de bombeiros sapadores e voluntários em Setúbal, situando estas estruturas fora das áreas de maior risco natural, servidas de boas acessibilidades e próximo das áreas de maior risco tecnológico. Os investimentos previstos contemplam a construção de dois novos quartéis de bombeiros em Setúbal e um em Azeitão e das respetivas bases de apoio logístico, bem como de um centro internacional de formação de bombeiros (CIGE) e a implementação de um sistema de aviso e alerta da população.

De referenciar que todos os equipamentos serão submetidos a apoio comunitário se tal vier a ser possível, sendo executora a CMS, salvo no projeto 3, do Quartel/ Sede da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Setúbal cuja comparticipação nacional será assumida pela própria Associação.

7.6 Subprograma de Equipamentos de Abastecimento Público – envolvendo apenas o mercado de Brejos de Azeitão, inserido num contrato de urbanização em curso e cujo suporte financeiro será repartido pelo município e pela entidade privada contratante.

7.7 Subprograma de Outros Equipamentos – envolve 4 projetos relevantes, nomeadamente:

1 – A Ampliação do Tribunal – numa área de cerca de 800 m2 das instalações do atual Palácio da Justiça de Setúbal, em terrenos cedidos pela Câmara Municipal. Esta intervenção permitirá resolver as necessidades de espaço e melhorar o serviço do tribunal;

2 – A Requalificação do Parque de Santiago – incluindo a construção de um pavilhão multiusos, de instalações sanitárias permanentes e requalificação de espaço público, no Parque de Santiago, o recinto municipal onde anualmente se realiza a Feira de Santiago será alvo de um relevante investimento, que o dotará de condições para acolher diversos eventos ao longo do ano, como feiras e certames económicos e espetáculos ao ar livre, dinamizando este espaço ao longo de todo o ano;

3 - Parque Logístico Municipal / Incubadora de Empresas / Centro Desportivo – a aquisição das instalações do IMA Park por parte da Câmara Municipal vai permitir a sua transformação num Parque Logístico Municipal/Incubadora de Empresas/Centro Desportivo, requalificando as instalações, infraestruturas e espaços exteriores, contribuindo para consolidar, na zona nascente do Concelho, designadamente na freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, um polo gerador de novas dinâmicas económicas, sociais e desportivas;

4 - Polo Tecnológico de Setúbal – projeto ambicioso a desenvolver em parceria com instituições de ensino superior e com o empresariado, consolidando a nascente da Cidade uma nova centralidade dedicada ao desenvolvimento de atividades de investigação e desenvolvimento económico, aproveitando as sinergias da proximidade ao Campus do Instituto Politécnico de Setúbal, às instalações do BlueBiz Global Par-

ques – Parque Empresarial da Península de Setúbal e à Península Industrial da Mitrena.

Todos estes projetos, salvo o primeiro que é responsabilidade do Ministério da Justiça, serão de iniciativa municipal, candidatados aos fundos comunitários disponíveis, e sempre que possível com a participação de terceiros, embora neste estudo isso não se contemple.

2.2.8 Programa 8: ambiente

Este programa inclui os 25 projetos que se encontram descritos no quadro 9 em baixo.

Programa 8: AMBIENTE					Cobertura Financeira (€)			
Sub-prog/ Projeto	Designação	Priori-dade	Total (€)	Executor	Orçamento Municipal	Apoio		
						Comunit	Nacional	
8.1	**Planos e Estudos**		**1 670 200**		**870 700**	**0**	**799 500**	**0**
1	Plano Estratégico de Ambiente	Alta	70 000	CMS	70 000			
2	Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas	Alta	50 000	CMS	50 000			
3	Plano Municipal de Redução de Ruído	Alta	25 000	CMS	25 000			
4	Plano de Gestão Ambiental da Mitrena	Média	147 600	CMS	147 600			
5	Estudo Exploratório de Avaliação da Contaminação de Solos (Passivos Ambientais) 1ª fase	Média	147 600	CMS	147 600			
6	Estudo Exploratório de Avaliação da Contaminação de Solos (Passivos Ambientais) 2ª fase	Média	1 230 000	CMS	430 500		799 500	
8.2	**Espaços Verdes de Recreio, Lazer e Produção**		**12 479 500**		**4 979 800**	**6 979 700**	**520 000**	**0**
1	Parque Urbano da Várzea	Alta	4 500 000	CMS	1 575 000	2 925 000		
2	Parque Urbano da Quinta da Amizade	Alta	800 000	CMS	280 000	520 000		
3	Parque Florestal do Xarraz	Baixa	1 000 000	CMS	350 000	650 000		
4	Jardim do Forte Velho/Viso	Média	838 000	CMS	293 300	544 700		
5	Expansão do Parque Urbano da Algodeia	Média	1 000 000	CMS	350 000	650 000		
6	Requalificação Ambiental e Paisagística do Aterro de Resíduos Sólidos Urbanos (selado)	Média	2 000 000	CMS	700 000	1 300 000		
7	Parque Verde Linear da Vala Real / Corredor Ecológico	Média	600 000	CMS	210 000	390 000		
8	Expansão da Rede Municipal de Hortas Urbanas	Média	61 500	CMS	61 500			
9	Viaduto Verde / Passagem Superior Ecológica sobre a A12 (Entrada de Setúbal)	Baixa	800 000	CMS	800 000			**0**
10	Coberturas e paredes verdes em edifícios públicos municipais	Média	80 000	CMS	80 000			
11	Plano Municipal de Arborização	Alta	800 000	CMS	280 000		520 000	
8.3	**Equipamentos**		**340 000**		**216 500**	**0**	**123 500**	**0**
1	Casa Verde – Centro de Interpretação Ambiental	Alta	190 000	CMS	66 500		123 500	
2	Requalificação, ampliação e criação de novas valências no Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia	Alta	150 000	CMS	150 000			
8.4	**Gestão de Resíduos**		**3 150 000**		**3 150 000**	**0**	**0**	**0**
1	Salvaguarda de áreas para instalação de centros de receção de resíduos, designadamente em Azeitão e em Setúbal e respetiva requalificação, incluindo a valorização de resíduos verdes	Alta	150 000	CMS	150 000			

Programa 8: AMBIENTE					Cobertura Financeira (€)			
Sub-prog/ Projeto	Designação	Priori-dade	Total (€)	Executor	Orçamento Municipal	Apoio		
						Comunit	Nacional	
2	Instalação de recolha seletiva porta a porta de resíduos urbanos biodegradáveis	Alta	1 700 000	CMS	1 700 000			
3	Instalação de um sistema de compostagem de resíduos verdes em moradias	Alta	300 000	CMS	300 000			
4	Alargamento das zonas servidas por sistemas de deposição de resíduos urbanos em profundidade (sistemas enterrados ou semienterrados) 200 unidades	Alta	1 000 000	CMS	1 000 000			
8.5	**Cemitérios**		**260 000**		**260 000**	**0**	**0**	**0**
1	Instalação de novos módulos de ossários nos cemitérios municipais	Alta	240 000	CMS	240 000			
2	Construção de instalações para armazenamento temporário de resíduos cemiteriais	Alta	20 000	CMS	20 000			
	Total		**17 899 700**		**9 477 000**	**6 979 700**	**1 443 000**	**0**

Quadro 9. Projetos, Subprogramas e Cobertura Financeira do Programa 8

Os objetivos a atingir com este programa são os seguintes:

1. Caraterizar o estado do ambiente no concelho de Setúbal e definir estratégias de atuação em diversos domínios;
2. Implementar a Estrutura Ecológica Municipal, mediante a criação de novos espaços verdes de recreio e lazer, de produção e de regulação climática, eixos arborizados e de outras infraestruturas verdes que assegurem o "continuum naturale";
3. Criar equipamentos destinados à interpretação e educação ambiental e à recolha e bem-estar animal;
4. Criar estruturas e mecanismos que otimizem a recolha e tratamento de resíduos;
5. Melhorar as condições técnicas dos cemitérios.

O programa de Ambiente subdivide-se em 5 subprogramas, dos quais se fará descrição neste ponto:

8.1 Subprograma de Planos e Estudos – com 6 projetos, dos quais um em duas fases, todos eles para a consolidação da política ambiental municipal.

1 - O Plano Estratégico de Ambiente – é um instrumento de caráter mais abrangente e que tem por finalidade caraterizar o estado do ambiente municipal em diversos domínios (qualidade do ar, ruído, alterações climáticas, educação ambiental, solos, qualidade das águas superficiais, subterrâneas e balneares) e definir uma estratégia integrada de atuação para os próximos anos;

2 - O Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas – enquadrado pelo Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas, resulta da necessidade de serem avaliados os impactes que as alterações climáticas terão no território do concelho de Setúbal e nos diversos setores económicos e sociais, informando os planos municipais de ordenamento do território de mecanismos que garantam uma maior resiliência territorial;

3 - O Plano Municipal de Redução de Ruído – instrumento fundamental e de elaboração obrigatória, que permitirá mitigar os problemas de ruído identificados nas áreas de conflito;

4 - O Plano de Gestão Ambiental da Mitrena – a desenvolver em conjunto com as empresas e com as instituições com jurisdição nesse território, ou ainda com responsabilidades ambientais, surge da necessidade de se atuar de forma integrada sobre um território industrializado (uma das principais aglomerações industriais do país) inserido junto a uma área protegida (Reserva Natural do Estuário do Sado), conhecendo de forma mais aprofundada os impactes ambientais resultantes dessa ocupação e mitigando os efeitos sobre a saúde humana e sobre a biodiversidade;
5 e 6 - Estudo Exploratório de Avaliação da Contaminação de Solos – dando a conhecer os passivos ambientais no concelho relacionados com possíveis contaminações de solos e aquíferos associadas a deposições ilegais de resíduos indiferenciados e de outras ocupações industriais e humanas, preconizando-se a elaboração de um estudo dividido em duas fases:

1.ª Fase – recolha de elementos genéricos que permitam a elaboração de um modelo conceptual para cada local e delinear um programa de amostragem e análise dirigido;

2.ª Fase: elaboração de estudos individuais para todos os locais onde se registaram vestígios de contaminação.

8.2 Subprograma Espaços Verdes de Recreio, Lazer e Produção – cujos 11 projetos contemplam um conjunto muito relevante de novas infraestruturas verdes que se destinam a concretizar a Estrutura Ecológica Municipal e a valorizar os serviços de ecossistemas.
1 a 5 – Parques Urbanos – são propostos 5 novos parques verdes/jardins e a ampliação de um parque verde existente, sendo de destacar o Parque Urbano da Várzea, que alia as funções de recreio e prevenção de cheias (através das bacias de retenção que já se encontram em construção), e que se desenvolve num terreno de cerca de 19 hectares integrado na cidade de Setúbal, mas também o Parque Florestal do Xarraz, protegendo uma área de povoamento de sobro e dotando-a de estruturas que permitam o seu usufruto a nível de equipamentos de manutenção e de interpretação ambiental;
6 - Requalificação Ambiental e Paisagística do Aterro de Resíduos Sólidos Urbanos – que se localiza no Xarraz, estando já atualmente selado;
7 - Parque Verde Linear da Vala Real/Corredor Verde – que em articulação com os municípios vizinhos será um parque verde regional, associado a um curso de água importante em termos ecológicos como é a Vala Real/Rio Coina;
8 - Expansão da Rede Municipal de Hortas Urbanas – potenciando a prática agrícola de lazer, autoconsumo e sustentável (biológica);
9 – Construção do Viaduto verde/passagem superior ecológica sobre a A12 - à entrada de Setúbal;
10 - Coberturas e paredes verdes em edifícios públicos municipais – integrando-os numa lógica “verde” que se propõe dar ao concelho;

11 - Plano Municipal de Arborização - contribuindo para a amenização climática e mitigação das ilhas de calor urbano.
Será provável a candidatura da maioria dos projetos a apoio comunitário, como se plasma no quadro 9, e ainda no que se refere ao plano de arborização a eventual apoio nacional.

8.3 Subprograma de Equipamentos – que envolve 2 projetos nomeadamente:
1 - Casa Verde – Centro de Interpretação Ambiental – cuja construção se fará junto aos atuais viveiros Municipais das Amoreiras, e que será um equipamento carbono zero;

2 - Requalificação, ampliação e criação de novas valências no Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia – dotando esta estrutura de melhores condições de conforto, salubridade e de cuidados técnicos específicos para a estadia dos animais de companhia recolhidos na rua.

Dada a especial conceção do projeto Casa Verde, será provável um apoio nacional (ou, em alternativa, comunitário) para a inovação.

8.4 Subprograma de Gestão de Resíduos - a gestão de resíduos assume uma enorme importância na política ambiental do município, com a criação de áreas para a instalação de centros de receção de resíduos, designadamente em Azeitão e em Setúbal (Poçoilos) e respetiva requalificação, incluindo a valorização de resíduos verdes, a implementação de um processo de recolha seletiva porta a porta de resíduos urbanos biodegradáveis, a instalação de um sistema de compostagem de resíduos verdes em moradias e o alargamento das zonas servidas por sistemas de deposição de resíduos urbanos em profundidade (sistemas enterrados ou semienterrados), com a instalação de 200 unidades. Com estas medidas será melhorada a eficiência na recolha e tratamento de resíduos, dando relevância aos princípios da economia circular, nomeadamente no que respeita à valorização e reutilização dos resíduos verdes.

8.5 Subprograma de Cemitérios - também nos cemitérios são propostos investimentos destinados a melhorar as condições de funcionamento, com a instalação de novos módulos de ossários e a construção de instalações para armazenamento temporário de resíduos cemiteriais.

2.2.9 Programa 9: turismo

Este programa inclui os 25 projetos que se encontram descritos no quadro 10 da página seguinte.

Os objetivos a atingir com este programa são os seguintes:

1. Valorizar o território, dotando-o das estruturas e equipamentos de apoio ao desenvolvimento turístico e à sua visitação;
2. Desenvolver conteúdos programáticos que enriqueçam a oferta turística do Concelho;
3. Afirmar a marca Setúbal no contexto nacional e internacional.

O programa de Turismo subdivide-se em dois subprogramas, dos quais se fará descrição neste ponto:

Programa 9: TURISMO					Cobertura Financeira (€)			
Sub-prog/ Projeto	Designação	Priori-dade	Total (€)	Executor	Orçamento Municipal	Apoio		Turismo de Portugal
						Comunit	Nacional	
9.1	**Equipamentos e Operações de Requalificação Turística**		**7 280 000**		**3 250 000**	**1 950 000**	**500 000**	**1 580 000**
1	Terminal 7	Alta	3 000 000	CMS	1 050 000	1 950 000		
2	Valorização das Vilas e de Vendas de Azeitão	Média	2 000 000	CMS	1 000 000			1 000 000
3	Valorização Urbana das Aldeias de Azeitão	Média	500 000	CMS	250 000			250 000
4	Infraestruturas de apoio a atividades de desporto e aventura no Parque Natural da Arrábida	Média	100 000	CMS	50 000		50 000	
5	Qualificação dos miradouros existentes no Parque Natural da Arrábida	Média	60 000	CMS	30 000			30 000
6	Manutenção e qualificação dos percursos pedestres existentes no Parque Natural da Arrábida	Média	100 000	CMS	50 000		50 000	
7	Criação e homologação de novos percursos no Parque Natural da Arrábida	Média	20 000	CMS	20 000			
8	Instalação de Pequenos Equipamentos de Natureza no Parque Natural da Arrábida	Média	150 000	CMS	75 000		75 000	
9	Requalificação dos Parques de Merendas no Parque Natural da Arrábida	Alta	200 000	CMS	100 000		100 000	
10	Valorização turístico-patrimonial a Estação Arqueológica do Creiro, Lapa de Santa Margarida e do Cruzeiro do Duque	Média	100 000	CMS	50 000			50 000
11	Requalificação de ancoradouros tradicionais na Reserva Natural do Estuário do Sado	Média	100 000	CMS	50 000			50 000
12	Requalificação do Parque de Campismo da Gâmbia	Baixa	400 000	CMS	200 000			200 000
13	Manutenção dos Percursos Existentes e Criação de Novos Temáticos na Reserva Natural do Estuário do Sado	Média	300 000	CMS	150 000		150 000	
14	Criação de um Parque de Jogos e Desportos Tradicionais na Mourisca	Média	100 000	CMS	100 000			
15	Criação de merendários na Reserva Natural do Estuário do Sado	Média	150 000	CMS	75 000		75 000	
9.2	**Rotas, Animação Turística e Promoção**		**5 280 000**		**2 700 000**	**0**	**30 000**	**2 550 000**
1	Rota Histórica das Quintas de Azeitão	Média	30 000	CMS	30 000			
2	Criar uma Rede de Novos Circuitos de Valor Integrado para Azeitão	Média	30 000	CMS	30 000			
3	Apoio ao artesanato em Azeitão	Média	20 000	CMS	20 000			
4	Desenvolver um programa de animação turística equestre em Azeitão	Média	20 000	CMS	20 000			
5	Programa de eventos culturais para Azeitão	Alta	20 000	CMS	20 000			
6	Criação de novos roteiros temáticos no Parque Natural da Arrábida	Alta	60 000	CMS	30 000		30 000	
7	Criação da Rota da Água em Setúbal	Baixa	1 000 000	CMS	500 000			500 000
8	Animação Urbana em Setúbal	Média	2 500 000	CMS	1 250 000			1 250 000
9	Animação turística e desportiva da Mourisca	Média	200 000	CMS	100 000			100 000
10	Promoção - Reforçar e Inovar a Marca Setúbal	Média	1 400 000	CMS	700 000			700 000
	Total		**12 560 000**		**5 950 000**	**1 950 000**	**530 000**	**4 130 000**

Quadro 10. Projetos, Subprogramas e Cobertura Financeira do Programa 9

9.1 Subprograma Equipamentos e Operações de Requalificação Turística – tem 15 projetos previstos, inseridos fundamentalmente em três territórios fundamentais, nomeadamente Azeitão, Arrábida e Estuário do Sado, de que são relevantes os seguintes:

1 – Terminal 7 - um dos projetos emblemáticos do Município na área do turismo, assumindo-se como porta de entrada na Serra da Arrábida e como ponte de ligação ao Rio Sado. É um equipamento projetado para funções de apoio a diversas iniciativas náuticas, com atividades de formação e de divulgação, incluindo um centro interpretativo e uma área de restauração. Além do edifício, a construir na área das antigas instalações da Sadonaval, nas imediações do Parque Urbano de Albarquel, o projeto inclui um conjunto de intervenções urbanísticas que visa dotar aquela zona privilegiada da cidade de melhores condições de usufruto para a população;

2 - Valorização das Vilas e de Vendas de Azeitão – desenvolvimento de uma operação de valorização integrada, realçando os valores que as mesmas dispõem, numa perspetiva turística e urbana. A valorização contemplará a indicação das intervenções necessárias ao nível do edificado, bem como definirá o conjunto das intervenções públicas no quadro do tratamento de espaços viários, mistos ou pedonais, de estacionamento, de espaços de estar, de jardins, de mobiliário urbano e de iluminação (pública e cénica), de sinalética, de publicidade e outros considerados convenientes;

3 - Valorização Urbana das Aldeias de Azeitão - operação de valorização integrada das localidades de Aldeia de Oleiros, Aldeia dos Irmãos e Aldeia da Piedade, realçando os valores que dispõem numa perspetiva turística e urbana. A valorização contemplará a indicação das intervenções necessárias ao nível do edificado, bem como definirá o conjunto das intervenções públicas no quadro do tratamento de espaços viários, mistos ou pedonais, de estacionamento, de espaços de estar, de jardins, de mobiliário urbano e de iluminação (pública e cénica), de sinalética, de publicidade e outros considerados convenientes;

4 a 10 – Intervenções no Parque Natural da Arrábida - serão desenvolvidas ações que potenciem a valorização territorial e turística, ancorada no património natural e cultural, incrementando a visitação de uma forma organizada:

4 - Criação de infraestruturas de apoio a atividades de desporto e aventura - conceção, regulamentação e qualificação de áreas e vias de escalada; zonas/rampas de lançamento e voo dos parapentes; pistas de circulação de BTT; percursos pedestres; áreas de descanso, com pontos de abastecimento de água e sanitários; unidade de suporte básico de vida, com capacidade de resgate, evacuação e emergência, para este tipo de atividades;

5 - Qualificação dos miradouros existentes;

6 e 7 - Manutenção e qualificação dos percursos pedestres existentes e Criação e homologação de novos percursos;

8 - Instalação de Pequenos Equipamentos de Natureza - pequenos abrigos concebidos em materiais ecologicamente sustentados e com características arquitetónicas da Região e painéis informativos;

9 - Requalificação dos Parques de Merendas - e apetrechamento de 3 parques de merendas, designadamente no Alambre, Comenda e Picheleiros, dotando-os de infraestruturas de apoio e áreas de lazer e de equipamentos de jogos tradicionais portugueses;
10 - Valorização turístico-patrimonial a Estação Arqueológica do Creiro, Lapa de Santa Margarida e do Cruzeiro do Duque – projeto que deverá ser desenvolvido em articulação com o do Parque Arqueológico da Arrábida (ver programa 7 Equipamentos de Utilização Coletiva);

11 a 15 – Intervenções na Reserva Natural do Estuário do Sado – que incluem os seguintes projetos:

11 - Requalificação de ancoradouros tradicionais – recuperando-os e dotando-os de atrativos de visitação;
12 - Requalificação do Parque de Campismo da Gâmbia – muito degradado, procurando que ele sirva efetivamente a finalidade para que foi criado;
13 - Manutenção dos Percursos Existentes e Criação de Novos Temáticos – como por exemplo a rota das salinas ou a rota das cegonhas;
14 - Criação de um Parque de Jogos e Desportos Tradicionais na Mourisca – que permita a realização de campeonatos diversos, como fonte a atração de turistas, residentes e jogadores;

15 - Criação de merendários na Reserva Natural do Estuário do Sado - designadamente na Gâmbia e na Mourisca, com infraestruturas de apoio (mesas, bancos, assadores, pontos de água, caixotes de lixo), áreas de lazer e equipamentos de jogos tradicionais portugueses.

9.2 Subprograma de Rotas, Animação Turística e Promoção – composto por 10 projetos, este subprograma contempla o conjunto de ações de atração turística e nomeadamente:
1 a 5 – Projetos em Azeitão envolvendo:
1 - Uma Rota Histórica das Quintas de Azeitão – que estabeleça a cronologia de criação das quintas, os seus atributos essenciais, eventuais acontecimentos históricos ou de eventos interessantes e a visitação das mesmas;
2 -Uma Rede de Novos Circuitos de Valor Integrado para Azeitão - que envolva diferentes tipos de atividades e que contemple diferentes tipos de territórios e intervenientes empresariais. Pretende-se um modelo que desenhe um conjunto de rotas, num alargado espectro territorial, envolvendo empresas de animação turística, de

restauração e de alojamento. Os circuitos de valor integrado, podem ser realizados em deslocação pedonal, ciclística, ou equestre e deverão integrar não só a deslocação, mas também a visita e a descoberta de objetos histórico-patrimoniais (vestígios arqueológicos, fontes, estruturas agrárias, moinhos etc.) e a visita e descoberta de infraestruturas e práticas culturais (adegas, queijarias, apiculturas etc.);

3 – Apoio ao Artesanato – procurando criar polos de artesanato ao vivo e sistemas de apoio à comercialização dos produtos;

4 - Programa de animação turística equestre em Azeitão - assente num conjunto de rotas equestres, podendo inclusivamente adaptar-se algumas delas a atividades equestres de tração. A componente empresarial adequada a esta proposta deverá viabilizar também a implementação de um centro hípico que garanta passeios, mas que também ofereça atividade turística na forma de pequenos circuitos e de rotas de circuitos alargados. Deverá ainda ser assegurada formação (volteio e dressage). O modelo de animação passará também pela realização de eventos desportivos associados ao turismo equestre, contemplando provas de saltos, resistência e velocidade que possam ser integrados numa primeira fase nos programas federativos nacionais e, posteriormente, nos programas internacionais da federação equestre;

5 - Programa de eventos culturais para Azeitão – que complemente o conjunto de investimentos previstos para o território neste programa e sobretudo que os valorize, provocando uma atração de visitantes e turistas a esta zona do concelho;

6 - Criação de novos roteiros temáticos no Parque Natural da Arrábida;

7 - Criação da Rota da Água em Setúbal - a concretizar através de uma ligação pedestre à cidade, desde a Quinta da Arca de Água até à zona final do aqueduto, procurando criar um trajeto pontuado por espaços livres verdes e zonas de estar e de animação;

8 - Animação Urbana em Setúbal - desenvolvimento de um plano estratégico de animação turística para a cidade de Setúbal, contemplando a multiplicidade de equipamentos e eventos existentes, com um modelo de promoção, comunicação e marketing que amplie a sua visibilidade e promova uma panorâmica mais abrangente (nacional e internacional) das suas potencialidades;

9 - Animação turística e desportiva da Mourisca - através da organização de passeios pedestres, BTT, passeios a cavalo, observação de aves e passeios de barco;

10 - Promoção - Reforçar e Inovar a Marca Setúbal - que permita potenciar os investimentos atrás elencados através das seguintes ações: Criação, qualificação e inovação de estratégias e produtos promocionais que otimizem a imagem turística, cultural e ambiental do concelho de Setúbal; Criação de um modelo de comunicação turística junto dos meios de media; Desenvolvimento de conteúdos de promoção direta e de materiais audiovisuais; Colocação de mobiliário urbano e de outdoors e desenvolvimento de um modelo e rede de merchandising.

Para o desenvolvimento deste programa conta-se recorrer a apoios financeiros disponibilizados pelo Turismo de Portugal e por entidades dependentes do Ministério do Ambiente, as quais estão patentes no quadro 10 acima apresentado.

2.2.10 Programa 10: habitação e reabilitação urbana

Este programa inclui os 32 projetos que se encontram descritos no quadro 11, da página seguinte:

Os objetivos a atingir com este programa são os seguintes:

1. Promover uma política de apoio à habitação social e pública através da implementação do Programa Local de Habitação;
2. Intervir na reabilitação dos edifícios dos Bairros Municipais de Habitação Pública e também na reabilitação de casos prioritários nos fogos municipais;
3. Implementar as operações de reabilitação urbana de Setúbal e de Azeitão.

O programa de Habitação e Reabilitação Urbana subdivide-se em 2 subprogramas:

10.1 Subprograma do Programa Local de Habitação – composto por um único projeto, constitui um instrumento estratégico de diagnóstico, planeamento, gestão e monitorização da realidade socio-habitacional do concelho de Setúbal, e tem como alvo as famílias que não têm capacidade de acesso a uma habitação condigna sem o apoio público/municipal. Pretende-se desenvolver um processo de planeamento habitacional e urbano adequado às dinâmicas sociodemográficas e suas condições de habitabilidade, enquadrado com as políticas municipais de cidade e de âmbito socio-habitacional;

10.2 Subprograma de Edifícios dos Bairros Municipais de Habitação Pública – é uma operação de reabilitação de edifícios nos 7 Bairros Municipais de Habitação Pública (Manteigadas, Forte da Bela Vista, Alameda das Palmeiras, Quinta de Santo António, Bela Vista, Afonso Costa e Quinta dos Vidais) e contempla a instalação de isolamento térmico nas paredes das fachadas, substituição de coberturas e caixas de estores, e incide também na envolvente envidraçada dos edifícios, através da substituição de caixilharia com vidro simples por caixilharia com vidro duplo em PVC, ou em alumínio com corte térmico, que garante um melhor desempenho energético, assim como inclui os respetivos dispositivos de sombreamento (estores), entre outros trabalhos.

10.3 Subprograma de Reabilitação de Fogos Municipais (casos prioritários) – composto por um único projeto, que contempla as seguintes intervenções prioritárias:
i) a reabilitação de instalações sanitárias, com substituição da rede de águas e esgotos, colocação de equipamentos sanitários/acessórios, colocação de pavimento, reparação de paredes/tetos, pinturas e colocação de azulejos;
ii) a reabilitação de cozinhas, substituindo a rede de águas, o pavimento, reparando paredes/tetos, pinturas e colocação de azulejos e colocação de móvel de lava-loiça

Programa 10: HABITAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA					Cobertura Financeira (€)			
Sub-prog/ Projeto	Designação	Priori-dade	Total (€)	Executor	Orçamento Municipal	Apoio		BEI
						Comunit	Nacional	
10.1	**Programa Local de Habitação**		**30 000 000**		**15 000 000**	**0**	**15 000 000**	**0**
1	Habitação a custos controlados e/ou rendas condicionadas - estudos e investimentos	Alta	30 000 000	CMS	15 000 000		15 000 000	
10.2	**Reabilitação de Edifícios dos Bairros Municipais de Habitação Pública**		**17 373 518**		**8 624 771**	**185 965**	**8 066 877**	**495 906**
1	Manteigadas	Alta	1 239 764	CMS	557 894	185 965		495 906
2	Forte da Bela Vista	Alta	4 582 631	CMS	2 291 316		2 291 316	
3	Alameda das Palmeiras	Alta	867 882	CMS	433 941		433 941	
4	Quinta de Santo António	Média	1 654 768	CMS	827 384		827 384	
5	Bela Vista	Média	6 079 754	CMS	3 039 877		3 039 877	
6	Afonso Costa	Média	2 471 567	CMS	1 235 784		1 235 784	
7	Quinta dos Vidais	Alta	477 152	CMS	238 576		238 576	
10.3	**Reabilitação de fogos municipais (casos prioritários)**		**3 000 000**		**3 000 000**	**0**	**0**	**0**
1	Intervenções em Instalações Sanitárias e em Cozinhas	Alta	3 000 000	CMS	3 000 000			
10.4	**Operação de Reabilitação Urbana de Setúbal**		**37 462 800**		**37 462 800**	**0**	**0**	**0**
1	Aquisição de imóveis	Média	5 000 000	CMS	5 000 000			
2	Convento e Igreja de Jesus	Alta	4 500 000	CMS	4 500 000			
3	Paços do Concelho	Média	600 000	CMS	600 000			
4	Casa Luísa Todi	Alta	322 800	CMS	322 800			
5	Fábrica das Artes	Alta	1 000 000	CMS	1 000 000			
6	Alargamento da Casa de Corpo Santo (edifício anexo)	Média	500 000	CMS	500 000			
7	Universidade Sénior (UNISETI)	Alta	750 000	CMS	750 000			
8	Arquivo da Câmara Municipal de Setúbal / Arquivo Américo Ribeiro	Alta	500 000	CMS	500 000			
9	Casa da Imagem e do Cinema	Alta	50 000	CMS	50 000			
10	Espaço Cultural do Quebedo (antigos armazéns Papéis do Sado)	Média	2 000 000	CMS	2 000 000			
11	Balneário Paula Borba	Média	1 500 000	CMS	1 500 000			
12	Casa do Fado	Média	40 000	CMS	40 000			
13	Núcleo Museológico da Educação – antiga Escola Conde Ferreira	Alta	150 000	CMS	150 000			
14	Alojamento e Equipamento Cultural (R. Arronches Junqueiro)	Alta	1 500 000	CMS	1 500 000			
15	Otimização de sistemas de iluminação interior	Média	115 000	CMS	115 000			
16	Certificação energética de edifícios municipais	Média	60 000	CMS	60 000			
17	Infraestruturas elétricas e telecomunicações	Média	10 550 000	CMS	10 550 000			
18	Resíduos Sólidos Urbanos	Média	1 675 000	CMS	1 675 000			
19	Imagem Urbana	Média	1 790 000	CMS	1 790 000			
20	Ações Imateriais	Média	4 860 000	CMS	4 860 000			
10.5	**Operação de Reabilitação Urbana de Azeitão**		**3 965 000**		**3 965 000**	**0**	**0**	**0**
1	Casa Memória Joana Luísa e Sebastião da Gama – Azeitão	Alta	200 000	CMS	200 000			
2	Requalificação da Rua José Augusto Coelho (reperfilamento da via e requalificação da via e áreas pedonais adjacentes)	Alta	3 600 000	CMS	3 600 000			
3	Reperfilamento da Rua Sebastião da Gama (parcial)	Média	165 000	CMS	165 000			
	Total		**91 801 318**		**68 052 571**	**185 965**	**23 066 877**	**495 906**

Quadro 11. Projetos, Subprogramas e Cobertura Financeira do Programa 10

10.1 Subprograma da Operação de Reabilitação Urbana de Setúbal – composto por 20 projetos, as ações previstas pela operação de reabilitação urbana de Setúbal contemplam a aquisição de imóveis, a realização de intervenções em edifícios municipais e no espaço público e algumas ações imateriais, designadamente:

1 - Aquisição de Imóveis – projeto que se destina à aquisição de imóveis degradados e sua reabilitação e também para aquisição de edifícios fundamentais para a instalação de alguns equipamentos ainda não localizados;

2 - Convento e Igreja de Jesus - intervenções que contemplam o fecho interior de salas, a conservação e restauro do interior da igreja, a construção do edifício de apoio técnico ao museu e a escavação arqueológica e arranjos exteriores na envolvente do convento até à cerca menor;

3 - Paços do Concelho - reabilitação da cobertura do edifício;

4 - Casa Luísa Todi – criação de Casa Museu sobre a antiga cantora lírica setubalense, para o que se fará a reabilitação e refuncionalização da sua casa;

5 - Fábrica das Artes – criação de um equipamento cultural, destinado a acolher ateliês de artistas locais, a instalar em edifício a reabilitar situado na frente ribeirinha de Setúbal;

6 - Alargamento da Casa de Corpo Santo – construção de um edifício anexo para ampliação da unidade museológica existente;

7 - Universidade Sénior (UNISETI) – instalação em edifício a reabilitar situado no Centro Histórico de Setúbal;

8 - Arquivo da Câmara Municipal de Setúbal / Arquivo Américo Ribeiro - instalação em edifício a reabilitar situado no Centro Histórico de Setúbal;

9 - Casa da Imagem e do Cinema – criação deste equipamento cultural/unidade museológica, a instalar em edifício a reabilitar situado no Centro Histórico de Setúbal;

10 - Espaço Cultural do Quebedo – a instalar nos antigos armazéns Papéis do Sado, a reabilitar;

11 - Balneário Paula Borba – reabilitação do edifício deste antigo balneário e instalação de um equipamento cultural;

12 - Casa do Fado – criação de um novo equipamento cultural/unidade museológica temático dedicado ao fado;

13 - Núcleo Museológico da Educação – equipamento temático dedicado à educação a instalar na antiga Escola Conde Ferreira;

14 - Criação de uma unidade de Alojamento e Equipamento Cultural para arrendamento a instalar em edifício a reabilitar situado na rua Arronches Junqueiro;

15 a 17 – Projetos na área da energia, que visam otimizar os sistemas de iluminação interior, a certificação energética de edifícios municipais e a renovação de infraestruturas elétricas e telecomunicações na área de reabilitação urbana de Setúbal;

18 - Implementação de sistemas de deposição de Resíduos Sólidos Urbanos (indiferenciados e seletivos em meios enterrados), de um sistema de recolha de resíduos orgânicos nos estabelecimentos de restauração e bebidas e de um sistema de recolha porta-a-porta de resíduos orgânicos no casco histórico;

19 - Imagem urbana – melhoria significativa pela requalificação de largos e praças (envolvente ao Convento de Jesus; Largo Defensores de Chaves; Largo do Sapalinho; Largo da Conceição; Praça do Bocage), a implementação de um Projeto de Urbanismo Comercial em Setúbal, a implementação de sistemas de iluminação cénica, a instalação de jardins sensoriais na Av. Luísa Todi e continuação de ações de sensibilização e combate ao grafitis;
20 - Ações imateriais – nomeadamente atribuição de incentivos fiscais (taxas administrativas, IMI, IMT), implementação de programas de promoção cultural, de apoio ao associativismo, de apoio à habitação, de dinamização comercial, de salvaguarda patrimonial, de sensibilização para o uso de transportes públicos e modos suaves e de comunicação e marketing urbano/bolsa de imóveis para venda e arrendamento.

10.2 Subprograma da Operação de Reabilitação Urbana de Azeitão – composto por 3 projetos nomeadamente:

1 - A criação da Casa Memória Joana Luísa e Sebastião da Gama – cujo estudo prévio já se encontra concluído;

2 – A Requalificação da Rua José Augusto Coelho – fazendo o reperfilamento e requalificação da via e das áreas pedonais adjacentes;

3 – O Reperfilamento da Rua Sebastião da Gama – apenas em parte da via.

Para este programa, é intenção do município recorrer a apoio financeiro do IHRU e do BEI no quadro das ações interligadas com a Habitação pública e municipal, de acordo com o que se apresenta no quadro 11. De notar que será provável recorrer a candidaturas a meios comunitários disponibilizados pelo novo quadro em negociação, mas optou-se por não fazer essa indicação nesta fase.

2.2.11 Programa 11: conservação, manutenção e reabilitação do existente

Este programa contém uma verba anual que responde às solicitações de conservação, manutenção e reabilitação do existente.

De acordo com os dados fornecidos pelo departamento financeiro da CMS, o montante despendido no ano de 2017 com gastos de manutenção, que incluem despesas com o equipamento de limpeza pública, com os equipamentos municipais e com os espaços verdes, atingiu pouco mais de 1,3 milhões de euros.

Contudo, a este valor será necessário adicionar os gastos com despesas de investimento, mais pesadas e que somam um total de quase 12,6 milhões de euros, assim distribuídos:

	Valor em 2017	**% do Orç**
Habitação e urbanismo	4 798 800€	5,72%
Saneamento	2 443 400€	2,91%
Abastecimento de agua	1 337 600€	1,59%
Escolas	414 600€	0,49%
Equipamentos desportivos, culturais e recreativos	1 322 900€	1,58%
Instalações de Serviços	93 100€	0,11%
Vias de Comunicação e transporte	2 165 900€	2,58%
Total	12 576 300€	15,00%
Total Orçamento	83 864 200€	100%

Quadro 12. Despesas de Investimento com Conservação e Reabilitação de Equipamentos Municipais em 2017

Sendo assim, o valor total ascendeu em 2017, a quase 14 milhões de euros anuais, razão pela qual se optou por considerar um valor anual para o período do PDMS de 15 milhões de euros.

De notar, contudo, que em vários programas se incluem investimentos que se inserem neste grande programa. É o caso dos projetos 13 e 14 do subprograma 1.4 Plano de Transporte Individual (que ascende a cerca de 9,5 milhões), do projeto 2 do subprograma 2.5 Redes de Distribuição de Água (que ascende a mais de 10 milhões), do projeto 2 do subprograma 3.5 Redes de Distribuição (que ascende a mais de 11 milhões) e ainda outros que constituem uma folga elevada para o caso de ser necessário reforçar algum dos projetos específicos contemplados nos dez primeiros programas e que possam de alguma forma estar subestimados.

Será também a este programa que se terá de recorrer para algum caso imponderável ou impossível de prever nesta fase, nomeadamente caso ocorra algum desastre que obrigue a reforço de verbas para a proteção civil.

3. INVESTIMENTO E FASEAMENTO

Tendo em conta os elementos atrás referidos, que descrevem os projetos e os valorizam, definindo ainda a sua prioridade de execução e interesse municipal, bem como a cobertura financeira que lhes está associada, tudo isto organizado por subprograma e programa, elaboraram-se quadros que expõem o faseamento de execução dos projetos. Faseamento que se desenvolveu quer em termos financeiros quer em calendário e que se apresenta nos dois anexos no final deste relatório, contemplando o primeiro os dados em investimento total e o segundo apenas o investimento municipal, determinando assim o esforço financeiro que o município terá de suportar para a concretização do PDMS no prazo estipulado de 10 anos.

Como se indicou no capítulo 2, o PDMS desenvolve 263 projetos, número bastante elevado e cujo tratamento individual se torna fastidioso. Assim considerou-se mais adequado passar a analisar o investimento e faseamento do PDM de Setúbal, num sistema mais agregado, pelo que os subcapítulos seguintes deste trabalho serão analisados, sempre que se refiram aos projetos do PDMS, por programa e subprograma.

Importa ainda mencionar que a estimativa de custos apresentada é obviamente apenas indicativa, assente num valor aceitável face às características de cada projeto, pois em fase de plano não é possível determinar com precisão o conteúdo da intervenção, salvo para os que já dispõem de estudos efetuados. Contudo, entre esta fase e a de concretização, para os projetos cujo programa ainda não esteja estabilizado, podem até existir grandes diferenças de orçamentação se os vetores do projeto de execução contemplarem muito mais ou diferenciadas intervenções que as inicialmente previstas.

Por último deve-se indicar que a menção à prioridade para cada projeto, apresentada nos quadros do capítulo anterior, apenas significa a importância que a equipa do PDMS atribuiu a cada um deles quanto à sua execução, não tendo obrigatoriamente incidência no seu calendário.

3.1. IMPACTO DA PRIORIDADE DEFINIDA NO CALENDÁRIO DE EXECUÇÃO TOTAL

Os projetos incluídos no quadro 13, que se apresenta de seguida, foram organizados de acordo com o programa e subprograma em que se inserem, e indicam a prioridade de execução, que na realidade, na grande maioria (mas não na totalidade) dos casos, coincide com as fases estabelecidas.

De acordo com os dados, têm alta prioridade 133 projetos que ascendem a quase 225 milhões de euros, e que se redistribuem por uma grande parte dos subprogramas considerados.

Pro-grama/ Sub-pro-grama	Designação	INVESTIMENTO TOTAL			
		Total	Alta	Média	Baixa
1	MOBILIDADE SUSTENTÁVEL, TRANSPORTES E INFRAESTRUTURAS VIÁRIAS	61 864 700	19 990 500	24 974 200	16 900 000
1.1	Plano de Ação Pedonal	3 009 600	0	3 009 600	0
1.2	Plano de Ação Ciclável	5 357 100	835 500	4 521 600	0
1.3	Plano de Transportes Públicos	13 875 000	3 000 000	10 875 000	0
1.4	Plano de Transporte Individual	38 073 000	15 605 000	6 568 000	15 900 000
1.5	Plano de Estacionamento	500 000	500 000	0	0
1.6	Plano de Transporte de Mercadorias e Logística Urbana	1 050 000	50 000	0	1 000 000
2	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	26 417 063	26 417 063	0	0
2.1	Captações	766 373	766 373	0	0
2.2	Condutas Adutoras/ Distribuidoras	10 260 024	10 260 024	0	0
2.3	Reservatórios	2 871 095	2 871 095	0	0
2.4	Estações Elevatórias	2 072 072	2 072 072	0	0
2.5	Redes de Distribuição de Água	10 447 500	10 447 500	0	0
3	DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS	20 511 456	20 511 456	0	0
3.1	Emissários	2 219 852	2 219 852	0	0
3.2	Estações e Condutas Elevatórias	3 029 268	3 029 268	0	0
3.3	Instalações de Tratamento	762 336	762 336	0	0
3.4	Descarregadores de Tempestade	300 000	300 000	0	0
3.5	Redes de Distribuição de Água	14 200 000	14 200 000	0	0
4	DRENAGEM PLUVIAL NATURAL	9 862 731	3 116 426	6 306 855	439 451
4.1	Bacias de Retenção	8 232 731	3 116 426	4 676 855	439 451
4.2	Passagens Hidráulicas	1 479 398	0	1 479 398	0
4.3	Definição da Secção de Vazão	150 602	0	150 602	0
5	DRENAGEM PLUVIAL ARTIFICIAL	21 449 537	14 428 244	3 798 733	3 222 559
5.1	Implantação de Coletores Pluviais	862 039	0	862 039	0
5.2	Aumento da Capacidade de Vazão	20 587 497	14 428 244	2 936 694	3 222 559
6	PLANOS E ESTUDOS URBANÍSTICOS	41 793 897	10 153 514	23 754 823	7 885 560
6.1	Elaboração de Planos Municipais de Ordenamento do Território	2 220 000	0	2 220 000	0
6.2	Estudo Urbanístico dos Terrenos da Fábrica Carmona (SUOPG 1.1)	650 000	0	650 000	0
6.3	Execução Plano de Pormenor da Salmoura (UOPG 1.3)	8 270 182	869 419	544 413	6 856 350
6.4	Execução do estudo Urbanístico da Frente Ribeirinha Poente (SUOPG 19.3)	3 953 000	0	3 953 000	0
6.5	Execução do estudo Urbanístico da Frente Ribeirinha Nascente (SUOPG 19.4)	2 500 000	0	2 500 000	0
6.6	Execução do estudo Urbanístico da Quinta do Xarraz (SUOPG 20.11)	3 981 740	0	3 981 740	0
6.7	Execução do estudo Urbanístico do Polo Comercial do Monte Belo (SUOPG 20.14)	1 800 000	0	1 800 000	0
6.8	Execução do Plano de Urbanização da Entrada Norte da Cidade de Setúbal	2 719 880	0	1 690 670	1 029 210
6.9	Execução do Estudo Urbanístico. Bairros Dias, Moinho do Frade e Monarquina (SUOPG 20.17)	2 215 000	0	2 215 000	0
6.10	Projeto Base do Parque Urbano Wake Park (parte da SUOPG 20.22)	2 400 000	2 400 000	0	0
6.11	Plano de Pormenor da Mitrena Nascente (SUOPG 21.1)	4 200 000	0	4 200 000	0
6.12	Planos de Intervenção nas Praias	6 884 095	6 884 095	0	0
7	EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA	114 460 000	35 060 000	37 150 000	42 250 000
7.1	Equipamentos Culturais	10 600 000	3 000 000	7 350 000	250 000
7.2	Equipamentos Educativos	22 200 000	14 700 000	2 500 000	5 000 000
7.3	Equipamentos Desportivos	25 150 000	650 000	0	24 500 000
7.4	Equipamentos de Saúde	14 210 000	14 210 000	0	0
7.5	Equipamentos Proteção Civil	16 400 000	0	13 900 000	2 500 000
7.6	Equipamentos Abastecimento Público	500 000	500 000	0	0
7.7	Outros Equipamentos	25 400 000	2 000 000	13 400 000	10 000 000
8	AMBIENTE	17 899 700	9 995 000	6 104 700	1 800 000
8.1	Planos e Estudos	1 670 200	145 000	1 525 200	0

Pro-grama/ Sub-pro-grama	Designação	INVESTIMENTO TOTAL			
		Total	Alta	Média	Baixa
8.2	Espaços Verdes de Recreio, Lazer e Produção	12 479 500	6 100 000	4 579 500	1 800 000
8.3	Equipamentos	340 000	340 000	0	0
8.4	Gestão de Resíduos	3 150 000	3 150 000	0	0
8.5	Cemitérios	260 000	260 000	0	0
9	TURISMO	12 560 000	3 280 000	7 880 000	1 400 000
9.1	Equipamentos e Operações de Requalificação Turística	7 280 000	3 200 000	3 680 000	400 000
9.2	Rotas, Animação Turística e Promoção	5 280 000	80 000	4 200 000	1 000 000
10	HABITAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA	91 801 318	22 740 229	69 061 089	0
10.1	Programa Local de Habitação	30 000 000	0	30 000 000	0
10.2	Reabilitação de Edifícios dos Bairros Municipais de Habitação Pública	17 373 518	7 167 429	10 206 089	0
10.3	Reabilitação de fogos municipais (casos prioritários)	3 000 000	3 000 000	0	0
10.4	Operação de Reabilitação Urbana de Setúbal	37 462 800	8 772 800	28 690 000	0
10.5	Operação de Reabilitação Urbana de Azeitão	3 965 000	3 800 000	165 000	0
11	CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REABILITAÇÃO DO EXISTENTE	150 000 000	60 000 000	60 000 000	30 000 000
	TOTAL	568 620 402	225 692 433	239 030 400	103 897 570

Quadro 13. Investimento Total do PDMS por Prioridade

Os 106 projetos com média prioridade atingem 239 milhões de euros, um pouco mais que os de alta prioridade, mas não tanto que imponham uma calendarização mais alongada. Contudo, são projetos mais robustos, na medida em que são menos que os de alta prioridade e custam mais.

Por último os 22 projetos com baixa prioridade ascendem a 104 milhões de euros um pouco menos que metade de qualquer um dos outros dois grupos. No entanto, são projetos que, em média, são bem mais onerosos que os de qualquer dos outros dois grupos.

Tendo em conta esta redistribuição de volume financeiro, aplicou-se ao faseamento um calendário indicativo de quatro anos de execução para a concretização das duas prioridades mais elevadas, ficando os dois últimos anos destinados à execução da prioridade baixa.

3.2. VALOR GLOBAL DO INVESTIMENTO E PRINCIPAIS PROGRAMAS

O valor global estimado do investimento associado ao PDMS é de € 568.620.000 (quinhentos e sessenta e oito milhões e seiscentos e vinte mil euros).

Retirando o programa 11, destinado à conservação, manutenção e reabilitação dos investimentos públicos municipais já existentes, o programa com investimento mais elevado é o 7, de equipamentos de utilização coletiva (114 milhões de euros), seguido do programa 10, de habitação e reabilitação urbana (92 milhões de euros).

Contudo os programas que concentram mais alta prioridade são os de infraestruturas. No seu conjunto (programa 1 a 5 inclusive) elas ascendem a 140 milhões de euros, isto é, a 25% do total de investimento previsto no PDMS mas em alta prioridade estão previstos 84 milhões, ou seja 60% da totalidade dos cinco programas.

Visto pelos subprogramas, verifica-se que os 6 mais pesados (do total de 52 elencados) se concentram nos seguintes:

- 01.4 – Plano de Transporte Individual – que ascende a 38 milhões de euros;
- 10.4 – Operação de Reabilitação Urbana de Setúbal – que prevê 37,5 milhões de euros;
- 10.1 – Programa Local de Habitação – com um valor global de 30 milhões;
- 07.7 – Outros Equipamentos – cuja estimativa orça os 25,4 milhões de euros;
- 07.3 – Equipamentos Desportivos – num valor global de 25,1 milhões de euros; e ainda o
- 07.2 – Equipamentos Educativos – que é um pouco superior a 22,2 milhões de euros.

Efetivamente são apostas determinantes do PDMS e da política de intervenção no Concelho.

3.3. REDISTRIBUIÇÃO DO ESFORÇO FINANCEIRO

Nos quadros do capítulo 2 foram equacionados por projeto a cobertura financeira da sua execução.

Relembra-se que essa redistribuição foi efetuada num quadro de indefinição muito elevado, uma vez que o PDMS irá iniciar-se na fase terminal do atual Portugal 2020, não sendo possível considerar candidaturas novas neste referencial, e que o novo apoio comunitário atualmente em negociação ainda está longe de determinar as prioridades a que Setúbal se pode candidatar.

Contudo, com bastante prudência, consideraram-se algumas candidaturas como potencialmente exequíveis e associando a elas uma taxa de comparticipação bastante mais modesta (na sua maioria variando entre 50% e 65% de apoio) o quadro resumido ao nível de programa e subprograma é o que consta no Quadro 14 – Cobertura Financeira dos Programas e Subprogramas do PDM de Setúbal – Investimento Total, na página seguinte.

Progra/ Subpro-gra	Designação	Total	Orçamento Municipal	Outros Municípios	Apoio Comunitário	Apoio Nacional	IP/Brisa/ Operadores TP	Particulares	Turismo de Portugal	IHRU	BEI
1	MOBILIDADE SUSTENTÁVEL, TRANSPORTES E INFRAESTRUTURAS VIÁRIAS	61 864 700	43 330 660	0	4 239 040	0	14 295 000	0	0	0	0
1.1	Plano de Ação Pedonal	3 009 600	3 009 600		0		0				
1.2	Plano de Ação Ciclável	5 357 100	2 418 060		2 939 040		0				
1.3	Plano de Transportes Públicos	13 875 000	8 437 500		0		5 437 500				
1.4	Plano de Transporte Individual	38 073 000	28 915 500		1 300 000		7 857 500				
1.5	Plano de Estacionamento	500 000	500 000		0		0				
1.6	Plano de Transporte de Mercadorias e Logística Urbana	1 050 000	50 000		0		1 000 000				
2	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	26 417 063	26 417 063	0	0	0	0	0	0	0	0
2.1	Captações	766 373	766 373								
2.2	Condutas Adutoras/ Distribuidoras	10 260 024	10 260 024								
2.3	Reservatórios	2 871 095	2 871 095								
2.4	Estações Elevatórias	2 072 072	2 072 072								
2.5	Redes de Distribuição de Água	10 447 500	10 447 500								
3	DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS	20 511 456	20 511 456	0	0	0	0	0	0	0	0
3.1	Emissários	2 219 852	2 219 852								
3.2	Estações e Condutas Elevatórias	3 029 268	3 029 268								
3.3	Instalações de Tratamento	762 336	762 336								
3.4	Descarregadores de Tempestade	300 000	300 000								
3.5	Redes de Distribuição de Água	14 200 000	14 200 000								
4	DRENAGEM PLUVIAL NATURAL	9 862 731	9 862 731	0	0	0	0	0	0	0	0
4.1	Bacias de Retenção	8 232 731	8 232 731								
4.2	Passagens Hidráulicas	1 479 398	1 479 398								
4.3	Definição da Secção de Vazão	150 602	150 602								
5	DRENAGEM PLUVIAL ARTIFICIAL	21 449 537	21 449 537	0	0	0	0	0	0	0	0
5.1	Implantação de Coletores Pluviais	862 039	862 039								
5.2	Aumento da Capacidade de Vazão	20 587 497	20 587 497								
6	PLANOS E ESTUDOS URBANÍSTICOS	41 793 897	38 613 092	0	0	780 805	0	2 400 000	0	0	0
6.1	Elaboração de Planos Municipais de Ordenamento do Território	2 220 000	2 220 000								
6.2	Estudo Urbanístico dos Terrenos da Fábrica Carmona)	650 000	650 000								

Programa de execução
Plano de financiamento e fundamentação da sustentabilidade económica e financeira

Progra/ Subpro-gra	Designação	Total	Orçamento Municipal	Outros Municípios	Apoio Comunitário	Apoio Nacional	IP/Brisa/ Operadores TP	Particulares	Turismo de Portugal	IHRU	BEI
6.3	Execução Plano de Pormenor da Salmoura	8 270 182	8 270 182								
6.4	Execução do estudo Urbanístico da Frente Ribeirinha Po-ente	3 953 000	3 953 000								
6.5	Execução do estudo Urbanístico da Frente Ribeirinha Nascente	2 500 000	2 500 000								
6.6	Execução do estudo Urbanístico da Quinta do Xarraz	3 981 740	3 715 540			266 200					
6.7	Execução do estudo Urbanístico do Polo Comercial do Monte Belo	1 800 000	1 800 000								
6.8	Execução do Plano de Urbanização da Entrada Norte da Cidade de Setúbal	2 719 880	2 205 275			514 605					
6.9	Execução do Estudo Urbanístico Bairros Dias, Moinho do Frade e Monarquina	2 215 000	2 215 000								
6.10	Projeto Base do Parque Urbano Wake Park	2 400 000	0					2 400 000			
6.11	Plano de Pormenor da Mitrena Nascente	4 200 000	4 200 000								
6.12	Planos de Intervenção nas Praias	6 884 095	6 884 095								
7	EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA	114 460 000	45 910 000	160 000	39 455 000	27 710 000	0	1 225 000	0	0	0
7.1	Equipamentos Culturais	10 600 000	3 810 000	160 000	6 630 000	0			0		
7.2	Equipamentos Educativos	22 200 000	3 745 000		6 955 000	11 500 000			0		
7.3	Equipamentos Desportivos	25 150 000	25 150 000		0	0			0		
7.4	Equipamentos de Saúde	14 210 000	0		0	14 210 000			0		
7.5	Equipamentos Proteção Civil	16 400 000	4 865 000		10 660 000	0		875 000			
7.6	Equipamentos Abastecimento Público	500 000	150 000		0	0		350 000			
7.7	Outros Equipamentos	25 400 000	8 190 000		15 210 000	2 000 000			0		
8	AMBIENTE	17 899 700	9 477 000	0	6 979 700	1 443 000	0	0	0	0	0
8.1	Planos e Estudos	1 670 200	870 700		0	799 500					
8.2	Espaços Verdes de Recreio, Lazer e Produção	12 479 500	4 979 800		6 979 700	520 000					
8.3	Equipamentos	340 000	216 500		0	123 500					
8.4	Gestão de Resíduos	3 150 000	3 150 000		0	0					
8.5	Cemitérios	260 000	260 000		0	0					
9	TURISMO	12 560 000	5 950 000	0	1 950 000	530 000	0	0	4 130 000	0	0
9.1	Equipamentos e Operações de Requalificação Turística	7 280 000	3 250 000		1 950 000	500 000			1 580 000		
9.2	Rotas, Animação Turística e Promoção	5 280 000	2 700 000		0	30 000			2 550 000		
10	HABITAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA	91 801 318	68 052 571	0	185 965	0	0	0	0	23 066 877	495 906
10.1	Programa Local de Habitação	30 000 000	15 000 000		0					15 000 000	0
10.2	Reabilitação de Edifícios dos Bairros Municipais	17 373 518	8 624 771		185 965					8 066 877	495 906
10.3	Reabilitação de fogos municipais (casos prioritários)	3 000 000	3 000 000		0					0	0

Progra/ Subpro-gra	Designação	Total	Orçamento Municipal	Outros Municípios	Apoio Comunitário	Apoio Nacional	IP/Brisa/ Operadores TP	Particulares	Turismo de Portugal	IHRU	BEI
10.4	Operação de Reabilitação Urbana de Setúbal	37 462 800	37 462 800		0					0	0
10.5	Operação de Reabilitação Urbana de Azeitão	3 965 000	3 965 000		0					0	0
11	CONSERVAÇÃO E REABILITAÇÃO DO EXISTENTE	150 000 000	150 000 000								
	TOTAL	568 620 402	439 574 110	160 000	52 809 705	30 463 805	14 295 000	3 625 000	4 130 000	23 066 877	495 906

Quadro 14. Cobertura Financeira dos Programas e Subprogramas do PDM de Setúbal – Investimento Total

O Orçamento Municipal é, sem dúvida, a principal fonte para financiamento dos projetos previstos no PDMS, garantindo 77% do valor total de investimento considerado. De notar que os programas 2, 3, 4 e 5 (infraestruturas de águas e drenagens) são exclusivamente financiados pelo orçamento municipal.

Segue-se o apoio comunitário, cujo valor percentual é de 9% do total previsto e que se concentra sobretudo nos programas 7 e 8, isto é, nos equipamentos e no ambiente. É claro que poderá vir a ter grande importância no que se refere à reabilitação urbana, bem como em alguns aspetos do turismo e da mobilidade (onde já se prevê algum apoio, sobretudo no subprograma ciclável, pela evidente ligação ambiental e num dos projetos viários), razão por que se considera que este financiador poderá vir a ter um peso substancialmente maior.

O apoio nacional é o terceiro maior financiador, consubstanciado pelos acordos já existentes ou em via de se contratualizar com os ministérios da Educação, da Justiça e da Saúde, e ainda com o previsível apoio do ministério do Ambiente, sobretudo nos projetos da Arrábida e do Estuário do Sado, dadas as óbvias responsabilidades que sobre eles tem. O apoio nacional atinge 5% do total do investimento previsto e está sobretudo concentrado no programa 7 de equipamentos.

O IHRU – Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, com 4% da cobertura total apoia sobretudo o programa 10 dedicado à habitação e reabilitação urbana. De salientar que apenas se considerou o apoio em dois dos três subprogramas dedicados à habitação, ficando, pois, de fora a reabilitação de casos prioritários de fogos municipais que podem não vir a ter enquadramento nos programas futuros do IHRU. Igualmente de fora, ficou o apoio à reabilitação urbana cuja atual estrutura de apoio poderá vir a ser substancialmente alterada.

Com expressão percentual ainda se deve mencionar o conjunto de entidades e os operadores ligados às infraestruturas viárias, cuja incidência se dá apenas no programa 1 de mobilidade, mas que atinge 3%, sendo certo que todos os projetos considerados já têm apoio concertado com as entidades envolvidas.

De resto, as outras entidades fazem uma cobertura financeira bastante mais pequena, igual ou inferior a 1%, não sendo por isso demasiado relevantes.

Importa indicar que esta redistribuição poderá ser considerada bastante pouco ambiciosa e na realidade será provável que o apoio financeiro externo ao município venha a ser bastante maior. Mas se tal se vier a verificar, a utilização de meios do orçamento municipal reduzirá e poderá ser aplicada noutras iniciativas. O que é relevante é perceber se, mesmo com um apoio externo minimalista, a execução do PDMS tal qual está previsto é exequível. O que se demonstrará, mais adiante, assim ser.

3.4. IMPACTO DA PRIORIDADE DEFINIDA NO CALENDÁRIO DE EXECUÇÃO MUNICIPAL

Antes de passar a outra análise, é importante verificar se a distribuição por prioridade, considerando apenas o esforço financeiro municipal, se mantem coesa ou não. O quadro 15 - Investimento Municipal do PDMS por Prioridade na página seguinte permite avaliar esta questão.

Programa/ Sub-programa	Designação	INVESTIMENTO MUNICIPAL			
		Total	Alta	Média	Baixa
1	MOBILIDADE SUSTENTÁVEL, TRANSPORTES E INFRAESTRUTURAS VIÁRIAS	43 330 660	11 060 500	20 520 160	11 750 000
1.1	Plano de Ação Pedonal	3 009 600	0	3 009 600	0
1.2	Plano de Ação Ciclável	2 418 060	835 500	1 582 560	0
1.3	Plano de Transportes Públicos	8 437 500	3 000 000	5 437 500	0
1.4	Plano de Transporte Individual	28 915 500	6 675 000	10 490 500	11 750 000
1.5	Plano de Estacionamento	500 000	500 000	0	0
1.6	Plano de Transporte de Mercadorias e Logística Urbana	50 000	50 000	0	0
2	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	26 417 063	26 417 063	0	0
2.1	Captações	766 373	766 373	0	0
2.2	Condutas Adutoras/ Distribuidoras	10 260 024	10 260 024	0	0
2.3	Reservatórios	2 871 095	2 871 095	0	0
2.4	Estações Elevatórias	2 072 072	2 072 072	0	0
2.5	Redes de Distribuição de Água	10 447 500	10 447 500	0	0
3	DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS	20 511 456	20 511 456	0	0
3.1	Emissários	2 219 852	2 219 852	0	0
3.2	Estações e Condutas Elevatórias	3 029 268	3 029 268	0	0
3.3	Instalações de Tratamento	762 336	762 336	0	0
3.4	Descarregadores de Tempestade	300 000	300 000	0	0
3.5	Redes de Distribuição de Água	14 200 000	14 200 000	0	0
4	DRENAGEM PLUVIAL NATURAL	9 862 731	4 746 426	4 676 855	439 451
4.1	Bacias de Retenção	8 232 731	3 116 426	4 676 855	439 451
4.2	Passagens Hidráulicas	1 479 398	1 479 398	0	0
4.3	Definição da Secção de Vazão	150 602	150 602	0	0
5	DRENAGEM PLUVIAL ARTIFICIAL	21 449 537	15 290 284	2 936 694	3 222 559
5.1	Implantação de Coletores Pluviais	862 039	862 039	0	0
5.2	Aumento da Capacidade de Vazão	20 587 497	14 428 244	2 936 694	3 222 559
6	PLANOS E ESTUDOS URBANÍSTICOS	38 613 092	6 153 514	23 488 623	7 370 955
6.1	Elaboração de Planos Municipais de Ordenamento do Território	2 220 000	0	2 220 000	0
6.2	Estudo Urbanístico dos Terrenos da Fábrica Carmona (SUOPG 1.1)	650 000	0	650 000	0
6.3	Execução Plano de Pormenor da Salmoura (UOPG 1.3)	8 270 182	869 419	544 413	6 856 350
6.4	Execução do estudo Urbanístico da Frente Ribeirinha Poente (SUOPG 19.3)	3 953 000	0	3 953 000	0
6.5	Execução do estudo Urbanístico da Frente Ribeirinha Nascente (SUOPG 19.4)	2 500 000	0	2 500 000	0
6.6	Execução do estudo Urbanístico da Quinta do Xarraz (SUOPG 20.11)	3 715 540	0	3715540	0
6.7	Execução do estudo Urbanístico do Polo Comercial do Monte Belo (SUOPG 20.14)	1 800 000	0	1 800 000	0
6.8	Execução do Plano de Urbanização da Entrada Norte da Cidade de Setúbal	2 205 275	0	1 690 670	514 605
6.9	Execução do Estudo Urban. Bairros Dias, Moinho do Frade e Monarquina (SUOPG 20.17)	2 215 000	0	2 215 000	0
6.10	Projeto Base do Parque Urbano Wake Park (parte da SUOPG 20.22)	0	0	0	0
6.11	Plano de Pormenor da Mitrena Nascente (SUOPG 21.1)	4 200 000	0	4 200 000	0
6.12	Planos de Intervenção nas Praias	6 884 095	5 284 095	0	0
7	EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA	45 910 000	3 845 000	12 225 000	29 840 000
7.1	Equipamentos Culturais	3 810 000	1 050 000	2 670 000	90 000
7.2	Equipamentos Educativos	3 745 000	1 995 000	0	1 750 000
7.3	Equipamentos Desportivos	25 150 000	650 000	0	24 500 000
7.4	Equipamentos de Saúde	0	0	0	0
7.5	Equipamentos Proteção Civil	4 865 000	0	4 865 000	0

Pro-grama/ Sub-pro-grama	Designação	INVESTIMENTO MUNICIPAL			
		Total	Alta	Média	Baixa
7.6	Equipamentos Abastecimento Público	150 000	150 000	0	0
7.7	Outros Equipamentos	8 190 000	0	4 690 000	3 500 000
8	AMBIENTE	9 477 000	5 906 500	2 420 500	1 150 000
8.1	Planos e Estudos	870 700	145 000	725 700	0
8.2	Espaços Verdes de Recreio, Lazer e Produção	4 979 800	2 135 000	1 694 800	1 150 000
8.3	Equipamentos	216 500	216 500	0	0
8.4	Gestão de Resíduos	3 150 000	3 150 000	0	0
8.5	Cemitérios	260 000	260 000	0	0
9	TURISMO	5 950 000	1 200 000	4 050 000	700 000
9.1	Equipamentos e Operações de Requalificação Turística	3 250 000	1 150 000	1 900 000	200 000
9.2	Rotas, Animação Turística e Promoção	2 700 000	50 000	2 150 000	500 000
10	HABITAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA	68 052 571	19 094 526	48 958 045	0
10.1	Programa Local de Habitação	15 000 000	0	15 000 000	0
10.2	Reabilitação de Edifícios dos Bairros Municipais de Habitação Pública	8 624 771	3 521 726	5 103 045	0
10.3	Reabilitação de fogos municipais (casos prioritários)	3 000 000	3 000 000	0	0
10.4	Operação de Reabilitação Urbana de Setúbal	37 462 800	8 772 800	28 690 000	0
10.5	Operação de Reabilitação Urbana de Azeitão	3 965 000	3 800 000	165 000	0
11	CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REABILITAÇÃO DO EXISTENTE	150 000 000	60 000 000	60 000 000	30 000 000
	TOTAL	439 574 110	174 225 269	179 275 876	84 472 965

Quadro 15. Investimento municipal do PDMS por prioridade

Atendendo aos valores por prioridade, conclui-se que também no que toca ao esforço financeiro do Município, a redistribuição é normal, pelo que não é necessário ajustamento

O quadro seguinte compara a distribuição percentual por programa atendendo ao investimento total e ao investimento apenas municipal.

Pro-grama	Designação	INVESTIMENTO			
		Total	%	Municipal	%
1	MOBILIDADE SUSTENTÁVEL, TRANSPORTES E INFRAESTRUTURAS VIÁRIAS	61 864 700	10,9%	43 330 660	9,9%
2	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	26 417 063	4,6%	26 417 063	6,0%
3	DRENAGEM TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS	20 511 456	3,6%	20 511 456	4,7%
4	DRENAGEM PLUVIAL NATURAL	9 862 731	1,7%	9 862 731	2,2%
5	DRENAGEM PLUVIAL ARTIFICIAL	21 449 537	3,8%	21 449 537	4,9%
6	PLANOS E ESTUDOS URBANÍSTICOS	41 793 897	7,4%	38 613 092	8,8%
7	EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA	114 460 000	20,1%	45 910 000	10,4%
8	AMBIENTE	17 899 700	3,1%	9 477 000	2,2%
9	TURISMO	12 560 000	2,2%	5 950 000	1,4%
10	HABITAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA	91 801 318	16,1%	68 052 571	15,5%
11	CONSERVAÇÃO, MANUT E REABILITAÇÃO DO EXISTENTE	150 000 000	26,4%	150 000 000	34,1%
	TOTAL	568 620 402	100,0%	439 574 110	100,0%

Quadro 16. Investimento total e municipal do PDMS e distribuição percentual

Deste quadro resulta que o recurso a meios financeiros externos se concentra no programa 7 – Equipamentos de Utilização Coletiva, libertando verbas que se focam sobretudo no programa destinado à conservação e reabilitação do existente, embora em quase todos os restantes programas exista um pequeno reforço percentual municipal.

3.5. FASEAMENTO DA INTERVENÇÃO

O quadro 17 – Calendarização dos Programas do PDM de Setúbal deve ser avaliado em estreita ligação com os quadros que se apresentam em anexo, que calendarizam os projetos individualmente, bem como os subprogramas e os programas de que fazem parte. Assim, neste ponto do relatório apenas se apreciará a calendarização dos programas. Contudo, como esta está dependente da que foi atribuída aos projetos, importa referir como se procedeu para construir o quadro de calendarização destes.

Assim, os projetos que têm alta prioridade foram contemplados nos primeiros quatro anos de execução, os que têm média prioridade nos quatro anos seguintes e por fim os de baixa prioridade, ficaram consignados nos últimos dois anos.

Este faseamento é apenas indicativo, não vinculativo, e para alguns projetos nem sequer é estanque. É o caso dos projetos de intervenção em manutenção e reabilitação, (de que o projeto 2 do subprograma 2.5 de reabilitação das redes de distribuição de água é exemplo), cuja redistribuição por todo o prazo de execução do PDMS foge a este princípio estabelecido. Ou, ainda, alguns projetos de ampliação (por exemplo os projetos 1 dos subprogramas 1.1 e 1.2 de expansão da rede pedonal e ciclável) cujo prazo de execução se considerou dever cobrir todo o período do PDMS, ou metade dele se foi alta a prioridade que lhe foi atribuída. Outros há que em sede de cada programa escapam a esta regra, como por exemplo a compra de imóveis no programa 10, que obviamente se dará ao longo de todo o período de concretização do PDMS.

Portanto a primeira fase, que agrupa os quatro primeiros anos, inclui metade dos projetos contemplados (133 dos 263) embora alguns se distribuam por mais que uma fase, como se pode verificar em parte dos projetos do programa 2, a maioria das vezes por existirem dependências de execução que assim o impõem. Na segunda fase incluem-se 106 dos 263 projetos inseridos no PDMS e na terceira apenas 22, o que significa, como já se referiu, que nesta fase estão projetos cujo volume financeiro é mais elevado.

3.6. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO GERAL E MUNICIPAL

Os quadros que se seguem apresentam cronogramas de execução geral dos investimentos de iniciativa pública cuja estimativa orçamental se apresentou em cima, organizado por programas, sendo o primeiro relativo ao investimento total previsto e o segundo apenas ao esforço financeiro do município.

Da análise dos quadros abaixo verifica-se que nos 10 anos de concretização do PDMS, a redistribuição anual do esforço financeiro com a execução total varia entre um mínimo de 41 milhões de euros no oitavo ano e um máximo de quase 63 milhões no sexto ano.

Acima dos 60 milhões de euros apenas se registam três anos, o segundo, o terceiro e o sexto, todos eles por aumento de carga no programa 7 de equipamentos de utilização coletiva, exatamente porque o segundo e terceiro ano serão provavelmente os do início de um novo quadro comunitário e o sexto será o de reprogramação do mesmo.

O valor atribuído ao oitavo ano, resulta da regra que se julga vir a manter, de fazer a concretização física e financeira do investimento num prazo máximo de dois anos.

No que respeita ao investimento municipal, a variação dá-se entre os 34 milhões de euros do oitavo ano e os quase 47 milhões no sexto ano. Todos os anos, exceto no oitavo, haverá um investimento municipal superior a 40 milhões de euros, sendo certo que em seis deles o valor ronda os 45 milhões. É, pois, uma redistribuição bastante uniforme, a qual aliás contempla um valor anual constante de 15 milhões para conservação, manutenção e reabilitação do existente.

Caberá agora verificar se a estimativa de receitas disponíveis no Orçamento Municipal, para o período dos 10 anos de concretização do PDMS assegura a existência dos meios necessários, o que se passará a avaliar no ponto seguinte.

.

Programa	Designação	Total	Ano1	Ano2	Ano3	Ano4	Ano5	Ano6	Ano7	Ano8	Ano9	Ano10
1	MOBILIDADE SUSTENTÁVEL, TRANSPORTES E INFRAESTRUTURAS VIÁRIAS	61 864 700	5 378 120	5 615 870	5 260 995	5 721 995	6 335 570	6 694 370	5 545 170	2 906 370	8 803 120	9 603 120
2	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	26 417 063	3 501 997	3 936 972	4 577 380	5 885 037	3 396 928	1 023 750	1 023 750	1 023 750	1 023 750	1 023 750
3	DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS	20 511 456	2 670 415	3 579 940	3 632 569	2 817 172	2 011 360	1 160 000	1 160 000	1 160 000	1 160 000	1 160 000
4	DRENAGEM PLUVIAL NATURAL	9 862 731	0	0	431 546	431 546	1 636 316	1 636 316	2 788 989	1 028 367	1 174 551	735 100
5	DRENAGEM PLUVIAL ARTIFICIAL	21 449 537	2 946 896	2 946 896	4 041 277	4 493 176	1 461 858	1 548 755	788 120	521 324	1 611 280	1 089 955
6	PLANOS E ESTUDOS URBANÍSTICOS	41 793 897	2 906 885	2 959 885	2 508 662	3 343 059	6 274 498	8 699 745	9 153 893	4 843 060	589 605	514 605
7	EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA	114 460 000	8 540 000	10 865 000	10 375 000	7 650 000	9 210 000	12 240 000	9 610 000	5 220 000	20 750 000	20 000 000
8	AMBIENTE	17 899 700	2 195 000	3 090 000	2 960 000	1 550 000	1 899 400	1 544 300	1 492 000	1 369 000	900 000	900 000
9	TURISMO	12 560 000	1 450 000	2 150 000	810 000	1 185 000	1 615 000	1 540 000	1 445 000	465 000	950 000	950 000
10	HABITAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA	91 801 318	11 339 534	10 928 908	12 267 293	8 119 494	8 884 713	11 649 117	9 725 833	7 511 426	5 687 500	5 687 500
11	CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REABILITAÇÃO DO EXISTENTE	150 000 000	15 000 000	15 000 000	15 000 000	15 000 000	15 000 000	15 000 000	15 000 000	15 000 000	15 000 000	15 000 000
	TOTAL	568 620 402	55 928 847	61 073 470	61 864 722	56 196 478	57 725 644	62 736 353	57 732 755	41 048 297	57 649 806	56 664 031

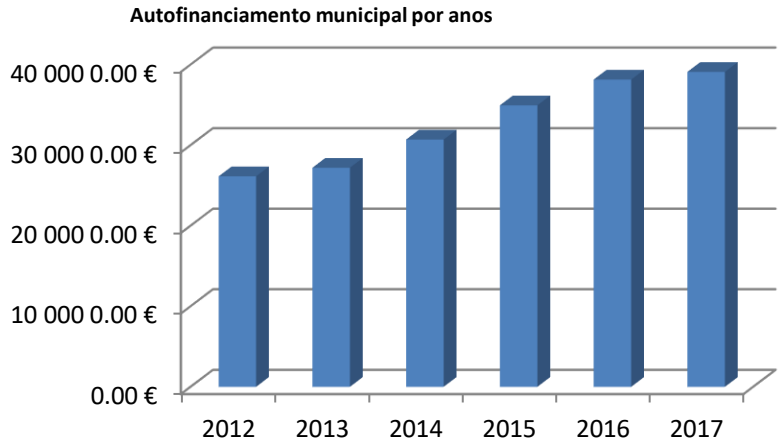
Quadro 17. Calendarização dos Programas do PDM de Setúbal – Investimento Total

Programa	Designação	Total	Ano1	Ano2	Ano3	Ano4	Ano5	Ano6	Ano7	Ano8	Ano9	Ano10
1	MOBILIDADE SUSTENTÁVEL, TRANSPORTES E INFRAESTRUTURAS VIÁRIAS	43 330 660	4 084 216	4 321 966	3 567 091	4 028 091	4 432 566	4 198 966	3 624 366	2 404 966	5 934 216	6 734 216
2	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	26 417 063	3 501 997	3 936 972	4 577 380	5 885 037	3 396 928	1 023 750	1 023 750	1 023 750	1 023 750	1 023 750
3	DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS	20 511 456	2 670 415	3 579 940	3 632 569	2 817 172	2 011 360	1 160 000	1 160 000	1 160 000	1 160 000	1 160 000
4	DRENAGEM PLUVIAL NATURAL	9 862 731	0	0	431 546	431 546	1 636 316	1 636 316	2 788 989	1 028 367	1 174 551	735 100
5	DRENAGEM PLUVIAL ARTIFICIAL	21 449 537	2 946 896	2 946 896	4 041 277	4 493 176	1 461 858	1 548 755	788 120	521 324	1 611 280	1 089 955
6	PLANOS E ESTUDOS URBANÍSTICOS	38 613 092	1 706 885	1 759 885	2 508 662	3 343 059	6 274 498	8 433 545	9 153 893	4 843 060	332 303	257 303
7	EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA	45 910 000	858 500	1 618 000	1 053 500	1 242 000	2 961 000	3 934 000	3 101 000	1 827 000	14 790 000	14 525 000
8	AMBIENTE	9 477 000	1 811 500	1 692 500	1 530 000	672 500	964 700	654 450	522 200	479 150	575 000	575 000
9	TURISMO	5 950 000	545 000	805 000	410 000	597 500	867 500	770 000	772 500	232 500	475 000	475 000
10	HABITAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA	68 052 571	9 260 023	9 189 710	9 073 796	5 485 997	6 518 606	8 288 309	6 761 667	5 099 463	4 187 500	4 187 500
11	CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REABILITAÇÃO DO EXISTENTE	150 000 000	15 000 000	15 000 000	15 000 000	15 000 000	15 000 000	15 000 000	15 000 000	15 000 000	15 000 000	15 000 000
	TOTAL	439 574 110	42 385 432	44 850 868	45 825 821	43 996 077	45 525 333	46 648 091	44 696 485	33 619 580	46 263 599	45 762 824

Quadro 18. Calendarização dos Programas do PDM de Setúbal – Investimento Municipal

3.7. PREVISÃO DE AUTOFINANCIAMENTO MUNICIPAL

A avaliação do cronograma municipal obriga a uma prévia determinação da capacidade de investimento de que dispõe o município. Mais do que analisar os orçamentos importa antes verificar que meios efetivos despendeu o município no decorrer dos últimos anos. De acordo com os relatórios de gestão de 2012 a 2017 aprovados pela Assembleia Municipal, a variação do autofinanciamento municipal passou de 26,1 milhões de euros no primeiro ano mencionado para 39,1 milhões de euros no último. O gráfico seguinte expõe a variação anual calculada segundo o quadro imediato.



Fonte: Relatórios de Gestão da Câmara Municipal de Setúbal de 2012 a 2017

Gráfico 1. Autofinanciamento municipal por anos

	2012	2013	2014	2015	2016	2017
1. Saldo de Gerência (inicial)	4131	3110	5273	3991	7513	2728
2. Autofinanciamento	26128	27194	30694	34941	38135	39096
3. Empréstimos	72	1000	0	12500	10000	6616
4. Subsídios e Comparticipações	10358	4404	2128	1732	2220	1835
5. Administração Central	1761	880	440	345	353	432
6. Quadro Comunitário de Apoio	8393	3472	1224	102	1537	1274
7. Outros	204	52	464	1285	330	129
8. Saldo Gerência (final)	3110	5273	3991	7513	2728	1671
9. TOTAL GERAL (1+2+3+4+5+6+7-8)	37579	30435	34104	45651	55140	48604

Fonte: Relatórios de Gestão da Câmara Municipal de Setúbal de 2012 a 2017
Nota: autofinanciamento = total da receita corrente +vendas de bens de investimento + ativos financeiros+ outras receitas - pessoal-encargos correntes da dívida- transferências correntes-outras despesas correntes.

Quadro 19. Quadro Síntese de Meios de Cobertura Financeira Municipal (valores em mil euros)

A evolução do autofinanciamento de 2012 até 2017, na sequência do reajuste financeiro a que o município ficou sujeito por ter recorrido a um Contrato de Reequilíbrio Financeiro na década anterior,

fez-se a uma taxa média de 8%, sendo de 4% em 2013, de 13%, 14% e 9% nos três anos seguintes e de 3% em 2017.

Tendo em atenção esta evolução, bem como a tendência decrescente verificada nos dois últimos anos, optou-se por considerar que o autofinanciamento para os próximos anos deveria crescer a uma taxa média mais modesta, de 4%, pelo que o quadro seguinte apresenta a estimativa até 2029:

Ano	Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano	Valor
2018	41 050 000	2021	46 600 000	2024	52 500 000	2027	59 100 000
2019	43 100 000	2022	48 500 000	2025	54 600 000	2028	61 500 000
2020	44 800 000	2023	50 500 000	2026	56 800 000	2029	63 900 000

Quadro 20. Estimativa de autofinanciamento para o município de Setúbal

Comparando os valores acima com o somatório das despesas anuais previstas no quadro 16 para o investimento municipal verifica-se um superavit em todos os anos conforme quadro 19, pelo que fica comprovada a sustentabilidade do PDMS.

	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Autofinanciamento Previsto	44 800 000	46 600 000	48 500 000	50 500 000	52 500 000
Investimento Municipal	42 385 432	44 850 868	45 825 821	43 996 077	45 525 333
Saldo	2 414 568	1 749 132	2 674 179	6 503 923	6 974 667
	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10
Autofinanciamento Previsto	54 600 000	56 800 000	59 100 000	61 500 000	63 900 000
Investimento Municipal	46 648 091	44 696 485	33 619 580	46 263 599	45 762 824
Saldo	7 951 909	12 103 515	25 480 420	15 236 401	18 137 176

Quadro 21. Comparação da Estimativa de Autofinanciamento com o Investimento Municipal

4. INSTRUMENTOS DE EXECUÇÃO E PRINCÍPIOS PEREQUATIVOS

Conforme se indicou na introdução deste relatório cabe ao município a execução coordenada e programada do planeamento territorial, com a colaboração das entidades públicas e privadas, procedendo à realização das infraestruturas e dos equipamentos de acordo com o interesse público, os objetivos e as prioridades estabelecidas nos planos municipais de ordenamento do território.

É também um direito dos proprietários (artigos 176.º e seguintes do Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio) aceder aos benefícios e encargos decorrentes dos instrumentos de gestão territorial que os vinculam e que, para esse efeito, estes devem prever mecanismos diretos ou indiretos de perequação. Os quais são realizados no âmbito dos planos de pormenor ou das unidades de execução, segundo critérios adotados no plano diretor municipal.

Ora importa, pois, definir quais são os sistemas de execução para as intervenções programadas no PDMS e bem assim, quais os critérios de perequação que devem informar os planos de pormenor ou as unidades de execução ainda por desenvolver.

Acontece que os sistemas de execução, os critérios de perequação, bem como outras regras associadas, podem vir a ficar desajustados com o tempo, durante o prazo de execução do PDMS, razão pela qual se propõe que no seu Regulamento fiquem apenas plasmados artigos genéricos e orientadores, e que ele remeta para a elaboração dum regulamento municipal da execução, de incentivos e de critérios perequativos para a concretização de operações de urbanização, a que se poderá chamar, Regulamento Municipal para Operações de Urbanização (RMOU).

4.1. INSTRUMENTOS DE EXECUÇÃO PARA AS UOPG E SUOPG DO PDMS

Os instrumentos de execução previstos nas Unidades Operativas de Gestão e Planeamento (UOPG) assentam maioritariamente em Planos de Urbanização (caso da UOPG 1 Azeitão, da UOPG 20 na cidade de Setúbal e da UOPG 21 na Mitrena) ou em Planos de Pormenor . Algumas Subunidades Operativas de Planeamento e Gestão (SUOPG) estão também enquadradas por Planos de Pormenor já elaborados ou ainda por fazer e outras dispõem de esquemas estruturantes de ordenamento, os quais constituem elementos importantes para potenciar eventual interesse privado no desenvolvimento do território a que respeitam.

No Programa 6 deste relatório estão definidos um conjunto de investimentos que são de responsabilidade municipal e que envolvem a concretização de UOPG e SUOPG, nomeadamente:

- UOPG 01 – Plano de Urbanização de Azeitão;
- SUOPG 01.1 – Estudo Urbanístico dos Terrenos da Fábrica Carmona;
- SUOPG 01.3 – Plano de Pormenor da Salmoura;
- UOPG 8 e 9 – Plano de Intervenção na Praia do Portinho da Arrábida/Creiro – Alpertuche;
- UOPG 10 e 13 – Plano de Intervenção na Praia de Galápos - Galapinhos e na Praia da Figueirinha;

- UOPG 16, SUOPG 16.1 e SUOPG 16.2 – Plano de Intervenção na Comenda-Gávea-Ecoparque do Outão;
- UOPG 19 – Plano de Pormenor da Frente Ribeirinha de Setúbal;
- SUOPG 19.1 – Plano de Intervenção na Praia de Albarquel;
- SUOPG 19.3 - Estudo Urbanístico da Frente Ribeirinha Poente;
- SUOPG 19.4 - Estudo Urbanístico da Frente Ribeirinha Nascente;
- UOPG 20 – Plano de Urbanização da Cidade de Setúbal
- SUOPG 20.17 – Estudo Urbanístico Bairros Dias, Moinho do Frade e Monarquina;
- SUOPG 20.11 – Estudo Urbanístico da Quinta do Xarraz;
- SUOPG 20.14 – Estudo Urbanístico do Polo Comercial do Monte Belo;
- SUOPG 20.22 – Plano de Urbanização de Setúbal Nascente;
- SUOPG 20.23 – Plano de Pormenor da Cidade do Conhecimento;
- SUOPG 20.24 – Plano de Pormenor da Cidade Desportiva;
- UOPG 21 – Plano de Urbanização da Mitrena;
- SUOPG 21.1 – Plano de Pormenor da Mitrena Nascente.

Todos estes investimentos, inscrevem-se numa execução assegurada por orçamento municipal o que configura o uso da imposição administrativa, embora nada impeça que seja desenvolvida em sistema de cooperação, desde que fiquem assegurados os calendários de execução previstos neste programa. Recorda-se que o sistema de cooperação, atribui a iniciativa de execução do plano ao município, com a cooperação dos particulares interessados, atuando coordenadamente, de acordo com a programação estabelecida pela câmara municipal e nos termos do adequado instrumento contratual. Assim sendo, nada impede que os estudos urbanísticos, planos de pormenor e planos de urbanização (embora estes com menos probabilidade de reunir condições para o efeito) sejam desenvolvidos em sistema de cooperação, devendo, contudo, ficar explícito em sede de regulamento que na impossibilidade de se reunirem as condições para o fazer, o município terá de os desenvolver pelo sistema de imposição administrativa.

Para todas as UOPG e SUOPG restantes, o sistema de execução preferencial deverá ficar dependente sobretudo do instrumento de gestão a desenvolver e da estratégia de implementação. Assim, as recomendações possíveis neste quadro são as seguintes:

a) Sempre que possível e adequado estrategicamente, as UOPG e SUOPG devem ser desenvolvidas por recurso ao sistema de iniciativa dos interessados, em que a execução deve ser promovida pelos proprietários ou pelos titulares de outros direitos reais relativos a prédios abrangidos no plano, ficando estes obrigados a prestar ao município a compensação devida de acordo com as regras estabelecidas nos planos ou em regulamento municipal, as quais constarão no contrato de urbanização entre as partes. Cabe-lhes também a redistribuição dos benefícios e encargos resultantes da execução do instrumento de planeamento entre

todos os proprietários e titulares de direitos inerentes à propriedade abrangidos pela unidade de execução.

b) Contudo, se a execução vier a ser antecedida da realização dum Plano de Urbanização (PU), que tradicionalmente pressupõe o seu desenvolvimento em Planos de Pormenor e/ou Unidades de Execução, deve ser aquele IGT a determinar qual o ou os sistemas a utilizar. Genericamente, aponta-se para os seguintes critérios:

   b.1 Se em sede de PU existir uma parte da sua área de intervenção que contempla algum investimento de interesse público e territorial superior ao do território do próprio PU, então essa parcela deverá ser desenvolvida recorrendo ao sistema de imposição administrativa, em que a iniciativa de execução do plano pertence ao município, que atua diretamente ou mediante concessão de urbanização. Contudo, sempre que isto vier a acontecer, haverá que avaliar a transposição dos custos associados para o regulamento da TRIU ou, caso seja preferível envolver a UOPG em causa e outras envolventes, integrá-la no sistema perequativo para os territórios envolvidos, de forma a ressarcir o município;

   b.2 Para os restantes territórios em que exista desenvolvimento de interesse privado, o sistema preferencial deverá ser sempre o de iniciativa de interessados como previsto em a) sendo apenas utilizável o sistema de cooperação se daí resultar um interesse coletivo importante, ou a concretização da UOPG seja mais difícil de outra forma.

c) Se uma UOPG ou SUOPG vier a recorrer a um Plano de Pormenor ou uma Unidade de Execução para que se concretize, deverá ser aplicado o previsto em b.2.

A aplicação de um instrumento ou outro deve ficar pendente do programa que vier a ser desencadeado para a UOPG. O seu conteúdo poderá ser tratado à luz duma intervenção com base num plano, mas também o poderá ser através apenas dum projeto. É o caso de alguns projetos turísticos, como por exemplo um ou mais conjuntos turísticos. É evidente que estes podem executar-se mais rapidamente desde que se acautelem os princípios e regras a que terá de obedecer cada intervenção em sede de concertação e contratualização de interesses. Ora esta pode ser assegurada por intermédio duma unidade de execução, com vantagens nítidas sobre o plano de pormenor.

Por isso, o regulamento do PDMS inclui a figura das unidades de execução, nomeadamente em alternativa aos planos municipais, devendo elas ser especialmente utilizadas sempre que a intervenção prevista possa ser concretizada por intermédio duma figura legal de intervenção no território que não recorra aos IGT previstos no RJIGT.

Estes Planos municipais contemplam, por força da lei, um sistema perequativo que será aplicado a cada um deles, de acordo com o regulamento que lhes dá corpo. Haverá contudo planos já em vigor e outros que estão em curso de aprovação que contêm sistemas perequativos diferenciados e alguns deles com algumas carências de aplicação. Este tema será abordado de seguida, apenas sendo de realçar neste ponto que se torna necessário normalizar os critérios de base municipais para a criação de sistemas perequativos, para que o território setubalense se paute por parâmetros de intervenção territorial que sejam o mais uniformes possível.

No que respeita aos instrumentos de gestão do PDMS importa ainda referenciar a necessidade de se proceder a um trabalho de revisão/refundação do regulamento que integra a Taxa Municipal de Realização, Reforço e Manutenção de Infraestruturas Urbanísticas (TRIU), nomeadamente contemplando todo o edifício de suporte das intervenções urbanísticas, isto é, fazendo incidir na TRIU a redistribuição perequativa dos custos com as intervenções previstas no PDMS, bem como das que vierem a ser detetadas como não estando contempladas nos PMOT em vigor, e ainda das que resultam das necessárias renovações periódicas de infraestruturas, espaços verdes e equipamentos.

Este trabalho deverá ser efetuado pela autarquia preferencialmente no período que medeia a discussão pública sobre a proposta do plano e a aprovação municipal.

4.2. PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA PEREQUAÇÃO

Os princípios orientadores de perequação que devem ser consagrados no PDMS, para aplicação nos PMOT dele decorrentes são os que constam na secção II – Redistribuição de Benefícios e Encargos artigos 176º a 183º do Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio, conjugados com os que se apresentam de seguida. Esses princípios partem do pressuposto de que a execução do planeamento em Setúbal, mormente, do planeamento de áreas expectantes, ainda por urbanizar, será sobretudo uma execução coordenada, programada e sistemática, ou seja, uma execução realizada no âmbito do disposto em planos municipais de ordenamento do território de hierarquia inferior ao PDMS ou unidades de execução, com vista à obtenção de soluções integradas.

Contudo, antes de o fazer importa alertar para o caráter orientador destas propostas, tendo em vista, principalmente, criar uma homogeneidade de tratamento do território, submetendo-o a um conjunto idêntico de princípios perequativos que sejam verdadeiramente equitativos. Acontece que o território não é todo ele uniforme, havendo possivelmente fatores locais que podem sugerir uma conformação diferenciada ao conjunto de regras que agora se apresentam. Ora se existe a possibilidade dessa ocorrência será indispensável prever no quadro do regulamento específico referenciado no último parágrafo do ponto 4 a necessária exceção, admitindo-se, com determinadas condições, a aplicação de parâmetros perequativos diferentes dos que serão normalmente aplicados, e que são os seguintes:

Encargos de Urbanização

1. Os encargos de urbanização (custos com infraestruturas locais, com espaços verdes e com os equipamentos) dos territórios contemplados por plano de urbanização e de pormenor destinados integralmente a nova expansão serão assumidos pelos promotores de cada unidade operativa em função dos seguintes parâmetros:
    - Os custos com as infraestruturas em função da capacidade construtiva que lhes for atribuída;
    - Os custos com os espaços verdes e com os equipamentos, em função da população servida por cada unidade operacional/loteamento.

2. Os encargos de urbanização (custos com infraestruturas locais, com espaços verdes e com os equipamentos) dos territórios contemplados por plano de urbanização e de pormenor destinado a reconversão urbana seguem o mesmo princípio descrito em 1. Contudo, os encargos serão repartidos entre a autarquia e os promotores de construção nova, sendo que neste caso, a autarquia responde na proporção da área de construção existente e que se mantém e os promotores de construção nova respondem na proporção do total de nova área de construção admitida. Excetuam-se deste princípio os investimentos que servirem apenas a nova área de construção, ou os que resultarem do reforço do existente para esse efeito, caso em que os encargos de urbanização serão apenas suportados pelos promotores de construção nova que são beneficiados com o aumento de área de construção.
3. Desde que previsto em contrato de urbanização, poderá existir um suporte parcial por parte do município em relação a espaços verdes e equipamentos novos que manifestamente sirvam população para além do âmbito territorial da zona de expansão urbana, sendo o valor que cabe ao município medido pela razão da população abrangida existente sobre a população total prevista na unidade operativa. Atendendo à atual insuficiente articulação entre o Código das Expropriações e o RJIGT, este suporte poderá constituir um elemento importante na execução dos planos, naqueles casos em que os proprietários assumam uma posição totalmente passiva relativamente à execução do plano (por exemplo, por a sua parcela se integrar totalmente em espaço verde).
4. Havendo investimentos com encargos de urbanização previstos em PMOT que venham a ter uma área de abrangência superior ao território da unidade operativa onde estão localizados (por exemplo uma intervenção nas instalações de tratamento de águas residuais que sirva várias zonas do município) a parte proporcional que excede o território e a população envolvida no PMOT será suportada pela autarquia, que incorporará esse valor em sede de PMOT incidentes, ou do regulamento de TRIU, ou das duas, consoante os casos.

Cedências ao Município

1. Sempre que forem realizadas cedências à autarquia no âmbito de operações urbanísticas sistemáticas que sirvam o propósito de concretizar o programa de uma UOPG, elas serão efetuadas a custo zero, cabendo aos promotores assegurar os encargos com todas as parcelas (incluindo os terrenos) que compõem essa cedência.
2. Sempre que o desenvolvimento da UOPG se processe por via do sistema de cooperação, o proprietário cedente de terreno para o município fá-lo-á a custo zero, mantendo a capacidade construtiva que o terreno cedido lhe atribui.
3. Quando haja oposição, recusa ou passividade na execução do plano por parte dos proprietários de terreno a ceder, isto é, sempre que o proprietário onerado com a cedência opte por não realizar voluntariamente a mesma, o município, nos casos em que o adequado interesse público o justifique, poderá adotar os mecanismos de execução impositivos adequados a garantir a execução do plano. Neste caso, apenas em condições de última instância, o município poderá lançar mão da expropriação por utilidade pública, em sede própria ou no quadro de um contrato de concessão de urbanização, sendo a distribuição dos encargos e da capacidade construtiva definidos pelo município no âmbito da concretização do sistema adotado.

Compensação entre Proprietários

1. Sempre que se trate de Plano de Urbanização (PU), a compensação entre proprietários processar-se-á em duas etapas:
    - Etapa 1 – que envolve o conjunto das unidades operativas previstas no PU em que se compensam as que têm menor capacidade edificativa efetiva pelas que têm maior capacidade edificativa efetiva, em relação à capacidade média prevista no plano;
    - Etapa 2 – envolve os proprietários de cada unidade operativa entre si, sendo nesse caso efetuado um acerto entre eles, medido pela capacidade construtiva em Área Total de Construção (ATC)1 que lhe cabe. Neste caso, a redistribuição assenta na proporção da capacidade edificativa efetiva, sobre a Área Livre Bruta2 da unidade operativa.
2. Sempre que se trate dum Plano de Pormenor a compensação entre proprietários será efetuada apenas de acordo com o parágrafo final do número anterior, exceto se forem previstas unidades de execução diferenciadas em aplicação de índices ou em faseamento, ou ainda outras aplicáveis, caso em que os dois níveis podem ser aplicados.

Exceção à Aplicação das Regras Perequativas acima Indicadas

Sempre que um autor/coordenador de instrumento de gestão do território decorrente do PDMS (incluindo planos de urbanização e de pormenor e unidades de execução), após a aplicação à solução urbanística nele contemplada das regras perequativas acima descritas, verifique que existe desajustamento evidente, deve apresentar aos serviços municipais competentes um relatório justificativo que clarifique a impossibilidade ou grave inconveniente em utilizar os referidos princípios, propondo as que considera deverem ser aplicados.

De notar que o referido relatório tem de sustentar adequadamente, com base em sistema contável de comprovação, a rejeição das regras, indicando as razões concretas, bem como as consequências negativas para os promotores e para o erário público, que levam a fazê-lo.

Por sua vez, o serviço municipal competente terá de emitir uma apreciação sobre a aceitação ou rejeição desse relatório, para que o executivo municipal possa tomar a decisão final sobre a adoção ou não do regime de exceção que se admite em sede de regulamento.

Admite-se desde já a eventual utilidade de, havendo algum caso em que se venha a aplicar um sistema de exceção, se emitir em sua sequência um conjunto de normas supletivas que possam enquadrar o tipo de relatório a elaborar pelas equipas dos planos.

[1] Ver ficha nº 12 (Área Total de Construção – ATC) do DR 9/2009

[2] A área livre bruta consiste na superfície total de terreno por urbanizar/consolidar, incluindo os terrenos destinados a infraestruturas viárias, espaços verdes e equipamentos de utilização coletiva.

5. PRINCÍPIOS DE GOVERNAÇÃO

Por norma a gestão territorial dum concelho cabe diretamente à autarquia.

Existem, é certo, exceções que condicionam a intervenção exclusiva do município. Entre outras, as mais frequentes são as zonas portuárias do concelho, que implicam a intervenção da autoridade marítima, as zonas classificadas com interesse natural, onde interfere a autoridade que tutela o ambiente, ou ainda as zonas classificadas com interesse patrimonial e cultural, que são normalmente tuteladas pela autoridade com competência no domínio da cultura.

A intervenção da CCDR, neste caso de Lisboa e Vale do Tejo, é também, à luz das competências que lhe estão delegadas, um elemento adicional a ter em conta.

Contudo a verdade é que presentemente, a intervenção territorial recorre muito frequentemente a sistemas de parceria do município quer com órgãos do poder de nível superior, quer sobretudo com os privados, sendo evidente que são estes os principais fatores da sua utilização. É que a sua velocidade de atuação é muito mais rápida que a permitida, pelas suas próprias características, ao sistema público.

Haverá, pois, que encontrar mecanismos de governação que operacionalizem o sistema.

5.1. PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BASE ESTRATÉGICA

A opção por um plano diretor de caráter eminentemente estratégico pressupõe que a sua execução recorra a mecanismos de implementação compatíveis, nomeadamente a contratualização. Esta por sua vez procura dar resposta à execução mais célere dos procedimentos.

São vários os mecanismos contratuais passíveis de ser implementados no âmbito do planeamento dos quais os mais utilizados até ao presente foram os programas de ação territorial (PAT), os contratos para planeamento ou os contratos de execução.

No quadro dum PDM a utilização destes mecanismos torna mais claros os procedimentos de negociação urbanística, pois não só permitem o envolvimento num único documento das várias entidades com intervenção no território em causa, como contribuem decisivamente para a agilização do sistema de licenciamento, nem que não seja, no quadro da emissão de pareceres, pela consensualização de base que impõe.

Da mesma forma, confere-se uma maior segurança jurídica aos acordos que venham a ser celebrados, permitindo a criação de um canal de comunicação entre o resultado da concertação prévia realizada com os interessados na execução do planeamento e a formalização legal de mecanismos jurídicos capazes de suportar os consensos alcançados, tudo devidamente enquadrado pela estratégia adotada no plano diretor municipal.

Por último, este tipo de instrumentos permite normalmente a criação de sistemas integrados de financiamento, que tornam mais exequíveis e flexíveis a concretização das intervenções territoriais.

Assim, no quadro do PDM de Setúbal, que tem caráter eminentemente estratégico, a governação terá de se nortear pelo recurso aos mecanismos acima referenciados, nomeadamente os programas de ação territorial (PAT), embora se possa questionar esta figura como instrumento de coordenação das atuações das entidades públicas e privadas, os contratos para planeamento ou os contratos de execução.

5.2. OUTROS PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA GOVERNAÇÃO.

A proposta dum PDM "estratégico" implica desde logo que o Município se terá de estruturar de acordo com as exigências da sua implementação. Não se pretende neste relatório aprofundar o sistema de envolvimento municipal, que poderá ser maior ou menor consoante as opções que apenas aos eleitos municipais cabem. Contudo, a adaptação gradual e progressiva e a interligação dos serviços municipais que passam a ter intervenção no processo de gestão do PDMS, que extravasam os que tradicionalmente acompanham a sua implementação, é uma das consequências da adoção do modelo estratégico de planeamento que este plano pressupõe.

Não se propõe a obrigatoriedade de aumentar ou de criar um novo serviço para o efeito. Apenas se indica que haverá que reformular e adaptar os procedimentos e a articulação dos serviços de acordo com esta metodologia. Um PDM estratégico obriga a uma maior integração das diferentes áreas de intervenção territorial, ao contrário do que sucede com um PDM mais estático. Por isso se propõe a integração na estrutura orgânica do Departamento de Urbanismo de um serviço responsável pela gestão do planeamento territorial cuja função é a de dinamizar e monitorizar a aplicação dos planos com incidência no município, sejam eles apenas PMOT ou mesmo os de nível superior e ou sectorial. As atribuições e competências desse serviço podem ser enquadradas numa das unidades orgânicas já existentes ou dar origem a uma nova integrada no Departamento de Urbanismo.

Esta abrangência explica-se, pois, só dessa forma será possível utilizar adequadamente figuras de parceria, mas não só. Ainda é importante, porque será também função desse serviço promover ações de dinamização que mobilizem as entidades a quem compete a concretização de planos de nível superior e ainda dos que são sectoriais, sempre que eles tenham efeitos territoriais no concelho.

Para além da criação do serviço antes referido, propõem-se ainda os seguintes princípios norteadores duma governância para o PDM de Setúbal:

1. A governação quanto às normas que assistem às decisões urbanísticas envolvendo o território do PDMS competem unicamente aos órgãos eleitos locais, sem outra qualquer reserva que não sejam os parâmetros que se apresentam de seguida.
2. Para os territórios concelhios em que a gestão territorial cabe fundamentalmente a terceiros (nomeadamente ao Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas e à Autoridade Portuária e a outros) dado o poder decisório que detêm, será proposta a criação dum sistema misto de gestão, com representantes paritários das entidades envolvidas, até que seja possível a criação de modelos de governação que sejam assegurados pelos serviços locais tutelados em sistema de monitorização diferida.

3. A concretização do PDMS caberá prioritariamente à Câmara Municipal de Setúbal que identificará o conjunto de ações, projetos e investimentos que podem e devem ser desenvolvidos em sistema de parceria envolvendo agentes públicos e privados. As ações que envolvam parcerias devem ser concebidas e ou apreciadas pelo serviço de gestão do planeamento territorial.
4. O modelo de relacionamento externo do Município quanto à implementação do PDMS será dinâmico pelo que poderá a cada momento, consoante a evolução o aconselhe, abrir ou fechar ações a entidades terceiras, embora o deva fazer sem criar constrangimentos ao envolvimento dos agentes, isto é, uma vez aberta uma ação ela só deverá ser retirada se em consenso das diversas partes se concluir ser mais adequado fazê-lo.
5. As entidades a envolver em cada momento e em cada projeto serão as que efetivamente lhe estejam diretamente ligadas, pelo que a decisão de lançar um determinado projeto em parceria terá de ser precedida duma identificação precisa dos agentes a participar.
6. De igual forma, para cada projeto será necessária a identificação do modelo de implementação que, entre outras, estruture o papel de cada parceiro e os direitos e obrigações que cabe a cada qual.

Caberá ao serviço de gestão do planeamento territorial desenvolver, em regulamento interno, estas e outras orientações de governação, bem como se deverá responsabilizar por acompanhar a eventual resolução dos constrangimentos que não aconselham a criação desde já do Fundo Municipal de Sustentabilidade e Coesão Territorial (nos termos em que está prevista na legislação, nomeadamente no nº 4 do art.º 62º da Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo) por suscitar incompatibilidade com a legislação aplicada às finanças locais, mas que se considera um instrumento de elevada importância para a concretização do PDM. Caso se venham a sanar as incompatibilidades acima invocadas, o serviço de gestão do planeamento territorial deverá estudar a vantagem de se constituir o Fundo, bem como apresentará ao executivo municipal uma proposta detalhada de constituição do mesmo.

ANEXO 1
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO INVESTIMENTO TOTAL POR PROGRAMA

Programa de execução
Plano de financiamento e fundamentação da sustentabilidade económica e financeira

Sub-progr Projeto	Designação	Priori-dade	Total	Ano1	Ano2	Ano3	Ano4	Ano5	Ano6	Ano7	Ano8	Ano9	Ano10
1.1	**Plano de Ação Pedonal**		**3 009 600**	**300 960**	**300 960**	**300 960**	**300 960**	**300 960**	**300 960**	**300 960**	**300 960**	**300 960**	**300 960**
1	Expandir e/ ou requalificar a rede pedonal municipal estruturante	Média	3 009 600	300 960	300 960	300 960	300 960	300 960	300 960	300 960	300 960	300 960	300 960
1.2	**Plano de Ação Ciclável**		**5 357 100**	**452 160**	**869 910**	**661 035**	**661 035**	**452 160**	**452 160**	**452 160**	**452 160**	**452 160**	**452 160**
1	Desenvolver a rede ciclável municipal	Média	4 521 600	452 160	452 160	452 160	452 160	452 160	452 160	452 160	452 160	452 160	452 160
2	Implementar parqueamento de bicicletas e outros equipamentos de apoio	Alta	303 800		151 900	75 950	75 950						
3	Implementar um sistema de bicicletas partilhadas	Alta	531 700		265 850	132 925	132 925						
1.3	**Plano de Transportes Públicos**		**13 875 000**	**1 500 000**	**1 500 000**	**0**	**0**	**3 218 200**	**4 403 000**	**3 253 800**	**0**	**0**	**0**
1	Interface da Praça do Brasil (interface principal)	Alta	3 000 000	1 500 000	1 500 000								
2	Interface do Sado nas Fontainhas (interface principal)	Média	10 200 000					3 060 000	4 080 000	3 060 000			
3	Interface secundária em Praias do Sado	Média	29 000					29 000					
4	Implementação das interfaces de âmbito local/Programa de intervenção nas paragens e interfaces / Melhoria das condições de abrigo e informação nas paragens de táxis	Média	646 000					129 200	323 000	193 800			
1.4	**Plano de Transporte Individual**		**38 073 000**	**3 075 000**	**2 445 000**	**4 299 000**	**4 760 000**	**2 364 250**	**1 538 250**	**1 538 250**	**2 153 250**	**7 550 000**	**8 350 000**
1	Conclusão da Circular Externa de Setúbal (C.2), fecho até ao troço poente da EN10	Média	415 000								415 000		
2		Baixa	8 300 000									4 150 000	4 150 000
3	Construção da Circular Interna de Setúbal (C.3), fecho do anel até à EN10 (poente)	Média	200 000								200 000		
4		Baixa	3 300 000									1 650 000	1 650 000
5	Melhoria da acessibilidade ao núcleo de Praias do Sado (via alternativa EN 10-8)	Alta	1 500 000			750 000	750 000						
6	Acessibilidade ao Bairro do Viso (Estudos)	Alta	50 000			50 000							
7	Beneficiação da ligação entre Setúbal e a Península da Mitrena (EN10-4)	Alta	3 000 000	1 500 000	1 500 000								
8	Execução do prolongamento à EN 379 Sesimbra – Azeitão (D 21)	Baixa	3 500 000									1 750 000	1 750 000
9	Requalificação da EN 379-1 e ER10-4 de acesso às praias	Alta	1 575 000	1 575 000									
10	Relocalização do Viaduto das Fontainhas para a Av. D. Manuel I, D35	Alta	4 130 000			1 239 000	2 065 000	826 000					
11	Requalificação da Estrada da Graça e dos acessos ao novo viaduto (ligação à Av. Luísa Todi, execução de rotundas no cais das Fontainhas e na Estrada da Graça e ligações à Av. D. Manuel)	Alta	2 000 000			1 000 000	1 000 000						

Sub-progr Pro-jeto	Designação	Priori-dade	Total	Ano1	Ano2	Ano3	Ano4	Ano5	Ano6	Ano7	Ano8	Ano9	Ano10
1.4	**Plano de Transporte Individual**												Continuação
12	Beneficiação da Estrada Municipal EM534 de ligação entre as Padeiras/ Poçoilos e Zona norte do Concelho com ligação ao concelho de Palmela e Estação Ferroviária	Baixa	800 000										800 000
13	Intervenção em arruamentos em terra batida	Média	6 153 000					1 538 250	1 538 250	1 538 250	1 538 250		
14	Manutenção/Beneficiação da rede rodoviária municipal	Alta	3 150 000		945 000	1 260 000	945 000						
1.5	**Plano de Estacionamento**		**500 000**	**0**	**500 000**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
1	Criação de estacionamento (superfície e subterrâneo) e zonas de estacionamento tarifado previstas	Alta	0										
2	Criar parques de estacionamento de rebatimento	Alta	500 000		500 000								
1.6	**Plano de Transporte de Mercadorias e Logística Urbana**		**1 050 000**	**50 000**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**500 000**	**500 000**
1	Reformulação do nó da EN 10-8 em Poçoilos	Baixa	1 000 000									500 000	500 000
2	Implementar um sistema de gestão das operações de logística urbana na cidade	Alta	50 000	50 000									
	Total		**61 864 700**	**5 378 120**	**5 615 870**	**5 260 995**	**5 721 995**	**6 335 570**	**6 694 370**	**5 545 170**	**2 906 370**	**8 803 120**	**9 603 120**

Quadro anexo 1.1 - Programa 1: MOBILIDADE SUSTENTÁVEL, TRANSPORTES E INFRAESTRUTURAS VIÁRIAS CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E INVESTIMENTO TOTAL

Sub-progr Projeto	Designação	Priori-dade	Total	Ano1	Ano2	Ano3	Ano4	Ano5	Ano6	Ano7	Ano8	Ano9	Ano10
2.1	**Captações**		**766 373**	**200 340**	**263 130**	**302 903**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
1	S-CAP-2 – Furo em Pinhal das Espanholas - PE1	Alta	178 080	178 080									
2	S-CAP-3 – Furo em Pinhal das Espanholas - PE2	Alta	178 080		178 080								
3	S-CAP-6 – Execução de nova captação subterrânea F1 no Faralhão (abertura do furo)	Alta	73 920		73 920								
4	S-CAP-14 – Desativação do furo JK1 (Faralhão)	Alta	11 130		11 130								
5	S-CAP-16 – Desativação dos furos JK6 e JK5 de Poço Mouro	Alta	22 260	22 260									
6	A-CAP-4 – Substituição do furo em Pinhal Negreiros (PS1)	Alta	111 300			111 300							
7	A-CAP-5 – Substituição de furo em Pinhal Negreiros	Alta	166 950			166 950							
8	A-CAP-6 – Selagem dos furos JK4 (Pinhal Negreiros) e JK13 (Perú)	Alta	13 523			13 523							
9	A-CAP-7 – Selagem do furo JK12 (Perú)	Alta	11 130			11 130							
2.2	**Condutas Adutoras/ Distribuidoras**		**10 260 024**	**1 716 470**	**2 169 458**	**1 945 079**	**2 595 906**	**1 833 111**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
1	S-AD-2 – Remodelação da conduta Algeruz/ Pinheirinhos	Alta	1 696 657	848 330	848 327								
2	S-AD-5 – Conduta Adutora Brancanes - Reboreda	Alta	299 174				299 174						
3	S-AD-6 – Conduta Adutora Reboreda - Carrascal	Alta	78 912				78 912						
4	S-AD-7 – Conduta de ligação Farol da Azeda/ Pinheirinhos Elevado - 2ª Fase	Alta	366 344			366 344							
5	S-AD-8 e S-AD-9 – Condutas de ligação HP Pinheirinhos Elevado/ rede	Alta	371 186				371 186						
6	S-AD-11 – Ligações da conduta de Farol da Azeda/Vale Rosa e Vale Rosa/Bela Vista	Alta	200 340				200 340						
7	S-AD-12 e S-AD-13 – Condutas com origem no reservatório da Reboreda e Carrascal	Alta	278 918					278 918					
8	S-AD-15 – Construção da conduta distribuidora com origem em Brancanes	Alta	439 524			219 762	219 762						
9	Reestruturação do Sistema de Abastecimento de Água de Faralhão e Bela Vista:	Alta	1 736 280	868 140	868 140								
10	Reforço do Sistema Adutor Pinhal Negreiros – Bassaqueira:	Alta	2 264 955		452 991	1 358 973	452 991						
11	A-AD-3 – Remodelação da conduta Bassaqueira - Vendas	Alta	392 778				392 778						

Programa de execução
Plano de financiamento e fundamentação da sustentabilidade económica e financeira

Sub-progr Projeto	Designação	Priori-dade	Total	Ano1	Ano2	Ano3	Ano4	Ano5	Ano6	Ano7	Ano8	Ano9	Ano10
2.2	**Condutas Adutoras/ Distribuidoras**												**Continuação**
12	A-AD-4 – Conduta Adutora Bassaqueira - Vendas Zona Baixa	Alta	203 123				203 123						
13	A-AD-5 – Conduta Adutora Bassaqueira - S. Domingos	Alta	168 286					168 286					
14	A-AD-6 – Conduta Adutora Bassaqueira - S. Pedro	Alta	271 461					271 461					
15	A-AD-7 – Conduta Adutora S. Pedro - Portela	Alta	40 402					40 402					
16	A-AD-8 – Conduta Distribuidora com origem na Bassaqueira	Alta	755 282				377 641	377 641					
17	A-AD-9 – Conduta Distribuidora com origem no Reservatório Vendas Zona Baixa	Alta	696 404					696 404					
2.3	**Reservatórios**		**2 871 095**	**274 466**	**335 013**	**1 130 808**	**1 130 808**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
1	S-RES-1 – Construção do Reservatório da Reboreda	Alta	1 130 808			565 404	565 404						
2	S-RES-7 e S-RES-9 – Beneficiação do Reservatório de Carrascal e Bela Vista Apoiado	Alta	89 597		89 597								
3	S-RES-10 – Beneficiação do Reservatório de Pinheirinhos Apoiado	Alta	245 417		245 417								
4	S-RES-12 – Demolição do Reservatório de Forte Velho	Alta	4 563	4 563									
5	A-RES-3 – Construção do Reservatório Vendas Zona Baixa	Alta	1 130 808			565 404	565 404						
6	A-RES-5 – Construção do Reservatório da Portela	Alta	269 903	269 903									
2.4	**Estações Elevatórias**		**2 072 072**	**244 971**	**103 620**	**132 840**	**1 092 573**	**498 068**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
1	S-EE-1 – Construção da Estação Elevatória Brancanes - Reboreda	Alta	171 291				171 291						
2	S-EE-2 – Construção da Estação Elevatória Reboreda - Carrascal	Alta	183 311					183 311					
3	S-EE-3 – Ampliação da capacidade de elevação da EEAP Bela Vista Apoiado-Elevado	Alta	265 673			132 840	132 833						
4	S-EE-4 – Remodelação da Estação Elevatória de Algeruz	Alta	244 971	244 971									
5	S-EE-8 – Construção do Hidropressor do Carrascal	Alta	93 715					93 715					
6	S-EE-9 – Construção do Hidropressor de Pinheirinhos	Alta	505 302				505 302						
7	S-EE-10 – Construção do Hidropressor do Alto da Guerra	Alta	72 902		72 902								
8	A-EE-3 – Remodelação da EEAP Bassaqueira - Vendas	Alta	69 229				69 229						

Programa de execução
Plano de financiamento e fundamentação da sustentabilidade económica e financeira

Sub-progr Pro-jeto	Designação	Priori-dade	Total	Ano1	Ano2	Ano3	Ano4	Ano5	Ano6	Ano7	Ano8	Ano9	Ano10
2.4	**Estações Elevatórias**												Continuação
9	A-EE-4 – Remodelação da Estação Elevatória Bassaqueira - S. Domingos	Alta	107 627					107 627					
10	A-EE-5 – Construção da Estação Elevatória Bassaqueira - Vendas Zona Baixa	Alta	213 919				213 919						
11	A-EE-6 – Construção da EE06 (Bassaqueira/ S. Pedro)	Alta	78 355					78 355					
12	A-EE-7 – Remodelação da Estação Elevatória (S. Pedro/ Portela)	Alta	35 060					35 060					
13	A-EE-9 – Remodelação da CH Casais da Serra	Alta	30 719		30 719								
2.5	**Redes de Distribuição de Água**		**10 447 500**	**1 065 750**	**1 065 750**	**1 065 750**	**1 065 750**	**1 065 750**	**1 023 750**	**1 023 750**	**1 023 750**	**1 023 750**	**1 023 750**
1	ARA – Ampliação das Redes de Distribuição de Água	Alta	210 000	42 000	42 000	42 000	42 000	42 000					
2	RRA – Reabilitação das Redes de Distribuição de Água	Alta	10 237 500	1 023 750	1 023 750	1 023 750	1 023 750	1 023 750	1 023 750	1 023 750	1 023 750	1 023 750	1 023 750
	Total		**26 417 063**	**3 501 997**	**3 936 972**	**4 577 380**	**5 885 037**	**3 396 928**	**1 023 750**	**1 023 750**	**1 023 750**	**1 023 750**	**1 023 750**

Quadro anexo 1.2 - Programa 2: ABASTECIMENTO DE ÁGUA CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E INVESTIMENTO TOTAL

Sub-progr Projeto	Designação	Priori-dade	Total	Ano1	Ano2	Ano3	Ano4	Ano5	Ano6	Ano7	Ano8	Ano9	Ano10
3.1	**Emissários**		**2 219 852**	**137 906**	**871 373**	**871 373**	**339 200**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
1	S-EM-2 – Remodelação do emissário CG7 - Praias do Sado	Alta	137 906	137 906									
2	A-EM-1 e 2 – Remodelação do coletor A	Alta	1 742 746		871 373	871 373							
3	A-EM-3 – Remodelação do coletor B	Alta	339 200				339 200						
3.2	**Estações e Condutas Elevatórias**		**3 029 268**	**750 109**	**608 599**	**661 228**	**737 972**	**271 360**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
1	S-EEAR-6 – Remodelação da Estação Elevatória do Faralhão	Alta	72 610	72 610									
2	S-EEAR-8 – Remodelação da Estação e Conduta Elevatória de Santo Ovídeo	Alta	106 106	106 106									
3	S-EEAR-9 – Remodelação do Sistema Elevatório de Praias do Sado	Alta	106 000		106 000								
4	S-EEAR-10 – Remodelação da Estação Elevatória do Alto da Guerra	Alta	71 656		71 656								
5	S-EEAR-11 – Remodelação da Estação Elevatória da Serralheira	Alta	125 080			125 080							
6	S-EEAR-12 – Remodelação da Estação Elevatória do Bonfim	Alta	933 224			466 612	466 612						
7	S-EEAR-14 – Remodelação da Estação Elevatória do Bocage	Alta	140 450	140 450									
8	S-EEAR-15 – Remodelação da Estação Elevatória da Termoelétrica	Alta	861 886	430 943	430 943								
9	S-EEAR-16 – Remodelação da Estação Elevatória da Conceição	Alta	69 536			69 536							
10	S-EEAR-17 – Remodelação do Sistema Elevatório de Praias do Sado	Alta	542 720				271 360	271 360					
3.3	**Instalações de Tratamento**		**762 336**	**42 400**	**359 968**	**359 968**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
1	S-TR-8 e 9 – Reformulação do Sistema de Drenagem/Tratamento de Faralhão/Pontes	Alta	560 936		280 468	280 468							
2	S-TR-10 – Reabilitação do edifício apoio e órgãos de tratamento da ETAR de Setúbal	Alta	42 400	42 400									
3	S-TR-11 – Instalação de processo de tratamento do biogás na ETAR de Setúbal	Alta	159 000		79 500	79 500							
3.4	**Descarregadores de Tempestade**		**300 000**	**60 000**	**60 000**	**60 000**	**60 000**	**60 000**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
1	S/A-DT – Construção de Descarregadores de Tempestade	Alta	300 000	60 000	60 000	60 000	60 000	60 000					
3.5	**Redes de Distribuição**		**14 200 000**	**1 680 000**	**1 680 000**	**1 680 000**	**1 680 000**	**1 680 000**	**1 160 000**	**1 160 000**	**1 160 000**	**1 160 000**	**1 160 000**
1	ARS – Ampliação redes de saneamento	Alta	2 600 000	520 000	520 000	520 000	520 000	520 000					
2	RRS – Reabilitação/ remodelação em redes de drenagem	Alta	11 600 000	1 160 000	1 160 000	1 160 000	1 160 000	1 160 000	1 160 000	1 160 000	1 160 000	1 160 000	1 160 000
	Total		**20 511 456**	**2 670 415**	**3 579 940**	**3 632 569**	**2 817 172**	**2 011 360**	**1 160 000**	**1 160 000**	**1 160 000**	**1 160 000**	**1 160 000**

Quadro anexo 1.3 - Programa 3: DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E INVESTIMENTO TOTAL

Sub-progr Projeto	Designação	Priori-dade	Total	Ano1	Ano2	Ano3	Ano4	Ano5	Ano6	Ano7	Ano8	Ano9	Ano10
4.1	**Bacias de Retenção**		**8 232 731**	**0**	**0**	**431 546**	**431 546**	**1 382 819**	**1 382 820**	**2 302 786**	**391 563**	**1 174 551**	**735 100**
1	Nos cursos de água na área de drenagem da Vala Real	Média	3 597 634					1 079 290	1 079 290	1 439 054			
2	Nos cursos de água na área de drenagem da Vala Real	Média	783 133							391 570	391 563		
3	Nos cursos de água na área de drenagem da Vala Real	Baixa	1 470 200									735 100	735 100
4	Nos cursos de água na área de drenagem da Cotovia	Média	607 059					303 529	303 530				
5	Nos cursos de água na área de drenagem da Cotovia	Média	472 162							472 162			
6	Nos cursos de água na área de drenagem da Cotovia	Baixa	439 451									439 451	
7	BR 3 - de cheias da ribeira de S.Paulo Quintas da Misericórdia, Marmelinhos e Gaivão	Alta	863 092			431 546	431 546						
4.2	**Passagens Hidráulicas**		**1 479 398**	**0**	**0**	**0**	**0**	**253 497**	**253 496**	**486 203**	**486 202**	**0**	**0**
1	Redefinição da capacidade de vazão na área de drenagem da Vala Real	Média	506 993					253 497	253 496				
2	Redefinição da capacidade de vazão na área de drenagem da Figueira/ Livramento	Média	643 860							321 930	321 930		
3	Redefinição da capacidade de vazão na área de drenagem da Cotovia	Média	328 545							164 273	164 272		
4.3	**Definição da Secção de Vazão**		**150 602**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**150 602**	**0**	**0**
1	Vala Real - Brejos do Clérigo, Vale do Choupo, Casal Bolinhos, Vila Fresca de Azeitão - BR 11, Rio de Lagos/ Salmoura e Bom Pastor	Média	148 397								148 397		
2	Cotovia - Barranco do Alto da Guerra	Média	2 205								2 205		
	Total		**9 862 731**	**0**	**0**	**431 546**	**431 546**	**1 636 316**	**1 636 316**	**2 788 989**	**1 028 367**	**1 174 551**	**735 100**

Quadro anexo 1.4 - Programa 4: DRENAGEM PLUVIAL NATURAL CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E INVESTIMENTO TOTAL

Programa de execução
Plano de financiamento e fundamentação da sustentabilidade económica e financeira

Sub-progr Projeto	Designação	Priori-dade	Total	Ano1	Ano2	Ano3	Ano4	Ano5	Ano6	Ano7	Ano8	Ano9	Ano10
5.1	**Implantação de Coletores Pluviais**		**862 039**	**0**	**0**	**0**	**0**	**431 019**	**431 020**	**0**	**0**	**0**	**0**
1	Na bacia de drenagem da Vala Real - Sal-moura, Brejos de Azeitão, Vila Nogueira de Azeitão, Casal Bolinhos, Vale do Choupo - Zona urbana VR7, Vale do Choupo - rua da Florex e Sto. Amaro	Média	862 039					431 019	431 020				
5.2	**Aumento da Capacidade de Vazão nas Áreas de Drenagem de**		**20 587 497**	**2 946 896**	**2 946 896**	**4 041 277**	**4 493 176**	**1 030 839**	**1 117 735**	**788 120**	**521 324**	**1 611 280**	**1 089 955**
1	Vala Real (1ª Prioridade)	Média	2 188 762			1 094 381	1 094 381						
2	Vala Real (2ª Prioridade)	Média	659 231					329 615	329 616				
3	Vala Real (3ª Prioridade)	Baixa	1 042 649								521 324	521 325	
4	Figueira/ Livramento (1ª Prioridade)	Alta	11 787 584	2 946 896	2 946 896	2 946 896	2 946 896						
5	Figueira/ Livramento (2ª Prioridade)	Média	1 576 239						788 119	788 120			
6	Figueira/ Livramento (3ª Prioridade)	Baixa	822 316									411 158	411 158
7	Cotovia (1ª Prioridade):	Alta	451 898				451 898						
8	Cotovia (2ª Prioridade):	Média	701 224					701 224					
9	Cotovia (3ª Prioridade):	Baixa	1 357 594									678 797	678 797
	Total		**21 449 537**	**2 946 896**	**2 946 896**	**4 041 277**	**4 493 176**	**1 461 858**	**1 548 755**	**788 120**	**521 324**	**1 611 280**	**1 089 955**

Quadro anexo 1.5 - Programa 5: DRENAGEM PLUVIAL ARTIFICIAL CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E INVESTIMENTO TOTAL

Sub-progr Projeto	Designação	Priori-dade	Total	Ano1	Ano2	Ano3	Ano4	Ano5	Ano6	Ano7	Ano8	Ano9	Ano10
6.1	**Elaboração de Planos Municipais de Ordenamento do Território**		**2 220 000**	**0**	**0**	**0**	**207 000**	**505 000**	**568 000**	**543 000**	**322 000**	**75 000**	**0**
1	Plano de Urbanização da Cidade de Setúbal (UOPG 20)	Média	460 000					138 000	138 000	184 000			
2	Plano de Urbanização de Azeitão (UOPG1)	Média	270 000						81 000	81 000	108 000		
3	Plano de Urbanização da Mitrena (UOPG 21)	Média	170 000					51 000	68 000	51 000			
4	Plano de Pormenor da Frente Ribeirinha de Setúbal (UOPG 19)	Média	400 000				120 000	200 000	80 000				
5	Plano de Urbanização de Setúbal Nascente (SUOPG 20.22)	Média	380 000						114 000	152 000	114 000		
6	Plano de Pormenor da Cidade Desportiva (SUOPG 20.24)	Média	250 000							75 000	100 000	75 000	
7	Plano de Pormenor da Cidade do Conhecimento (SUOPG 20.23)	Média	290 000				87 000	116 000	87 000				
6.2	**Estudo Urbanístico dos Terrenos da Fábrica Carmona (SUOPG 1.1)**		**650 000**	**0**	**0**	**0**	**0**	**400 000**	**250 000**	**0**	**0**	**0**	**0**
1	Execução dos Espaços Verdes	Média	500 000					250 000	250 000				
2	Execução das Infraestruturas	Média	150 000					150 000					
6.3	**Execução Plano de Pormenor da Salmoura (UOPG 1.3)**		**8 270 182**	**0**	**0**	**0**	**647 396**	**222 023**	**1 371 270**	**3 700 381**	**2 329 112**	**0**	**0**
1	Execução das Infraestruturas	Mé-dia/Baixa	6 856 350						1 371 270	3 428 175	2 056 905		
2	Execução dos Espaços Verdes	Média	544 413							272 206	272 207		
3	Elaboração de Projetos	Alta	444 046				222 023	222 023					
4	Aquisição de Terrenos – parcelas 330 e 331	Alta	425 373				425 373						
6.4	**Execução do estudo Urbanístico da Frente Ribeirinha Poente (SUOPG 19.3)**		**3 953 000**	**0**	**0**	**0**	**0**	**1 190 600**	**1 381 200**	**1 381 200**	**0**	**0**	**0**
1	Execução das Infraestruturas	Média	3 453 000					690 600	1 381 200	1 381 200			
2	Demolições	Média	500 000					500 000					
6.5	**Execução do estudo Urbanístico da Frente Ribeirinha Nascente (SUOPG 19.4)**		**2 500 000**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**1 250 000**	**1 250 000**	**0**	**0**
1	Execução das Infraestruturas	Média	2 500 000							1 250 000	1 250 000		
6.6	**Execução do estudo Urbanístico da Quinta do Xarraz (SUOPG 20.11)**		**3 981 740**	**0**	**0**	**0**	**320 000**	**1 324 375**	**1 856 775**	**480 590**	**0**	**0**	**0**
1	Terraplenagem	Média	320 000				320 000						
2	Execução Infraestruturas	Média	2 648 750					1 324 375	1 324 375				
3	Execução de Espaços Verdes	Média	480 590							480 590			
4	Execução de Equipamentos	Média	532 400						532 400				

Programa de execução
Plano de financiamento e fundamentação da sustentabilidade económica e financeira

Sub-progr Projeto	Designação	Priori-dade	Total	Ano1	Ano2	Ano3	Ano4	Ano5	Ano6	Ano7	Ano8	Ano9	Ano10
6.7	**Execução do estudo Urbanístico do Polo Comercial do Monte Belo (SUOPG 20.14)**		**1 800 000**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**750 000**	**1 050 000**	**0**	**0**	**0**
1	Execução de Infraestruturas	Média	1 500 000						750 000	750 000			
2	Execução de Espaços Verdes	Média	300 000							300 000			
6.8	**Execução do Plano de Urbanização da Entrada Norte da Cidade de Setúbal**		**2 719 880**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**748 722**	**941 948**	**514 605**	**514 605**
1	Execução de Infraestruturas	Média	1 497 445							748 722	748 723		
2	Execução de Espaços Verdes	Média	193 225								193 225		
3	Execução de Equipamentos (Escola Básica)	Baixa	1 029 210									514 605	514 605
6.9	**Execução do Estudo Urban. Bairros Dias, Moinho do Frade e Monarquina (SUOPG 20.17)**		**2 215 000**	**0**	**0**	**0**	**0**	**952 500**	**1 262 500**	**0**	**0**	**0**	**0**
1	Execução de Infraestruturas	Média	1 905 000					952 500	952 500				
2	Execução de Espaços Verdes	Média	310 000						310 000				
6.10	**Projeto Base do Parque Urbano Wake Park (parte da SUOPG 20.22)**		**2 400 000**	**1 200 000**	**1 200 000**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
1	Parque temático de lazer e iniciativa privada de atividades aquáticas	Alta	2 400 000	1 200 000	1 200 000								
6.11	**Plano de Pormenor da Mitrena Nascente (SUOPG 21.1)**		**4 200 000**	**0**	**0**	**0**	**1 260 000**	**1 680 000**	**1 260 000**	**0**	**0**	**0**	**0**
1	Execução de Infraestruturas	Média	4 200 000				1 260 000	1 680 000	1 260 000				
6.12	**Planos de Intervenção nas Praias**		**6 884 095**	**1 706 885**	**1 759 885**	**2 508 662**	**908 663**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
1	Plano de Intervenção na Praia do Portinho da Arrábida/Creiro - Alpertuche (UOPG 8 e 9)	Alta	2 213 770	1 106 885	1 106 885								
2	Plano de Intervenção na Praia de Galápos - Galapinhos (UOPG 10)	Alta	1 817 325			908 662	908 663						
3	Plano de Intervenção na Comenda-Gávea-Ecoparque do Outão (UOPG 16, SUOPG 16.1 e SUOPG 16.2)	Alta	53 000		53 000								
4	Plano de Intervenção na Praia da Figueirinha (UOPG 13)	Alta	1 200 000	600 000	600 000								
5	Plano de Intervenção na Praia de Albarquel (UOPG 19.1)	Alta	1 600 000			1 600 000							
	Total		**41 793 897**	**2 906 885**	**2 959 885**	**2 508 662**	**3 343 059**	**6 274 498**	**8 699 745**	**9 153 893**	**4 843 060**	**589 605**	**514 605**

Quadro anexo 1.6 - Programa 6: PLANOS E ESTUDOS URBANÍSTICOS CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E INVESTIMENTO TOTAL

Sub-progr Projeto	Designação	Priori-dade	Total	Ano1	Ano2	Ano3	Ano4	Ano5	Ano6	Ano7	Ano8	Ano9	Ano10
7.1	**Equipamentos Culturais**		**10 600 000**	**1 000 000**	**1 000 000**	**1 000 000**	**150 000**	**2 000 000**	**2 000 000**	**2 600 000**	**600 000**	**250 000**	**0**
1	Biblioteca Municipal de Setúbal	Alta	3 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000							
2	Parque Arqueológico da Arrábida	Baixa	250 000									250 000	
3	Praça de Touros Carlos Relvas	Média	6 000 000					2 000 000	2 000 000	2 000 000			
4	Núcleo Museológico das Marchas Populares	Média	150 000				150 000						
5	Casa da Cultura de Azeitão	Média	1 200 000							600 000	600 000		
7.2	**Equipamentos Educativos**		**22 200 000**	**2 760 000**	**5 080 000**	**4 960 000**	**1 900 000**	**750 000**	**1 000 000**	**750 000**	**1 500 000**	**2 000 000**	**1 500 000**
1	Centro Escolar da Quinta da Caiada	Alta	2 700 000	810 000	1 080 000	810 000							
2	Centro Escolar de Vale de Cerejeiras	Baixa	2 500 000								750 000	1 000 000	750 000
3	Centro Escolar São Francisco Xavier	Baixa	2 500 000								750 000	1 000 000	750 000
4	Construção da Escola Básica/ JI das Amoreiras	Alta	3 000 000		900 000	1 200 000	900 000						
5	Requalificação da Escola Básica de Bocage	Alta	1 500 000	750 000	750 000								
6	Requalificação da Escola Básica de Aranguês	Alta	1 500 000		750 000	750 000							
7	Conclusão da requalificação da Escola Básica de Azeitão + construção de pavilhão desportivo	Alta	4 000 000	1 200 000	1 600 000	1 200 000							
8	Requalificação da Escola Secundária de Bocage	Alta	2 000 000			1 000 000	1 000 000						
9	Construção de Pavilhão Desportivo da Escola Secundária D. Manuel Martins	Média	2 500 000					750 000	1 000 000	750 000			
7.3	**Equipamentos Desportivos**		**25 150 000**	**150 000**	**500 000**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**12 250 000**	**12 250 000**
1	Cidade Desportiva Vale da Rosa	Baixa	23 000 000									11 500 000	11 500 000
2	Cobertura do Complexo Municipal de Piscinas das Manteigadas	Alta	500 000		500 000								
3	Centro Desportivo Nacional de Águas Abertas – Parque Urbano de Albarquel	Alta	150 000	150 000									
4	Complexo Desportivo das Pedreiras do Viso	Baixa	1 500 000									750 000	750 000
7.4	**Equipamentos de Saúde**		**14 210 000**	**3 380 000**	**3 035 000**	**4 415 000**	**3 380 000**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
1	Centro de Saúde de Azeitão	Alta	1 380 000			1 380 000							
2	Centro de Saúde de S. Sebastião (Bela Vista)	Alta	1 380 000	1 380 000									
3	Centro de Saúde do Bairro do Liceu (Praceta Maria Lamas)	Alta	3 450 000		1 035 000	1 035 000	1 380 000						
4	Ampliação do Hospital de S. Bernardo	Alta	8 000 000	2 000 000	2 000 000	2 000 000	2 000 000						

Programa de execução
Plano de financiamento e fundamentação da sustentabilidade económica e financeira

Sub-progr Projeto	Designação	Priori-dade	Total	Ano1	Ano2	Ano3	Ano4	Ano5	Ano6	Ano7	Ano8	Ano9	Ano10
7.5	**Equipamentos Proteção Civil**		**16 400 000**	**0**	**0**	**0**	**0**	**3 500 000**	**5 220 000**	**3 860 000**	**1 320 000**	**1 250 000**	**1 250 000**
1	Centro Internacional de Gestão da Emergência (CIGE)	Média	7 000 000					2 100 000	2 800 000	2 100 000			
2	Quartel da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal	Média	4 400 000						1 320 000	1 760 000	1 320 000		
3	Quartel/ Sede da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Setúbal	Baixa	2 500 000									1 250 000	1 250 000
4	Quartel de Bombeiros em Azeitão	Média	1 500 000					750 000	750 000				
5	Base de Apoio Logístico de Setúbal	Média	400 000					400 000					
6	Base de Apoio Logístico de Azeitão	Média	100 000						100 000				
7	Sistema de Aviso e Alerta da População	Média	500 000					250 000	250 000				
7.6	**Equipamentos de Abastecimento Público**		**500 000**	**250 000**	**250 000**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
1	Mercado de Brejos de Azeitão	Alta	500 000	250 000	250 000								
7.7	**Outros Equipamentos**		**25 400 000**	**1 000 000**	**1 000 000**	**0**	**2 220 000**	**2 960 000**	**4 020 000**	**2 400 000**	**1 800 000**	**5 000 000**	**5 000 000**
1	Ampliação do Tribunal	Alta	2 000 000	1 000 000	1 000 000								
2	Requalificação do Parque de Santiago	Média	6 000 000						1 800 000	2 400 000	1 800 000		
3	Parque Logístico Municipal / Incubadora de Empresas / Centro Desportivo (EN 10)	Média	7 400 000				2 220 000	2 960 000	2 220 000				
4	Polo Tecnológico de Setúbal	Baixa	10 000 000									5 000 000	5 000 000
	Total		**114 460 000**	**8 540 000**	**10 865 000**	**10 375 000**	**7 650 000**	**9 210 000**	**12 240 000**	**9 610 000**	**5 220 000**	**20 750 000**	**20 000 000**

Quadro anexo 1.7 - Programa 7: EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E INVESTIMENTO TOTAL

Sub-progr Projeto	Designação	Priori-dade	Total	Ano1	Ano2	Ano3	Ano4	Ano5	Ano6	Ano7	Ano8	Ano9	Ano10
8.1	**Planos e Estudos**		**1 670 200**	**35 000**	**60 000**	**50 000**	**0**	**221 400**	**442 800**	**492 000**	**369 000**	**0**	**0**
1	Plano Estratégico de Ambiente	Alta	70 000	35 000	35 000								
2	Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas	Alta	50 000		25 000	25 000							
3	Plano Municipal de Redução de Ruído	Alta	25 000			25 000							
4	Plano de Gestão Ambiental da Mitrena	Média	147 600					73 800	73 800				
5	Estudo Exploratório de Avaliação da Contaminação de Solos (Passivos Ambientais) 1ª fase	Média	147 600					147 600					
6	Estudo Exploratório de Avaliação da Contaminação de Solos (Passivos Ambientais) 2ª fase	Média	1 230 000						369 000	492 000	369 000		
8.2	**Espaços Verdes de Recreio, Lazer e Produção**		**12 479 500**	**400 000**	**2 150 000**	**2 200 000**	**1 350 000**	**1 478 000**	**1 101 500**	**1 000 000**	**1 000 000**	**900 000**	**900 000**
1	Parque Urbano da Várzea	Alta	4 500 000		1 350 000	1 800 000	1 350 000						
2	Parque Urbano da Quinta da Amizade	Alta	800 000	400 000	400 000								
3	Parque Florestal do Xarraz	Baixa	1 000 000									500 000	500 000
4	Jardim do Forte Velho/Viso	Média	838 000					838 000					
5	Expansão do Parque Urbano da Algodeia	Média	1 000 000						1 000 000				
6	Requalificação Ambiental e Paisagística do Aterro de Resíduos Sólidos Urbanos (selado)	Média	2 000 000							1 000 000	1 000 000		
7	Parque Verde Linear da Vala Real / Corredor Ecológico	Média	600 000					600 000					
8	Expansão da Rede Municipal de Hortas Urbanas	Média	61 500						61 500				
9	Viaduto Verde / Passagem Superior Ecológica sobre a A12 (Entrada de Setúbal)	Baixa	800 000									400 000	400 000
10	Coberturas e paredes verdes em edifícios públicos municipais	Média	80 000					40 000	40 000				
11	Plano Municipal de Arborização	Alta	800 000		400 000	400 000							
8.3	**Equipamentos**		**340 000**	**340 000**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
1	Casa Verde – Centro de Interpretação Ambiental	Alta	190 000	190 000									
2	Requalificação, ampliação e criação de novas valências no Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia	Alta	150 000	150 000									

Programa de execução
Plano de financiamento e fundamentação da sustentabilidade económica e financeira

Sub-progr Projeto	Designação	Priori-dade	Total	Ano1	Ano2	Ano3	Ano4	Ano5	Ano6	Ano7	Ano8	Ano9	Ano10
8.4	**Gestão de Resíduos**		**3 150 000**	**1 160 000**	**880 000**	**710 000**	**200 000**	**200 000**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
1	Salvaguarda de áreas para instalação de centros de receção de resíduos, designa-damente em Azeitão e em Setúbal e res-petiva requalificação, incluindo a valoriza-ção de resíduos verdes	Alta	150 000	150 000									
2	Instalação de recolha seletiva porta a porta de resíduos urbanos biodegradáveis	Alta	1 700 000	510 000	680 000	510 000							
3	Instalação de um sistema de composta-gem de resíduos verdes em moradias	Alta	300 000	300 000									
4	Alargamento das zonas servidas por siste-mas de deposição de resíduos urbanos em profundidade (sistemas enterrados ou semienterrados) 200 unidades	Alta	1 000 000	200 000	200 000	200 000	200 000	200 000					
8.5	**Cemitérios**		**260 000**	**260 000**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
1	Instalação de novos módulos de ossários nos cemitérios municipais	Alta	240 000	240 000									
2	Construção de instalações para armazena-mento temporário de resíduos cemiteriais	Alta	20 000	20 000									
	Total		**17 899 700**	**2 195 000**	**3 090 000**	**2 960 000**	**1 550 000**	**1 899 400**	**1 544 300**	**1 492 000**	**1 369 000**	**900 000**	**900 000**

Quadro anexo 1.8 - Programa 8: AMBIENTE CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E INVESTIMENTO TOTAL

Sub-progr Projeto	Designação	Priori-dade	Total	Ano1	Ano2	Ano3	Ano4	Ano5	Ano6	Ano7	Ano8	Ano9	Ano10
9.1	**Equipamentos e Operações de Requali-ficação Turística**		**7 280 000**	**1 200 000**	**1 900 000**	**100 000**	**335 000**	**745 000**	**1 190 000**	**1 195 000**	**215 000**	**200 000**	**200 000**
1	Terminal 7	Alta	3 000 000	1 200 000	1 800 000								
2	Valorização das Vilas e de Vendas de Azeitão	Média	2 000 000					600 000	800 000	600 000			
3	Valorização Urbana das Aldeias de Azeitão	Média	500 000						250 000	250 000			
4	Infraestruturas de apoio a atividades de desporto e aventura no Parque Natural da Arrábida	Média	100 000				100 000						
5	Qualificação dos miradouros existentes no Parque Natural da Arrábida	Média	60 000				60 000						
6	Manutenção e qualificação dos percursos pedestres existentes no Parque Natural da Arrábida	Média	100 000				100 000						
7	Criação e homologação de novos percur-sos no Parque Natural da Arrábida	Média	20 000					20 000					
8	Instalação de Pequenos Equipamentos de Natureza no Parque Natural da Arrábida	Média	150 000				75 000	75 000					
9	Requalificação dos Parques de Merendas no Parque Natural da Arrábida	Alta	200 000		100 000	100 000							
10	Valorização turístico-patrimonial a Estação Arqueológica do Creiro, Lapa de Santa Margarida e do Cruzeiro do Duque	Média	100 000					50 000	50 000				
11	Requalificação de ancoradouros tradicio-nais na Reserva Natural do Estuário do Sado	Média	100 000							50 000	50 000		
12	Requalificação do Parque de Campismo da Gâmbia	Baixa	400 000									200 000	200 000
13	Manutenção dos Percursos Existentes e Criação de Novos Temáticos na Reserva Natural do Estuário do Sado	Média	300 000						90 000	120 000	90 000		
14	Criação de um Parque de Jogos e Despor-tos Tradicionais na Mourisca	Média	100 000							100 000			
15	Criação de merendários na Reserva Natu-ral do Estuário do Sado	Média	150 000							75 000	75 000		

Sub-progr Projeto	Designação	Priori-dade	Total	Ano1	Ano2	Ano3	Ano4	Ano5	Ano6	Ano7	Ano8	Ano9	Ano10
9.2	**Rotas, Animação Turística e Promoção**		**5 280 000**	**250 000**	**250 000**	**710 000**	**850 000**	**870 000**	**350 000**	**250 000**	**250 000**	**750 000**	**750 000**
1	Rota Histórica das Quintas de Azeitão	Média	30 000					30 000					
2	Criar uma Rede de Novos Circuitos de Valor Integrado para Azeitão	Média	30 000					30 000					
3	Apoio ao artesanato em Azeitão	Média	20 000					20 000					
4	Desenvolver um programa de animação turística equestre em Azeitão	Média	20 000					20 000					
5	Programa de eventos culturais para Azeitão	Alta	20 000			10 000	10 000						
6	Criação de novos roteiros temáticos no Parque Natural da Arrábida	Alta	60 000			30 000	30 000						
7	Criação da Rota da Água em Setúbal	Baixa	1 000 000									500 000	500 000
8	Animação Urbana em Setúbal	Média	2 500 000	250 000	250 000	250 000	250 000	250 000	250 000	250 000	250 000	250 000	250 000
9	Animação turística e desportiva da Mourisca	Média	200 000					100 000	100 000				
10	Promoção - Reforçar e Inovar a Marca Setúbal	Média	1 400 000			420 000	560 000	420 000					
	Total		**12 560 000**	**1 450 000**	**2 150 000**	**810 000**	**1 185 000**	**1 615 000**	**1 540 000**	**1 445 000**	**465 000**	**950 000**	**950 000**

Quadro anexo 1.9 - Programa 9: TURISMO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E INVESTIMENTO TOTAL

Sub-progr Projeto	Designação	Priori-dade	Total	Ano1	Ano2	Ano3	Ano4	Ano5	Ano6	Ano7	Ano8	Ano9	Ano10
10.1	**Programa Local de Habitação**		**30 000 000**	**3 000 000**	**3 000 000**	**3 000 000**	**3 000 000**	**3 000 000**	**3 000 000**	**3 000 000**	**3 000 000**	**3 000 000**	**3 000 000**
1	Habitação a custos controlados e/ou rendas condicionadas - estudos e investimentos	Média	30 000 000	3 000 000	3 000 000	3 000 000	3 000 000	3 000 000	3 000 000	3 000 000	3 000 000	3 000 000	3 000 000
10.2	**Reabilitação de Edifícios dos Bairros Municipais de Habitação Pública**		**17 373 518**	**1 097 034**	**1 536 408**	**2 266 993**	**2 266 994**	**1 732 213**	**3 721 617**	**2 928 333**	**1 823 926**	**0**	**0**
1	Manteigadas	Alta	1 239 764	619 882	619 882								
2	Forte da Bela Vista	Alta	4 582 631		916 526	1 833 052	1 833 053						
3	Alameda das Palmeiras	Alta	867 882			433 941	433 941						
4	Quinta de Santo António	Média	1 654 768					496 430	661 907	496 431			
5	Bela Vista	Média	6 079 754						1 823 926	2 431 902	1 823 926		
6	Afonso Costa	Média	2 471 567					1 235 783	1 235 784				
7	Quinta dos Vidais	Alta	477 152	477 152									
10.3	**Reabilitação de fogos municipais (casos prioritários)**		**3 000 000**	**300 000**	**300 000**	**300 000**	**300 000**	**300 000**	**300 000**	**300 000**	**300 000**	**300 000**	**300 000**
1	Intervenções em Instalações Sanitárias e em Cozinhas	Alta	3 000 000	300 000	300 000	300 000	300 000	300 000	300 000	300 000	300 000	300 000	300 000
10.4	**Operação de Reabilitação Urbana de Setúbal**		**37 462 800**	**5 662 500**	**5 012 500**	**5 260 300**	**2 387 500**	**3 852 500**	**4 627 500**	**3 497 500**	**2 387 500**	**2 387 500**	**2 387 500**
1	Aquisição de imóveis	Média	5 000 000	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000
2	Convento e Igreja de Jesus	Alta	4 500 000	2 250 000	1 350 000	900 000							
3	Paços do Concelho	Média	600 000					300 000	300 000				
4	Casa Luísa Todi	Alta	322 800			322 800							
5	Fábrica das Artes	Alta	1 000 000		300 000	700 000							
6	Alargamento da Casa de Corpo Santo (edifício anexo)	Média	500 000						500 000				
7	Universidade Sénior (UNISETI)	Alta	750 000	375 000	375 000								
8	Arquivo da Câmara Municipal de Setúbal / Arquivo Américo Ribeiro	Alta	500 000			500 000							
9	Casa da Imagem e do Cinema	Alta	50 000	50 000									
10	Espaço Cultural do Quebedo (antigos armazéns Papéis do Sado)	Média	2 000 000					600 000	800 000	600 000			

Sub-progr Projeto	Designação	Priori-dade	Total	Ano1	Ano2	Ano3	Ano4	Ano5	Ano6	Ano7	Ano8	Ano9	Ano10
10.4	**Operação de Reabilitação Urbana de Setúbal**												**Continuação**
11	Balneário Paula Borba	Média	1 500 000					450 000	600 000	450 000			
12	Casa do Fado	Média	40 000						40 000				
13	Núcleo Museológico da Educação – antiga Escola Conde Ferreira	Alta	150 000	150 000									
14	Alojamento e Equipamento Cultural (R. Arronches Junqueiro)	Alta	1 500 000	450 000	600 000	450 000							
15	Otimização de sistemas de iluminação interior	Média	115 000					115 000					
16	Certificação energética de edifícios municipais	Média	60 000							60 000			
17	Infraestruturas elétricas e telecomunicações	Média	10 550 000	1 055 000	1 055 000	1 055 000	1 055 000	1 055 000	1 055 000	1 055 000	1 055 000	1 055 000	1 055 000
18	Resíduos Sólidos Urbanos	Média	1 675 000	167 500	167 500	167 500	167 500	167 500	167 500	167 500	167 500	167 500	167 500
19	Imagem Urbana	Média	1 790 000	179 000	179 000	179 000	179 000	179 000	179 000	179 000	179 000	179 000	179 000
20	Ações Imateriais	Média	4 860 000	486 000	486 000	486 000	486 000	486 000	486 000	486 000	486 000	486 000	486 000
10.5	**Operação de Reabilitação Urbana de Azeitão**		**3 965 000**	**1 280 000**	**1 080 000**	**1 440 000**	**165 000**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
1	Casa Memória Joana Luísa e Sebastião da Gama – Azeitão	Alta	200 000	200 000									
2	Requalificação da Rua José Augusto Coelho (reperfilamento da via e requalificação da via e áreas pedonais adjacentes)	Alta	3 600 000	1 080 000	1 080 000	1 440 000							
3	Reperfilamento da Rua Sebastião da Gama (parcial)	Média	165 000				165 000						
	Total		**91 801 318**	**11 339 534**	**10 928 908**	**12 267 293**	**8 119 494**	**8 884 713**	**11 649 117**	**9 725 833**	**7 511 426**	**5 687 500**	**5 687 500**

Quadro anexo 1.10 - Programa 10: HABITAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E INVESTIMENTO TOTAL

ANEXO 2
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO INVESTIMENTO MUNICIPAL POR PROGRAMA

Programa de execução
Plano de financiamento e fundamentação da sustentabilidade económica e financeira

Sub-progr Projeto	Designação	Priori-dade	Total	Ano1	Ano2	Ano3	Ano4	Ano5	Ano6	Ano7	Ano8	Ano9	Ano10
1.1	**Plano de Ação Pedonal**		**3 009 600**	**300 960**	**300 960**	**300 960**	**300 960**	**300 960**	**300 960**	**300 960**	**300 960**	**300 960**	**300 960**
1	Expandir e/ ou requalificar a rede pedonal municipal estruturante	Média	3 009 600	300 960	300 960	300 960	300 960	300 960	300 960	300 960	300 960	300 960	300 960
1.2	**Plano de Ação Ciclável**		**2 418 060**	**158 256**	**576 006**	**367 131**	**367 131**	**158 256**	**158 256**	**158 256**	**158 256**	**158 256**	**158 256**
1	Desenvolver a rede ciclável municipal	Média	1 582 560	158 256	158 256	158 256	158 256	158 256	158 256	158 256	158 256	158 256	158 256
2	Implementar parqueamento de bicicletas e outros equipamentos de apoio	Alta	303 800		151 900	75 950	75 950						
3	Implementar um sistema de bicicletas partilhadas	Alta	531 700		265 850	132 925	132 925						
1.3	**Plano de Transportes Públicos**		**8 437 500**	**1 500 000**	**1 500 000**	**0**	**0**	**1 609 100**	**2 201 500**	**1 626 900**	**0**	**0**	**0**
1	Interface da Praça do Brasil (interface principal)	Alta	3 000 000	1 500 000	1 500 000								
2	Interface do Sado nas Fontainhas (interface principal)	Média	5 100 000					1 530 000	2 040 000	1 530 000			
3	Interface secundária em Praias do Sado	Média	14 500					14 500					
4	Implementação das interfaces de âmbito local/Programa de intervenção nas paragens e interfaces / Melhoria das condições de abrigo e informação nas paragens de táxis	Média	323 000					64 600	161 500	96 900			
1.4	**Plano de Transporte Individual**		**28 915 500**	**2 075 000**	**1 445 000**	**2 899 000**	**3 360 000**	**2 364 250**	**1 538 250**	**1 538 250**	**1 945 750**	**5 475 000**	**6 275 000**
1	Conclusão da Circular Externa de Setúbal (C.2), fecho até ao troço poente da EN10	Média	207 500								207 500		
2		Baixa	4 150 000									2 075 000	2 075 000
3	Construção da Circular Interna de Setúbal (C.3), fecho do anel até à EN10 (poente)	Média	200 000								200 000		
4		Baixa	3 300 000									1 650 000	1 650 000
5	Melhoria da acessibilidade ao núcleo de Praias do Sado (via alternativa EN 10-8)	Alta	0			0	0						
6	Acessibilidade ao Bairro do Viso (Estudos)	Alta	50 000			50 000							
7	Beneficiação da ligação entre Setúbal e a Península da Mitrena (EN10-4)	Alta	1 000 000	500 000	500 000								
8	Execução do prolongamento à EN 379 Sesimbra – Azeitão (D 21)	Baixa	3 500 000									1 750 000	1 750 000
9	Requalificação da EN 379-1 e ER10-4 de acesso às praias	Alta	1 575 000	1 575 000									
10	Relocalização do Viaduto das Fontainhas para a Av. D. Manuel I, D35	Alta	4 130 000			1 239 000	2 065 000	826 000					
11	Requalificação da Estrada da Graça e dos acessos ao novo viaduto (ligação à Av. Luísa Todi, execução de rotundas no cais das Fontainhas e na Estrada da Graça e ligações à Av. D. Manuel)	Alta	700 000			350 000	350 000						

Sub-progr Pro-jeto	Designação	Priori-dade	Total	Ano1	Ano2	Ano3	Ano4	Ano5	Ano6	Ano7	Ano8	Ano9	Ano10
1.4	**Plano de Transporte Individual**												Continuação
12	Beneficiação da Estrada Municipal EM534 de ligação entre as Padeiras/ Poçoilos e Zona norte do Concelho com ligação ao concelho de Palmela e Estação Ferroviária	Baixa	800 000										800 000
13	Intervenção em arruamentos em terra batida	Média	6 153 000					1 538 250	1 538 250	1 538 250	1 538 250		
14	Manutenção/Beneficiação da rede rodoviária municipal	Alta	3 150 000		945 000	1 260 000	945 000						
1.5	**Plano de Estacionamento**		**500 000**	**0**	**500 000**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
1	Criação de estacionamento (superfície e subterrâneo) e zonas de estacionamento tarifado previstas	Alta	0										
2	Criar parques de estacionamento de rebatimento	Alta	500 000		500 000								
1.6	**Plano de Transporte de Mercadorias e Logística Urbana**		**50 000**	**50 000**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
1	Reformulação do nó da EN 10-8 em Poçoilos	Baixa	0									0	0
2	Implementar um sistema de gestão das operações de logística urbana na cidade	Alta	50 000	50 000									
	Total		**43 330 660**	**4 084 216**	**4 321 966**	**3 567 091**	**4 028 091**	**4 432 566**	**4 198 966**	**3 624 366**	**2 404 966**	**5 934 216**	**6 734 216**

Quadro anexo 2.1 - Programa 1: MOBILIDADE SUSTENTÁVEL, TRANSPORTES E INFRAESTRUTURAS VIÁRIAS CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E INVESTIMENTO MUNICIPAL

Programa de execução
Plano de financiamento e fundamentação da sustentabilidade económica e financeira

Sub-progr Projeto	Designação	Priori-dade	Total	Ano1	Ano2	Ano3	Ano4	Ano5	Ano6	Ano7	Ano8	Ano9	Ano10
2.1	**Captações**		**766 373**	**200 340**	**263 130**	**302 903**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
1	S-CAP-2 – Furo em Pinhal das Espanholas - PE1	Alta	178 080	178 080									
2	S-CAP-3 – Furo em Pinhal das Espanholas - PE2	Alta	178 080		178 080								
3	S-CAP-6 – Execução de nova captação subterrânea F1 no Faralhão (abertura do furo)	Alta	73 920		73 920								
4	S-CAP-14 – Desativação do furo JK1 (Faralhão)	Alta	11 130		11 130								
5	S-CAP-16 – Desativação dos furos JK6 e JK5 de Poço Mouro	Alta	22 260	22 260									
6	A-CAP-4 – Substituição do furo em Pinhal Negreiros (PS1)	Alta	111 300			111 300							
7	A-CAP-5 – Substituição de furo em Pinhal Negreiros	Alta	166 950			166 950							
8	A-CAP-6 – Selagem dos furos JK4 (Pinhal Negreiros) e JK13 (Perú)	Alta	13 523			13 523							
9	A-CAP-7 – Selagem do furo JK12 (Perú)	Alta	11 130			11 130							
2.2	**Condutas Adutoras/ Distribuidoras**		**10 260 024**	**1 716 470**	**2 169 458**	**1 945 079**	**2 595 906**	**1 833 111**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
1	S-AD-2 – Remodelação da conduta Algeruz/ Pinheirinhos	Alta	1 696 657	848 330	848 327								
2	S-AD-5 – Conduta Adutora Brancanes - Reboreda	Alta	299 174				299 174						
3	S-AD-6 – Conduta Adutora Reboreda - Carrascal	Alta	78 912				78 912						
4	S-AD-7 – Conduta de ligação Farol da Azeda/ Pinheirinhos Elevado - 2ª Fase	Alta	366 344			366 344							
5	S-AD-8 e S-AD-9 – Condutas de ligação HP Pinheirinhos Elevado/ rede	Alta	371 186				371 186						
6	S-AD-11 – Ligações da conduta de Farol da Azeda/Vale Rosa e Vale Rosa/Bela Vista	Alta	200 340				200 340						
7	S-AD-12 e S-AD-13 – Condutas com origem no reservatório da Reboreda e Carrascal	Alta	278 918					278 918					
8	S-AD-15 – Construção da conduta distribuidora com origem em Brancanes	Alta	439 524			219 762	219 762						
9	Reestruturação do Sistema de Abastecimento de Água de Faralhão e Bela Vista:	Alta	1 736 280	868 140	868 140								
10	Reforço do Sistema Adutor Pinhal Negreiros – Bassaqueira:	Alta	2 264 955		452 991	1 358 973	452 991						
11	A-AD-3 – Remodelação da conduta Bassaqueira - Vendas	Alta	392 778				392 778						

Programa de execução
Plano de financiamento e fundamentação da sustentabilidade económica e financeira

Sub-progr Projeto	Designação	Priori-dade	Total	Ano1	Ano2	Ano3	Ano4	Ano5	Ano6	Ano7	Ano8	Ano9	Ano10
2.2	**Condutas Adutoras/ Distribuidoras**												**Continuação**
12	A-AD-4 – Conduta Adutora Bassaqueira - Vendas Zona Baixa	Alta	203 123				203 123						
13	A-AD-5 – Conduta Adutora Bassaqueira - S. Domingos	Alta	168 286					168 286					
14	A-AD-6 – Conduta Adutora Bassaqueira - S. Pedro	Alta	271 461					271 461					
15	A-AD-7 – Conduta Adutora S. Pedro - Portela	Alta	40 402					40 402					
16	A-AD-8 – Conduta Distribuidora com origem na Bassaqueira	Alta	755 282				377 641	377 641					
17	A-AD-9 – Conduta Distribuidora com origem no Reservatório Vendas Zona Baixa	Alta	696 404					696 404					
2.3	**Reservatórios**		**2 871 095**	**274 466**	**335 013**	**1 130 808**	**1 130 808**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
1	S-RES-1 – Construção do Reservatório da Reboreda	Alta	1 130 808			565 404	565 404						
2	S-RES-7 e S-RES-9 – Beneficiação do Reservatório de Carrascal e Bela Vista Apoiado	Alta	89 597		89 597								
3	S-RES-10 – Beneficiação do Reservatório de Pinheirinhos Apoiado	Alta	245 417		245 417								
4	S-RES-12 – Demolição do Reservatório de Forte Velho	Alta	4 563	4 563									
5	A-RES-3 – Construção do Reservatório Vendas Zona Baixa	Alta	1 130 808			565 404	565 404						
6	A-RES-5 – Construção do Reservatório da Portela	Alta	269 903	269 903									
2.4	**Estações Elevatórias**		**2 072 072**	**244 971**	**103 620**	**132 840**	**1 092 573**	**498 068**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
1	S-EE-1 – Construção da Estação Elevatória Brancanes - Reboreda	Alta	171 291				171 291						
2	S-EE-2 – Construção da Estação Elevatória Reboreda - Carrascal	Alta	183 311					183 311					
3	S-EE-3 – Ampliação da capacidade de elevação da EEAP Bela Vista Apoiado-Elevado	Alta	265 673			132 840	132 833						
4	S-EE-4 – Remodelação da Estação Elevatória de Algeruz	Alta	244 971	244 971									
5	S-EE-8 – Construção do Hidropressor do Carrascal	Alta	93 715					93 715					
6	S-EE-9 – Construção do Hidropressor de Pinheirinhos	Alta	505 302				505 302						
7	S-EE-10 – Construção do Hidropressor do Alto da Guerra	Alta	72 902		72 902								
8	A-EE-3 – Remodelação da EEAP Bassaqueira - Vendas	Alta	69 229				69 229						

Programa de execução
Plano de financiamento e fundamentação da sustentabilidade económica e financeira

Sub-progr Pro-jeto	Designação	Priori-dade	Total	Ano1	Ano2	Ano3	Ano4	Ano5	Ano6	Ano7	Ano8	Ano9	Ano10
2.4	**Estações Elevatórias**												Continuação
9	A-EE-4 – Remodelação da Estação Elevatória Bassaqueira - S. Domingos	Alta	107 627					107 627					
10	A-EE-5 – Construção da Estação Elevatória Bassaqueira - Vendas Zona Baixa	Alta	213 919				213 919						
11	A-EE-6 – Construção da EE06 (Bassaqueira/ S. Pedro)	Alta	78 355					78 355					
12	A-EE-7 – Remodelação da Estação Elevatória (S. Pedro/ Portela)	Alta	35 060					35 060					
13	A-EE-9 – Remodelação da CH Casais da Serra	Alta	30 719		30 719								
2.5	**Redes de Distribuição de Água**		**10 447 500**	**1 065 750**	**1 065 750**	**1 065 750**	**1 065 750**	**1 065 750**	**1 023 750**	**1 023 750**	**1 023 750**	**1 023 750**	**1 023 750**
1	ARA – Ampliação das Redes de Distribuição de Água	Alta	210 000	42 000	42 000	42 000	42 000	42 000					
2	RRA – Reabilitação das Redes de Distribuição de Água	Alta	10 237 500	1 023 750	1 023 750	1 023 750	1 023 750	1 023 750	1 023 750	1 023 750	1 023 750	1 023 750	1 023 750
	Total		**26 417 063**	**3 501 997**	**3 936 972**	**4 577 380**	**5 885 037**	**3 396 928**	**1 023 750**	**1 023 750**	**1 023 750**	**1 023 750**	**1 023 750**

Quadro anexo 2.2 - Programa 2: ABASTECIMENTO DE ÁGUA CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E INVESTIMENTO MUNICIPAL

Sub-progr Projeto	Designação	Priori-dade	Total	Ano1	Ano2	Ano3	Ano4	Ano5	Ano6	Ano7	Ano8	Ano9	Ano10
3.1	**Emissários**		**2 219 852**	**137 906**	**871 373**	**871 373**	**339 200**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
1	S-EM-2 – Remodelação do emissário CG7 - Praias do Sado	Alta	137 906	137 906									
2	A-EM-1 e 2 – Remodelação do coletor A	Alta	1 742 746		871 373	871 373							
3	A-EM-3 – Remodelação do coletor B	Alta	339 200				339 200						
3.2	**Estações e Condutas Elevatórias**		**3 029 268**	**750 109**	**608 599**	**661 228**	**737 972**	**271 360**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
1	S-EEAR-6 – Remodelação da Estação Elevatória do Faralhão	Alta	72 610	72 610									
2	S-EEAR-8 – Remodelação da Estação e Conduta Elevatória de Santo Ovídeo	Alta	106 106	106 106									
3	S-EEAR-9 – Remodelação do Sistema Elevatório de Praias do Sado	Alta	106 000		106 000								
4	S-EEAR-10 – Remodelação da Estação Elevatória do Alto da Guerra	Alta	71 656		71 656								
5	S-EEAR-11 – Remodelação da Estação Elevatória da Serralheira	Alta	125 080			125 080							
6	S-EEAR-12 – Remodelação da Estação Elevatória do Bonfim	Alta	933 224			466 612	466 612						
7	S-EEAR-14 – Remodelação da Estação Elevatória do Bocage	Alta	140 450	140 450									
8	S-EEAR-15 – Remodelação da Estação Elevatória da Termoelétrica	Alta	861 886	430 943	430 943								
9	S-EEAR-16 – Remodelação da Estação Elevatória da Conceição	Alta	69 536			69 536							
10	S-EEAR-17 – Remodelação do Sistema Elevatório de Praias do Sado	Alta	542 720				271 360	271 360					
3.3	**Instalações de Tratamento**		**762 336**	**42 400**	**359 968**	**359 968**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
1	S-TR-8 e 9 – Reformulação do Sistema de Drenagem/Tratamento de Faralhão/Pontes	Alta	560 936		280 468	280 468							
2	S-TR-10 – Reabilitação do edifício apoio e órgãos de tratamento da ETAR de Setúbal	Alta	42 400	42 400									
3	S-TR-11 – Instalação de processo de tratamento do biogás na ETAR de Setúbal	Alta	159 000		79 500	79 500							
3.4	**Descarregadores de Tempestade**		**300 000**	**60 000**	**60 000**	**60 000**	**60 000**	**60 000**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
1	S/A-DT – Construção de Descarregadores de Tempestade	Alta	300 000	60 000	60 000	60 000	60 000	60 000					
3.5	**Redes de Distribuição**		**14 200 000**	**1 680 000**	**1 680 000**	**1 680 000**	**1 680 000**	**1 680 000**	**1 160 000**	**1 160 000**	**1 160 000**	**1 160 000**	**1 160 000**
1	ARS – Ampliação redes de saneamento	Alta	2 600 000	520 000	520 000	520 000	520 000	520 000					
2	RRS – Reabilitação/ remodelação em redes de drenagem	Alta	11 600 000	1 160 000	1 160 000	1 160 000	1 160 000	1 160 000	1 160 000	1 160 000	1 160 000	1 160 000	1 160 000
	Total		**20 511 456**	**2 670 415**	**3 579 940**	**3 632 569**	**2 817 172**	**2 011 360**	**1 160 000**	**1 160 000**	**1 160 000**	**1 160 000**	**1 160 000**

Quadro anexo 2.3 - Programa 3: DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E INVESTIMENTO MUNICIPAL

Sub-progr Projeto	Designação	Priori-dade	Total	Ano1	Ano2	Ano3	Ano4	Ano5	Ano6	Ano7	Ano8	Ano9	Ano10
4.1	**Bacias de Retenção**		**8 232 731**	**0**	**0**	**431 546**	**431 546**	**1 382 819**	**1 382 820**	**2 302 786**	**391 563**	**1 174 551**	**735 100**
1	Nos cursos de água na área de drenagem da Vala Real	Média	3 597 634					1 079 290	1 079 290	1 439 054			
2	Nos cursos de água na área de drenagem da Vala Real	Média	783 133							391 570	391 563		
3	Nos cursos de água na área de drenagem da Vala Real	Baixa	1 470 200									735 100	735 100
4	Nos cursos de água na área de drenagem da Cotovia	Média	607 059					303 529	303 530				
5	Nos cursos de água na área de drenagem da Cotovia	Média	472 162							472 162			
6	Nos cursos de água na área de drenagem da Cotovia	Baixa	439 451									439 451	
7	BR 3 - de cheias da ribeira de S.Paulo Quintas da Misericórdia, Marmelinhos e Gaivão	Alta	863 092			431 546	431 546						
4.2	**Passagens Hidráulicas**		**1 479 398**	**0**	**0**	**0**	**0**	**253 497**	**253 496**	**486 203**	**486 202**	**0**	**0**
1	Redefinição da capacidade de vazão na área de drenagem da Vala Real	Média	506 993					253 497	253 496				
2	Redefinição da capacidade de vazão na área de drenagem da Figueira/ Livramento	Média	643 860							321 930	321 930		
3	Redefinição da capacidade de vazão na área de drenagem da Cotovia	Média	328 545							164 273	164 272		
4.3	**Definição da Secção de Vazão**		**150 602**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**150 602**	**0**	**0**
1	Vala Real - Brejos do Clérigo, Vale do Choupo, Casal Bolinhos, Vila Fresca de Azeitão - BR 11, Rio de Lagos/ Salmoura e Bom Pastor	Média	148 397								148 397		
2	Cotovia - Barranco do Alto da Guerra	Média	2 205								2 205		
	Total		**9 862 731**	**0**	**0**	**431 546**	**431 546**	**1 636 316**	**1 636 316**	**2 788 989**	**1 028 367**	**1 174 551**	**735 100**

Quadro anexo 2.4 - Programa 4: DRENAGEM PLUVIAL NATURAL CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E INVESTIMENTO MUNICIPAL

Sub-progr Projeto	Designação	Priori-dade	Total	Ano1	Ano2	Ano3	Ano4	Ano5	Ano6	Ano7	Ano8	Ano9	Ano10
5.1	**Implantação de Coletores Pluviais**		**862 039**	**0**	**0**	**0**	**0**	**431 019**	**431 020**	**0**	**0**	**0**	**0**
1	Na bacia de drenagem da Vala Real - Salmoura, Brejos de Azeitão, Vila Nogueira de Azeitão, Casal Bolinhos, Vale do Choupo - Zona urbana VR7, Vale do Choupo - rua da Florex e Sto. Amaro	Média	862 039					431 019	431 020				
5.2	**Aumento da Capacidade de Vazão nas Áreas de Drenagem de**		**20 587 497**	**2 946 896**	**2 946 896**	**4 041 277**	**4 493 176**	**1 030 839**	**1 117 735**	**788 120**	**521 324**	**1 611 280**	**1 089 955**
1	Vala Real (1ª Prioridade)	Média	2 188 762			1 094 381	1 094 381						
2	Vala Real (2ª Prioridade)	Média	659 231					329 615	329 616				
3	Vala Real (3ª Prioridade)	Baixa	1 042 649								521 324	521 325	
4	Figueira/ Livramento (1ª Prioridade)	Alta	11 787 584	2 946 896	2 946 896	2 946 896	2 946 896						
5	Figueira/ Livramento (2ª Prioridade)	Média	1 576 239						788 119	788 120			
6	Figueira/ Livramento (3ª Prioridade)	Baixa	822 316									411 158	411 158
7	Cotovia (1ª Prioridade):	Alta	451 898				451 898						
8	Cotovia (2ª Prioridade):	Média	701 224					701 224					
9	Cotovia (3ª Prioridade):	Baixa	1 357 594									678 797	678 797
	Total		**21 449 537**	**2 946 896**	**2 946 896**	**4 041 277**	**4 493 176**	**1 461 858**	**1 548 755**	**788 120**	**521 324**	**1 611 280**	**1 089 955**

Quadro anexo 2.5- Programa 5: DRENAGEM PLUVIAL ARTIFICIAL CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E INVESTIMENTO MUNICIPAL

Programa de execução
Plano de financiamento e fundamentação da sustentabilidade económica e financeira

Sub-progr Projeto	Designação	Priori-dade	Total	Ano1	Ano2	Ano3	Ano4	Ano5	Ano6	Ano7	Ano8	Ano9	Ano10
6.1	**Elaboração de Planos Municipais de Ordenamento do Território**		**2 220 000**	**0**	**0**	**0**	**207 000**	**505 000**	**568 000**	**543 000**	**322 000**	**75 000**	**0**
1	Plano de Urbanização da Cidade de Setúbal (UOPG 20)	Média	460 000					138 000	138 000	184 000			
2	Plano de Urbanização de Azeitão (UOPG1)	Média	270 000						81 000	81 000	108 000		
3	Plano de Urbanização da Mitrena (UOPG 21)	Média	170 000					51 000	68 000	51 000			
4	Plano de Pormenor da Frente Ribeirinha de Setúbal (UOPG 19)	Média	400 000				120 000	200 000	80 000				
5	Plano de Urbanização de Setúbal Nascente (SUOPG 20.22)	Média	380 000						114 000	152 000	114 000		
6	Plano de Pormenor da Cidade Desportiva (SUOPG 20.24)	Média	250 000							75 000	100 000	75 000	
7	Plano de Pormenor da Cidade do Conhecimento (SUOPG 20.23)	Média	290 000				87 000	116 000	87 000				
6.2	**Estudo Urbanístico dos Terrenos da Fábrica Carmona (SUOPG 1.1)**		**650 000**	**0**	**0**	**0**	**0**	**400 000**	**250 000**	**0**	**0**	**0**	**0**
1	Execução dos Espaços Verdes	Média	500 000					250 000	250 000				
2	Execução das Infraestruturas	Média	150 000					150 000					
6.3	**Execução Plano de Pormenor da Salmoura (UOPG 1.3)**		**8 270 182**	**0**	**0**	**0**	**647 396**	**222 023**	**1 371 270**	**3 700 381**	**2 329 112**	**0**	**0**
1	Execução das Infraestruturas	Média/Baixa	6 856 350						1 371 270	3 428 175	2 056 905		
2	Execução dos Espaços Verdes	Média	544 413							272 206	272 207		
3	Elaboração de Projetos	Alta	444 046				222 023	222 023					
4	Aquisição de Terrenos – parcelas 330 e 331	Alta	425 373				425 373						
6.4	**Execução do estudo Urbanístico da Frente Ribeirinha Poente (SUOPG 19.3)**		**3 953 000**	**0**	**0**	**0**	**0**	**1 190 600**	**1 381 200**	**1 381 200**	**0**	**0**	**0**
1	Execução das Infraestruturas	Média	3 453 000					690 600	1 381 200	1 381 200			
2	Demolições	Média	500 000					500 000					
6.5	**Execução do estudo Urbanístico da Frente Ribeirinha Nascente (SUOPG 19.4)**		**2 500 000**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**1 250 000**	**1 250 000**	**0**	**0**
1	Execução das Infraestruturas	Média	2 500 000							1 250 000	1 250 000		
6.6	**Execução do estudo Urbanístico da Quinta do Xarraz (SUOPG 20.11)**		**3 715 540**	**0**	**0**	**0**	**320 000**	**1 324 375**	**1 590 575**	**480 590**	**0**	**0**	**0**
1	Terraplenagem	Média	320 000				320 000						
2	Execução Infraestruturas	Média	2 648 750					1 324 375	1 324 375				
3	Execução de Espaços Verdes	Média	480 590							480 590			
4	Execução de Equipamentos	Média	266 200						266 200				

Programa de execução
Plano de financiamento e fundamentação da sustentabilidade económica e financeira

Sub-progr Projeto	Designação	Priori-dade	Total	Ano1	Ano2	Ano3	Ano4	Ano5	Ano6	Ano7	Ano8	Ano9	Ano10
6.7	**Execução do estudo Urbanístico do Polo Comercial do Monte Belo (SUOPG 20.14)**		**1 800 000**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**750 000**	**1 050 000**	**0**	**0**	**0**
1	Execução de Infraestruturas	Média	1 500 000						750 000	750 000			
2	Execução de Espaços Verdes	Média	300 000							300 000			
6.8	**Execução do Plano de Urbanização da Entrada Norte da Cidade de Setúbal**		**2 205 275**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**748 722**	**941 948**	**257 303**	**257 303**
1	Execução de Infraestruturas	Média	1 497 445							748 722	748 723		
2	Execução de Espaços Verdes	Média	193 225								193 225		
3	Execução de Equipamentos (Escola Básica)	Baixa	514 605									257 303	257 303
6.9	**Execução do Estudo Urban. Bairros Dias, Moinho do Frade e Monarquina (SUOPG 20.17)**		**2 215 000**	**0**	**0**	**0**	**0**	**952 500**	**1 262 500**	**0**	**0**	**0**	**0**
1	Execução de Infraestruturas	Média	1 905 000					952 500	952 500				
2	Execução de Espaços Verdes	Média	310 000						310 000				
6.10	**Projeto Base do Parque Urbano Wake Park (parte da SUOPG 20.22)**		**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
1	Parque temático de lazer e iniciativa privada de atividades aquáticas	Alta	0	0	0								
6.11	**Plano de Pormenor da Mitrena Nascente (SUOPG 21.1)**		**4 200 000**	**0**	**0**	**0**	**1 260 000**	**1 680 000**	**1 260 000**	**0**	**0**	**0**	**0**
1	Execução de Infraestruturas	Média	4 200 000				1 260 000	1 680 000	1 260 000				
6.12	**Planos de Intervenção nas Praias**		**6 884 095**	**1 706 885**	**1 759 885**	**2 508 662**	**908 663**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
1	Plano de Intervenção na Praia do Portinho da Arrábida/Creiro - Alpertuche (UOPG 8 e 9)	Alta	2 213 770	1 106 885	1 106 885								
2	Plano de Intervenção na Praia de Galápos - Galapinhos (UOPG 10)	Alta	1 817 325			908 662	908 663						
3	Plano de Intervenção na Comenda-Gávea-Ecoparque do Outão (UOPG 16, SUOPG 16.1 e SUOPG 16.2)	Alta	53 000		53 000								
4	Plano de Intervenção na Praia da Figueirinha (UOPG 13)	Alta	1 200 000	600 000	600 000								
5	Plano de Intervenção na Praia de Albarquel (UOPG 19.1)	Alta	1 600 000			1 600 000							
	Total		**38 613 092**	**1 706 885**	**1 759 885**	**2 508 662**	**3 343 059**	**6 274 498**	**8 433 545**	**9 153 893**	**4 843 060**	**332 303**	**257 303**

Quadro anexo 2.6 - Programa 6: PLANOS E ESTUDOS URBANÍSTICOS CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E INVESTIMENTO MUNICIPAL

Programa de execução
Plano de financiamento e fundamentação da sustentabilidade económica e financeira

Sub-progr Projeto	Designação	Priori-dade	Total	Ano1	Ano2	Ano3	Ano4	Ano5	Ano6	Ano7	Ano8	Ano9	Ano10
7.1	**Equipamentos Culturais**		**3 810 000**	**350 000**	**350 000**	**350 000**	**150 000**	**700 000**	**700 000**	**910 000**	**210 000**	**90 000**	**0**
1	Biblioteca Municipal de Setúbal	Alta	1 050 000	350 000	350 000	350 000							
2	Parque Arqueológico da Arrábida	Baixa	90 000									90 000	
3	Praça de Touros Carlos Relvas	Média	2 100 000					700 000	700 000	700 000			
4	Núcleo Museológico das Marchas Populares	Média	150 000				150 000						
5	Casa da Cultura de Azeitão	Média	420 000							210 000	210 000		
7.2	**Equipamentos Educativos**		**3 745 000**	**283 500**	**693 000**	**703 500**	**315 000**	**0**	**0**	**0**	**525 000**	**700 000**	**525 000**
1	Centro Escolar da Quinta da Caiada	Alta	945 000	283 500	378 000	283 500							
2	Centro Escolar de Vale de Cerejeiras	Baixa	875 000								262 500	350 000	262 500
3	Centro Escolar São Francisco Xavier	Baixa	875 000								262 500	350 000	262 500
4	Construção da Escola Básica/ JI das Amoreiras	Alta	1 050 000		315 000	420 000	315 000						
5	Requalificação da Escola Básica de Bocage	Alta	0	0	0								
6	Requalificação da Escola Básica de Aranguês	Alta	0		0	0							
7	Conclusão da requalificação da Escola Básica de Azeitão + construção de pavilhão desportivo	Alta	0	0	0	0							
8	Requalificação da Escola Secundária de Bocage	Alta	0			0	0						
9	Construção de Pavilhão Desportivo da Escola Secundária D. Manuel Martins	Média	0					0	0	0			
7.3	**Equipamentos Desportivos**		**25 150 000**	**150 000**	**500 000**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**12 250 000**	**12 250 000**
1	Cidade Desportiva Vale da Rosa	Baixa	23 000 000									11 500 000	11 500 000
2	Cobertura do Complexo Municipal de Piscinas das Manteigadas	Alta	500 000		500 000								
3	Centro Desportivo Nacional de Águas Abertas – Parque Urbano de Albarquel	Alta	150 000	150 000									
4	Complexo Desportivo das Pedreiras do Viso	Baixa	1 500 000									750 000	750 000
7.4	**Equipamentos de Saúde**		**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
1	Centro de Saúde de Azeitão	Alta	0			0							
2	Centro de Saúde de S. Sebastião (Bela Vista)	Alta	0	0									
3	Centro de Saúde do Bairro do Liceu (Praceta Maria Lamas)	Alta	0		0	0	0						
4	Ampliação do Hospital de S. Bernardo	Alta	0	0	0	0	0						

Programa de execução
Plano de financiamento e fundamentação da sustentabilidade económica e financeira

Sub-progr Projeto	Designação	Priori-dade	Total	Ano1	Ano2	Ano3	Ano4	Ano5	Ano6	Ano7	Ano8	Ano9	Ano10
7.5	**Equipamentos Proteção Civil**		**4 865 000**	**0**	**0**	**0**	**0**	**1 225 000**	**1 827 000**	**1 351 000**	**462 000**	**0**	**0**
1	Centro Internacional de Gestão da Emergência (CIGE)	Média	2 450 000					735 000	980 000	735 000			
2	Quartel da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal	Média	1 540 000						462 000	616 000	462 000		
3	Quartel/ Sede da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Setúbal	Baixa	0									0	0
4	Quartel de Bombeiros em Azeitão	Média	525 000					262 500	262 500				
5	Base de Apoio Logístico de Setúbal	Média	140 000					140 000					
6	Base de Apoio Logístico de Azeitão	Média	35 000						35 000				
7	Sistema de Aviso e Alerta da População	Média	175 000					87 500	87 500				
7.6	**Equipamentos de Abastecimento Público**		**150 000**	**75 000**	**75 000**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
1	Mercado de Brejos de Azeitão	Alta	150 000	75 000	75 000								
7.7	**Outros Equipamentos**		**8 190 000**	**0**	**0**	**0**	**777 000**	**1 036 000**	**1 407 000**	**840 000**	**630 000**	**1 750 000**	**1 750 000**
1	Ampliação do Tribunal	Alta	0	0	0								
2	Requalificação do Parque de Santiago	Média	2 100 000						630 000	840 000	630 000		
3	Parque Logístico Municipal / Incubadora de Empresas / Centro Desportivo (EN 10)	Média	2 590 000				777 000	1 036 000	777 000				
4	Polo Tecnológico de Setúbal	Baixa	3 500 000									1 750 000	1 750 000
	Total		**45 910 000**	**858 500**	**1 618 000**	**1 053 500**	**1 242 000**	**2 961 000**	**3 934 000**	**3 101 000**	**1 827 000**	**14 790 000**	**14 525 000**

Quadro anexo 2.7 - Programa 7: EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E INVESTIMENTO MUNICIPAL

Programa de execução
Plano de financiamento e fundamentação da sustentabilidade económica e financeira

Sub-progr Projeto	Designação	Priori-dade	Total	Ano1	Ano2	Ano3	Ano4	Ano5	Ano6	Ano7	Ano8	Ano9	Ano10
8.1	**Planos e Estudos**		**870 700**	**35 000**	**60 000**	**50 000**	**0**	**221 400**	**202 950**	**172 200**	**129 150**	**0**	**0**
1	Plano Estratégico de Ambiente	Alta	70 000	35 000	35 000								
2	Plano Municipal de Adaptação às Altera-ções Climáticas	Alta	50 000		25 000	25 000							
3	Plano Municipal de Redução de Ruído	Alta	25 000			25 000							
4	Plano de Gestão Ambiental da Mitrena	Média	147 600					73 800	73 800				
5	Estudo Exploratório de Avaliação da Con-taminação de Solos (Passivos Ambientais) 1ª fase	Média	147 600					147 600					
6	Estudo Exploratório de Avaliação da Con-taminação de Solos (Passivos Ambientais) 2ª fase	Média	430 500						129 150	172 200	129 150		
8.2	**Espaços Verdes de Recreio, Lazer e Produção**		**4 979 800**	**140 000**	**752 500**	**770 000**	**472 500**	**543 300**	**451 500**	**350 000**	**350 000**	**575 000**	**575 000**
1	Parque Urbano da Várzea	Alta	1 575 000		472 500	630 000	472 500						
2	Parque Urbano da Quinta da Amizade	Alta	280 000	140 000	140 000								
3	Parque Florestal do Xarraz	Baixa	350 000									175 000	175 000
4	Jardim do Forte Velho/Viso	Média	293 300					293 300					
5	Expansão do Parque Urbano da Algodeia	Média	350 000						350 000				
6	Requalificação Ambiental e Paisagística do Aterro de Resíduos Sólidos Urbanos (selado)	Média	700 000							350 000	350 000		
7	Parque Verde Linear da Vala Real / Corre-dor Ecológico	Média	210 000					210 000					
8	Expansão da Rede Municipal de Hortas Urbanas	Média	61 500						61 500				
9	Viaduto Verde / Passagem Superior Ecoló-gica sobre a A12 (Entrada de Setúbal)	Baixa	800 000									400 000	400 000
10	Coberturas e paredes verdes em edifícios públicos municipais	Média	80 000					40 000	40 000				
11	Plano Municipal de Arborização	Alta	280 000		140 000	140 000							
8.3	**Equipamentos**		**216 500**	**216 500**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
1	Casa Verde – Centro de Interpretação Am-biental	Alta	66 500	66 500									
2	Requalificação, ampliação e criação de no-vas valências no Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia	Alta	150 000	150 000									

Programa de execução
Plano de financiamento e fundamentação da sustentabilidade económica e financeira

Sub-progr Projeto	Designação	Priori-dade	Total	Ano1	Ano2	Ano3	Ano4	Ano5	Ano6	Ano7	Ano8	Ano9	Ano10
8.4	**Gestão de Resíduos**		**3 150 000**	**1 160 000**	**880 000**	**710 000**	**200 000**	**200 000**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
1	Salvaguarda de áreas para instalação de centros de receção de resíduos, designadamente em Azeitão e em Setúbal e respetiva requalificação, incluindo a valorização de resíduos verdes	Alta	150 000	150 000									
2	Instalação de recolha seletiva porta a porta de resíduos urbanos biodegradáveis	Alta	1 700 000	510 000	680 000	510 000							
3	Instalação de um sistema de compostagem de resíduos verdes em moradias	Alta	300 000	300 000									
4	Alargamento das zonas servidas por sistemas de deposição de resíduos urbanos em profundidade (sistemas enterrados ou semienterrados) 200 unidades	Alta	1 000 000	200 000	200 000	200 000	200 000	200 000					
8.5	**Cemitérios**		**260 000**	**260 000**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
1	Instalação de novos módulos de ossários nos cemitérios municipais	Alta	240 000	240 000									
2	Construção de instalações para armazenamento temporário de resíduos cemiteriais	Alta	20 000	20 000									
	Total		**9 477 000**	**1 811 500**	**1 692 500**	**1 530 000**	**672 500**	**964 700**	**654 450**	**522 200**	**479 150**	**575 000**	**575 000**

Quadro anexo 2.8 - Programa 8: AMBIENTE CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E INVESTIMENTO MUNICIPAL

Sub-progr Projeto	Designação	Priori-dade	Total	Ano1	Ano2	Ano3	Ano4	Ano5	Ano6	Ano7	Ano8	Ano9	Ano10
9.1	**Equipamentos e Operações de Requali-ficação Turística**		**3 250 000**	**420 000**	**680 000**	**50 000**	**167 500**	**382 500**	**595 000**	**647 500**	**107 500**	**100 000**	**100 000**
1	Terminal 7	Alta	1 050 000	420 000	630 000								
2	Valorização das Vilas e de Vendas de Azeitão	Média	1 000 000					300 000	400 000	300 000			
3	Valorização Urbana das Aldeias de Azeitão	Média	250 000						125 000	125 000			
4	Infraestruturas de apoio a atividades de desporto e aventura no Parque Natural da Arrábida	Média	50 000				50 000						
5	Qualificação dos miradouros existentes no Parque Natural da Arrábida	Média	30 000				30 000						
6	Manutenção e qualificação dos percursos pedestres existentes no Parque Natural da Arrábida	Média	50 000				50 000						
7	Criação e homologação de novos percur-sos no Parque Natural da Arrábida	Média	20 000					20 000					
8	Instalação de Pequenos Equipamentos de Natureza no Parque Natural da Arrábida	Média	75 000				37 500	37 500					
9	Requalificação dos Parques de Merendas no Parque Natural da Arrábida	Alta	100 000		50 000	50 000							
10	Valorização turístico-patrimonial a Estação Arqueológica do Creiro, Lapa de Santa Margarida e do Cruzeiro do Duque	Média	50 000					25 000	25 000				
11	Requalificação de ancoradouros tradicio-nais na Reserva Natural do Estuário do Sado	Média	50 000							25 000	25 000		
12	Requalificação do Parque de Campismo da Gâmbia	Baixa	200 000									100 000	100 000
13	Manutenção dos Percursos Existentes e Criação de Novos Temáticos na Reserva Natural do Estuário do Sado	Média	150 000						45 000	60 000	45 000		
14	Criação de um Parque de Jogos e Despor-tos Tradicionais na Mourisca	Média	100 000							100 000			
15	Criação de merendários na Reserva Natu-ral do Estuário do Sado	Média	75 000							37 500	37 500		

Sub-progr Projeto	Designação	Priori-dade	Total	Ano1	Ano2	Ano3	Ano4	Ano5	Ano6	Ano7	Ano8	Ano9	Ano10
9.2	**Rotas, Animação Turística e Promoção**		**2 700 000**	**125 000**	**125 000**	**360 000**	**430 000**	**485 000**	**175 000**	**125 000**	**125 000**	**375 000**	**375 000**
1	Rota Histórica das Quintas de Azeitão	Média	30 000					30 000					
2	Criar uma Rede de Novos Circuitos de Valor Integrado para Azeitão	Média	30 000					30 000					
3	Apoio ao artesanato em Azeitão	Média	20 000					20 000					
4	Desenvolver um programa de animação turística equestre em Azeitão	Média	20 000					20 000					
5	Programa de eventos culturais para Azeitão	Alta	20 000			10 000	10 000						
6	Criação de novos roteiros temáticos no Parque Natural da Arrábida	Alta	30 000			15 000	15 000						
7	Criação da Rota da Água em Setúbal	Baixa	500 000									250 000	250 000
8	Animação Urbana em Setúbal	Média	1 250 000	125 000	125 000	125 000	125 000	125 000	125 000	125 000	125 000	125 000	125 000
9	Animação turística e desportiva da Mourisca	Média	100 000					50 000	50 000				
10	Promoção - Reforçar e Inovar a Marca Setúbal	Média	700 000			210 000	280 000	210 000					
	Total		**5 950 000**	**545 000**	**805 000**	**410 000**	**597 500**	**867 500**	**770 000**	**772 500**	**232 500**	**475 000**	**475 000**

Quadro anexo 2.9 - Programa 9: TURISMO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E INVESTIMENTO MUNICIPAL

Programa de execução
Plano de financiamento e fundamentação da sustentabilidade económica e financeira

Sub-progr Projeto	Designação	Priori-dade	Total	Ano1	Ano2	Ano3	Ano4	Ano5	Ano6	Ano7	Ano8	Ano9	Ano10
10.1	**Programa Local de Habitação**		**15 000 000**	**1 500 000**	**1 500 000**	**1 500 000**	**1 500 000**	**1 500 000**	**1 500 000**	**1 500 000**	**1 500 000**	**1 500 000**	**1 500 000**
1	Habitação a custos controlados e/ou rendas condicionadas - estudos e investimentos	Média	15 000 000	1 500 000	1 500 000	1 500 000	1 500 000	1 500 000	1 500 000	1 500 000	1 500 000	1 500 000	1 500 000
10.2	**Reabilitação de Edifícios dos Bairros Municipais de Habitação Pública**		**8 624 771**	**517 523**	**737 210**	**1 133 496**	**1 133 497**	**866 106**	**1 860 809**	**1 464 167**	**911 963**	**0**	**0**
1	Manteigadas	Alta	557 894	278 947	278 947								
2	Forte da Bela Vista	Alta	2 291 316		458 263	916 526	916 527						
3	Alameda das Palmeiras	Alta	433 941			216 971	216 971						
4	Quinta de Santo António	Média	827 384					248 215	330 953	248 216			
5	Bela Vista	Média	3 039 877						911 963	1 215 951	911 963		
6	Afonso Costa	Média	1 235 784					617 891	617 892				
7	Quinta dos Vidais	Alta	238 576	238 576									
10.3	**Reabilitação de fogos municipais (casos prioritários)**		**3 000 000**	**300 000**	**300 000**	**300 000**	**300 000**	**300 000**	**300 000**	**300 000**	**300 000**	**300 000**	**300 000**
1	Intervenções em Instalações Sanitárias e em Cozinhas	Alta	3 000 000	300 000	300 000	300 000	300 000	300 000	300 000	300 000	300 000	300 000	300 000
10.4	**Operação de Reabilitação Urbana de Setúbal**		**37 462 800**	**5 662 500**	**5 212 500**	**5 060 300**	**2 387 500**	**3 852 500**	**4 627 500**	**3 497 500**	**2 387 500**	**2 387 500**	**2 387 500**
1	Aquisição de imóveis	Média	5 000 000	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000
2	Convento e Igreja de Jesus	Alta	4 500 000	2 250 000	1 350 000	900 000							
3	Paços do Concelho	Média	600 000					300 000	300 000				
4	Casa Luísa Todi	Alta	322 800			322 800							
5	Fábrica das Artes	Alta	1 000 000		500 000	500 000							
6	Alargamento da Casa de Corpo Santo (edifício anexo)	Média	500 000						500 000				
7	Universidade Sénior (UNISETI)	Alta	750 000	375 000	375 000								
8	Arquivo da Câmara Municipal de Setúbal / Arquivo Américo Ribeiro	Alta	500 000			500 000							
9	Casa da Imagem e do Cinema	Alta	50 000	50 000									
10	Espaço Cultural do Quebedo (antigos armazéns Papéis do Sado)	Média	2 000 000					600 000	800 000	600 000			

Sub-progr Projeto	Designação	Priori-dade	Total	Ano1	Ano2	Ano3	Ano4	Ano5	Ano6	Ano7	Ano8	Ano9	Ano10
10.4	**Operação de Reabilitação Urbana de Setúbal**		**Continuação**										
11	Balneário Paula Borba	Média	1 500 000					450 000	600 000	450 000			
12	Casa do Fado	Média	40 000						40 000				
13	Núcleo Museológico da Educação – antiga Escola Conde Ferreira	Alta	150 000	150 000									
14	Alojamento e Equipamento Cultural (R. Arronches Junqueiro)	Alta	1 500 000	450 000	600 000	450 000							
15	Otimização de sistemas de iluminação interior	Média	115 000					115 000					
16	Certificação energética de edifícios municipais	Média	60 000							60 000			
17	Infraestruturas elétricas e telecomunicações	Média	10 550 000	1 055 000	1 055 000	1 055 000	1 055 000	1 055 000	1 055 000	1 055 000	1 055 000	1 055 000	1 055 000
18	Resíduos Sólidos Urbanos	Média	1 675 000	167 500	167 500	167 500	167 500	167 500	167 500	167 500	167 500	167 500	167 500
19	Imagem Urbana	Média	1 790 000	179 000	179 000	179 000	179 000	179 000	179 000	179 000	179 000	179 000	179 000
20	Ações Imateriais	Média	4 860 000	486 000	486 000	486 000	486 000	486 000	486 000	486 000	486 000	486 000	486 000
10.5	**Operação de Reabilitação Urbana de Azeitão**		**3 965 000**	**1 280 000**	**1 440 000**	**1 080 000**	**165 000**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
1	Casa Memória Joana Luísa e Sebastião da Gama – Azeitão	Alta	200 000	200 000									
2	Requalificação da Rua José Augusto Coelho (reperfilamento da via e requalificação da via e áreas pedonais adjacentes)	Alta	3 600 000	1 080 000	1 440 000	1 080 000							
3	Reperfilamento da Rua Sebastião da Gama (parcial)	Média	165 000				165 000						
	Total		**68 052 571**	**9 260 023**	**9 189 710**	**9 073 796**	**5 485 997**	**6 518 606**	**8 288 309**	**6 761 667**	**5 099 463**	**4 187 500**	**4 187 500**

Quadro anexo 2.10 - Programa 10: HABITAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E INVESTIMENTO MUNICIPAL